



**Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística**

**A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DE SI E DO PAÍS EM DISCURSOS
INTERNACIONAIS DO PRESIDENTE LULA EM 2003**

Geraldo Cordeiro Tupynambá

Brasília
2010

Geraldo Cordeiro Tupynambá

**A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DE SI E DO PAÍS EM DISCURSOS
INTERNACIONAIS DO PRESIDENTE LULA EM 2003**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Monteiro Sales Coroa

Brasília, agosto de 2010

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, em 3 de setembro de 2010, e aprovada pela seguinte Comissão Examinadora:

Professora Doutora **Maria Luiza Monteiro Sales Coroa** – Presidente

Universidade de Brasília – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Professora Doutora **Josênia Antunes Vieira** – Membro efetivo

Universidade de Brasília – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Professora Doutora **Zilda Gaspar Oliveira de Aquino** – Membro efetivo

Universidade de São Paulo – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Professora Doutora **Denise Aragão Costa Martins** – Membro suplente

Universidade de Brasília – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Dedico este trabalho

a Ana Paula,
com amor

a meu Pai e a minha Mãe,
a quem tudo devo

a Helena, Marcos e Pedro,
que dão sentido ao caminho percorrido
e às trilhas por percorrer

AGRADECIMENTOS

A Ana Paula, companheira de todos os momentos, que me incentivou a realizar este trabalho e aceitou compartilhar seus ônus.

À Professora Doutora Maria Luiza Monteiro Sales Coroa, orientadora de exemplar generosidade intelectual e humana.

Ao Embaixador Fernando Guimarães Reis, amigo leal, que me estimulou, com entusiasmo, a esta e outras realizações.

À Ministra Eliana Zugaib, cujo incentivo e apoio foram fundamentais, em um momento crucial da realização deste trabalho.

Aos Professores do Departamento Lingüística, Português e Línguas Clássicas, pelos ensinamentos enriquecedores.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília, pela boa convivência e pelos saberes e projetos que compartilharam comigo.

Ao Instituto Rio Branco, que me proporcionou, por caminhos tortuosos, o reencontro com a vida acadêmica.

Ao Ministério das Relações Exteriores, que me deu a vivência para a realização deste trabalho e me concedeu um período de licença para capacitação, sem o qual não teria podido concluí-lo.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Lingüística, por toda a atenção e a cordialidade.

A Denise de Caux e Marcos Derizans, amigos de sempre e de hoje, pelo incentivo.

RESUMO

Esta dissertação analisa a construção discursiva da imagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seis pronunciamentos políticos que proferiu, em 2003, portanto, no início de seu primeiro mandato, em âmbitos internacionais. Fundamenta-se em uma discussão multidisciplinar da noção de ethos – a imagem de si engendrada no discurso – baseada inicialmente na retórica aristotélica e na sua releitura pela Nova Retórica e pela Semântica Argumentativa, expandindo o conceito para o âmbito discursivo. Inspirado nas contribuições teóricas e metodológicas da Análise do Discurso Crítica, o estudo adota a perspectiva da linguagem em uso e do discurso como interação e empreende a análise da construção da imagem de si em torno dos elementos que compõem a cena enunciativa do pronunciamento político internacional. Apresenta uma descrição geral do contexto institucional de cada pronunciamento, dos interesses políticos e das estratégias argumentativas exploradas em cada alocução. Analisa, em seguida, a construção da imagem discursiva de si com base em três parâmetros: 1) a figuração dos interlocutores nos textos; 2) a relação dos enunciados com o domínio discursivo político-diplomático; e 3) a construção discursiva da realidade. A construção da imagem de si beneficia-se da afinidade ou do contraste com os auditórios, tais como figurados no texto; vale-se do repertório de padrões oferecido pelo domínio discursivo; e faz-se em função dos valores associados à formulação de objetos-de-discurso. A análise evidencia o esforço de construção de um discurso coerente e unitário, ainda que aponte para estratégias discursivas divergentes, de acordo com as platéias e os contextos institucionais.

Palavras-chave: discurso; ethos; imagem de si; Lula.

ABSTRACT

This dissertation analyses the discursive construction of President Luiz Inácio Lula da Silva's image in six political speeches delivered in international spheres in 2003, thus, at the beginning of his first mandate. It is grounded on a multidisciplinary discussion of the notion of ethos – the image of the speaker forged in discourse – initially based on Aristotelian rhetoric and on its rereading by the New Rhetoric and by Argumentative Semantics, expanding the concept into the discursive field. Inspired in theoretical and methodological contributions of the Critical Discourse Analysis, this study adopts the perspective of language in use and of discourse as interaction. It analyses the construction of the image of the self (speaker) around the elements that compose the scene of the enunciation of the international political speech. It presents a general description of the institutional context of each speech, of the political interests involved and of the argumentative strategies explored in each occasion. It analyses, then, the construction of the discursive image of the self on the basis of three parameters: 1) the presentation of the interlocutors in the texts; 2) the relation of the sentences to the political diplomatic discursive domain; and 3) the discursive construction of reality. The construction of the image of the self benefits from the affinity or the contrast with the audience, such as it is presented in the text; it resources to a repertoire of patterns offered by the discursive domain; and it is built according to the values associated to the objects of discourse formulated in the texts. The analysis shows the effort of building a coherent and unitary discourse, even though it reveals different discursive strategies, according to the audiences and the institutional contexts.

Key-words: discourse; ethos; image of the self; image of the speaker; Lula.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: PERCURSO TEÓRICO DA QUESTÃO DA IMAGEM DE SI NO DISCURSO	21
1.1 Considerações gerais sobre a imagem de si no discurso	21
1.2 O ethos discursivo na Retórica clássica	23
1.3 As retomadas contemporâneas da noção de ethos	27
1.3.1 Nova retórica ou teoria da argumentação	28
1.3.2 Pragmática semântica ou pragmática lingüística	30
1.3.3 Análise do Discurso de linha francesa	33
1.3.4 Análise do Discurso Crítica	36
1.4 O ethos e a construção da imagem de si no espaço público	39
CAPÍTULO 2: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA QUESTÃO DA IMAGEM DE SI EM DIREÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA	41
2.1 Uma ilustração da construção da imagem de si no discurso	43
2.2 O contexto e a construção dos significados	49
2.3 A análise textual	51
CAPÍTULO 3: A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E OS CONTEXTOS INSTITUCIONAIS DOS PRONUNCIAMENTOS	55
3.1 O <i>corpus</i>	58
3.2 Os contextos institucionais e as estratégias argumentativas dos pronunciamentos	60
3.2.1 Os pronunciamentos nos fóruns mundiais	61
3.2.2 Os pronunciamentos nas reuniões do G8 e da OIT	66
3.2.3 Os pronunciamentos na AGNU e na entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias	72

	Página
CAPÍTULO 4: A APRESENTAÇÃO DO “EU” E A FIGURAÇÃO DOS INTERLOCUTORES NOS DISCURSOS	82
4.1 A apresentação do “eu” nos textos do <i>corpus</i>	84
4.2 A figuração do auditório nos textos do <i>corpus</i>	90
4.2.1 A figuração do auditório no discurso de Porto Alegre	91
4.2.2 A figuração do auditório no discurso de Davos	93
4.2.3 A figuração do auditório no discurso de Evian	96
4.2.4 A figuração do auditório no discurso de Genebra	98
4.2.5 A figuração do auditório no discurso de Nova York	99
4.2.6 A figuração do auditório no discurso de Oviedo	100
CAPÍTULO 5: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI NO DOMÍNIO DISCURSIVO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO	102
5.1 Alguns traços gerais da política internacional contemporânea e o <i>corpus</i>	102
5.2 O domínio discursivo político-diplomático e a construção dos sentidos	106
5.3 O papel do gênero na interação	113
CAPÍTULO 6: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI PELA REPRESENTAÇÃO DO MUNDO	121
6.1 Legitimidade e representatividade do Presidente Lula	122
6.2 Combate internacional à fome e à pobreza	126
6.3 Construção de uma nova ordem econômica mundial	131
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

	Página
9. ANEXOS	145
9.1 ANEXO I: Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial. Porto Alegre/RS, 24 de janeiro de 2003.	146
9.2 ANEXO II: Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial. Davos, Suíça, 26 de janeiro de 2003.	152
9.3 ANEXO III: Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Diálogo Ampliado no Contexto da Cúpula do G8. Evian, 1º de junho de 2003.	156
9.4 ANEXO IV: Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Sessão Especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 2 de junho de 2003.	160
9.5 ANEXO V: Discurso do Senhor Presidente de República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU Nova York, 23 de setembro de 2003.	167
9.6 ANEXO VI: Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias Oviedo, Espanha, 24 de outubro de 2003.	173

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo estudar a construção discursiva da imagem de si em pronunciamentos políticos internacionais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferidos em 2003, portanto no início de seu primeiro mandato como Presidente da República. Trata-se, assim, de trabalho acerca de uma importante personalidade da história brasileira contemporânea, que tem suscitado estudos de diversas índoles nas áreas das ciências políticas e sociais, das ciências da comunicação e da linguagem (inclusive da Análise do Discurso¹), bem como muitas publicações de caráter não acadêmico². A categoria da *construção da imagem de si* e noção correlata de *ethos discursivo* têm sido, também, em nosso contexto universitário, instrumentos de numerosas análises³. Assim sendo, a sempre necessária exposição das justificativas e das motivações da escolha do objeto de análise se faz particularmente relevante, a fim de que se identifiquem os propósitos específicos e diferenciais desta dissertação.

Se o personagem político e a categoria central de análise têm sido sobejamente estudados, o recorte do objeto de estudo proposto pela dissertação pode trazer um enfoque ainda não explorado dos discursos do Presidente Lula. Sem pretensão à originalidade, mas sem necessariamente repisar caminhos já trilhados, esta dissertação propõe, em primeiro lugar, uma circunscrição temporal em que a construção discursiva de si coincide com um momento de mudança radical do papel político do enunciador do discurso, que passa de uma posição singular na oposição ao Governo para a do Chefe de Estado. Com efeito, a função que o político Lula exercia e o discurso que formulava até ser eleito Presidente da República iam muito além dos de apenas um líder opositor. Ele desempenhou, desde o processo de redemocratização, nos anos 1980, o papel um crítico ferrenho dos modelos econômicos vigentes, da ordem econômica internacional e da forma de inserção do Brasil na política internacional. Sua assunção como Presidente da República, sem ruptura institucional e com a manutenção de alguns aspectos de

¹ Pode-se mencionar, apenas como exemplo, o alentado estudo de Cazarin (2005), que “trata da análise do discurso de Lula no período compreendido entre 1978-1998” (p. 19) e que “tem como ancoragem teórica a análise do discurso (AD) com filiação em Pêcheux, teoria que se situa entre os campos de conhecimento da Linguística, das Ciências Sociais e da Psicanálise” (p. 20).

² Recente e interessante publicação não acadêmica sobre a “retórica” do Presidente Lula é Kamel (2009), coletânea abrangente e criteriosa de “opiniões emitidas pelo Presidente sobre diversos assuntos”, organizada em forma de verbetes.

³ Como o atestam, entre outras iniciativas, a publicação de Motta e Salgado (2008) e a realização do *III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso*, em abril de 2008, na UFMG, acerca do tema **Emoções, ethos e argumentação**.

política macroeconômica, assinala a necessidade de um trabalho discursivo de reformulação da imagem, que, no período selecionado, será visto em pleno processo de mutação.

O segundo aspecto diferencial da delimitação do objeto diz respeito ao caráter *internacional* dos pronunciamentos analisados, que impõe uma série de coerções específicas, que vão desde a temática – mais voltada para a política internacional – até coerções de decoro e protocolo características do domínio discursivo diplomático. Esses pronunciamentos não perdem de vista as plateias a que se destinam e buscam atuar sobre elas. Pode-se dizer – e isto não é mero jogo de palavras – que, na *construção da imagem de si em discursos internacionais*, se procura trabalhar politicamente a *reformulação da imagem internacional do político Lula*. Foge completamente ao escopo deste trabalho verificar a efetividade deste propósito, isto é, em que medida esses discursos podem ter contribuído para uma percepção diferente do político no exterior. Não é de menor importância, contudo, o pressuposto de que a (re)construção discursiva da imagem de si atenda também a um fundamental objetivo de política externa, que consiste em projetar uma imagem renovada do País para o público estrangeiro.

É necessário esclarecer, neste ponto, que a análise aqui proposta se centra na construção da imagem de si do Presidente Lula, mas se expande, em alguns momentos, para a reformulação da imagem do Brasil, no contexto internacional. A passagem de um objeto de análise a outro se faz de forma natural, pois, como se verificará – e não há como dizê-lo sem antecipar, minimamente, o resultado da análise –, há, no discurso presidencial, uma forte identificação entre sua pessoa e o País. Sua ascensão ao cargo é figurada como um “reencontro” do país consigo mesmo. A imagem renovada do político tem, portanto, forte relação com um “novo Brasil”.

Esboçadas as delimitações do objeto de estudo, cabe uma palavra sobre o enfoque disciplinar da dissertação, com vistas a evitar possíveis equívocos, talvez improváveis, tendo em conta a inserção institucional deste trabalho. Sabe-se que a noção de *imagem* tem sido amplamente estudada e utilizada nos âmbitos da ciência política, da comunicação social, dos estudos de mídia e de *marketing*, muito frequentemente associados à atividade política. A noção de *imagem de si* com que trabalharemos não corresponde às formulações propostas por aquelas disciplinas, pois nosso enfoque é resolutamente discursivo. Adotaremos, nesta dissertação, a perspectiva da Análise do Discurso, o que nos levará a concentrar-nos na construção discursiva dos

sentidos em torno da figura do locutor, sempre tendo em consideração os contextos em que ocorrem as alocações.

A Análise do Discurso tem tomado como objeto recorrente de pesquisa os discursos produzidos no âmbito da política institucionalizada⁴, como pronunciamentos, entrevistas, diversas modalidades de propaganda, entre outros gêneros textuais, pois vê neles tanto uma forma de representação como um modo de atuação na sociedade. Esses textos constituem uma ordem do discurso⁵ particularmente destinada a atuar sobre o entorno social – seja para reproduzi-lo, seja para mudá-lo – embora não escapem, como qualquer outra rede de práticas discursivas, das coerções impostas pelos contextos. No discurso político – aqui referido no sentido estrito, uma vez que, a rigor, nenhum discurso se faz isento de relações de poder – fica evidente a dialética entre o discurso e a estrutura social, já que é da própria natureza da política atuar, pelo uso da palavra, sobre a realidade social que a conforma.

Fairclough (2001, p. 91) afirma que o discurso “contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social” e que ele “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Na mesma obra, o autor distingue três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: ele contribui para a construção das identidades sociais e dos sujeitos sociais, para a construção das relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimento e de crenças. A presente dissertação, que versa sobre a construção da imagem de um locutor específico, em pronunciamentos proferidos no âmbito da política internacional, pressupõe que os três aspectos mencionados, conquanto sejam discerníveis para efeitos de análise, são indissociáveis. Assim, a figuração da identidade social do locutor não se pode fazer sem que estabeleçam concomitantemente suas relações com seus interlocutores e com outros objetos do discurso.

Ao tomar a palavra e dirigir-se a um ou a vários interlocutores, o locutor projeta no discurso uma representação de si, ainda que não o deseje e que não se refira a si mesmo como objeto do discurso (Amossy, 2005). As opiniões e crenças que manifesta

⁴ Há quase quatro décadas (setembro de 1971), a revista **Langages** publicava o número 23 (“*Le discours politique*”), dedicado a uma “*mise au point*” do tema. Desde então, proliferaram publicações em que o tema foi tratado pela Análise do Discurso, em suas várias tendências. Courtine, referindo-se especificamente à AD de linha francesa produzida a partir do fim dos anos 60, afirma ser o discurso político o “objeto privilegiado” ou o “principal objeto” da AD (2006, p. 30; 60).

⁵ Segundo Fairclough (2003), uma ordem do discurso é uma combinação ou uma configuração peculiar de gêneros, discursos e estilos que constitui o aspecto discursivo de uma rede de práticas sociais (p. 220).

ou que sugere, a maneira como se dirige aos interlocutores, seu estilo e sua competência discursiva ajudam a compor uma imagem do locutor, mesmo onde não haja esforço consciente de elaboração de um autorretrato.

Na política institucionalizada e, em especial, no gênero textual aqui focalizado, o pronunciamento político, é natural que a projeção da imagem do locutor se faça de maneira mais sistemática e deliberada. O pronunciamento político pressupõe a busca do convencimento e da adesão, que não se logram apenas pela razão demonstrativa, mas também – e sobretudo – pelas qualidades atribuídas à pessoa que enuncia o discurso. Assim, a confiabilidade e credibilidade são características que, de modo geral, o político deseja e procura ver associadas à sua imagem.

No plano da política internacional, discursos políticos também buscam apresentar o locutor como fiável, mas a projeção de sua imagem – digamos, a de um Chefe de Estado ou a de um Chanceler, em foros internacionais – deve incorporar feições adicionais, relacionadas ao comportamento e ao posicionamento de longo prazo de seu país no plano internacional. Se é verdade que, como geralmente se supõe e se preconiza, as políticas externas buscam atender a interesses permanentes ou duradouros dos Estados, o locutor daqueles discursos não pode preocupar-se apenas com sua imagem de estadista; deve, na mesma medida, assegurar a coerência e a respeitabilidade da imagem do Estado que representa, sem que isso implique conservadorismo ou imobilismo.

A análise de pronunciamentos políticos internacionais deve levar em conta que eles se inserem em práticas discursivas que ultrapassam o mero ato da leitura, em voz alta, de um texto previamente preparado. Nem sua produção nem sua circulação restringem-se às cerimônias em que são proferidos. Os discursos internacionais de altas autoridades são, em geral, resultado de elaboração coletiva e exigem, muitas vezes, a coordenação de várias agências governamentais, que tentam imprimir ênfases específicas nos textos. Esses discursos podem reverberar, portanto, um ou vários projetos políticos, em uma dinâmica que não é necessariamente isenta de tensões e conflitos.

Se a produção desses textos é complexa, sua circulação tampouco se limita ao auditório para o qual é lido. A adequada compreensão do texto deverá considerar a composição do público ao qual se dirigiu, mas isso não quer dizer que o texto não vá atingir (ou não pretenda atingir) outros públicos. Tratando-se de eventos de vulto, envolvendo Chefes de Estado e de Governo, os pronunciamentos serão integral ou

parcialmente reproduzidos pelos órgãos oficiais de comunicação e difundidos pela imprensa⁶. Poderão ser analisados posteriormente por agentes políticos internos e externos e, com a devida distância temporal, serão objeto de estudo acadêmico, que os tomará como documentos históricos. Essa relativa projeção espacial e temporal da prática discursiva em que se inserem esses textos tem implicações em seu conteúdo e em sua apresentação. Tanto a apresentação de si, por parte do locutor, como a figuração dos interlocutores ganham uma função significativa adicional, pois serão interpretadas como gestos políticos por atores que estão ausentes à cena de sua enunciação, mas que, em alguma medida, podem ter sido levados em conta pelos elaboradores dos pronunciamentos, que não perdem de vista, em especial, a repercussão midiática das alocações. Portanto, a situação dialógica primária, em que interagem locutor e interlocutor, deve ser tomada também como uma construção de papéis a serem desempenhados. O espectador dessa cena depreenderá seu sentido em, pelo menos, dois níveis: no nível da decodificação da mensagem e no nível da interpretação da cena enunciativa como um todo, na qual o sentido se produz pelo fato de um certo locutor dizer algo a interlocutores específicos, em circunstâncias determinadas.

O esforço de compatibilizar a imagem do político com a imagem do país – tais como ambas se deixam vislumbrar no discurso de Chefe de Estado – é ilustrado, nesta dissertação, com o caso do Presidente Lula, que, no início de seu primeiro mandato, em 2003, se empenhou em reformular sua imagem pública no âmbito internacional. Naquele momento, foi necessário adequar à nova condição de Chefe de Estado o discurso crítico de que fora porta-voz, ao longo de aproximadamente 25 anos. Líder sindical nos anos 1970 e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) no período da redemocratização, no começo dos anos 1980, Lula firmou-se como liderança de esquerda nas décadas seguintes. Depois de atuar como deputado constituinte, disputou e perdeu três eleições presidenciais, em 1989, 1994 e 1998, antes de eleger-se em 2002. Seus traços identitários se consolidaram, caracterizando-o como combativo opositor dos governos dos anos 80 e 90, como crítico do neoliberalismo e representante da esquerda católica.

Em seus primeiros pronunciamentos públicos diante de plateias estrangeiras, depois de empossado, era de se esperar que o Presidente procurasse reforçar os

⁶ Também aqui prevalecem os efeitos da midiáticação do discurso político, reconhecidos por autores de distintas correntes teóricas da Análise do Discurso, como Fairclough (1995), Charaudeau (2008) e Courtine (2006).

elementos de identidade que tradicionalmente se vinculavam a sua figura pública (sensibilidade para os problemas sociais, autenticidade, espírito aguerrido), agregando a esses traços outras qualidades, consideradas próprias de um estadista, como a prudência, a coerência, a previsibilidade, o tato e a competência de administrador. É possível afirmar que o Presidente buscou reinterpretar aspectos de sua vida pública e ressignificar sua trajetória pessoal e política, de modo a melhor amoldá-la a sua nova condição de mandatário.

Do ponto de vista diplomático, a nova postura discursiva de Lula deveria buscar conciliar a vocação crítica e inovadora de seu governo com um *discurso de Estado*, que retomasse e revigorasse os princípios que dão consistência à atuação internacional do país, por constituir interesses, valores e ambições duradouros. A análise de seus discursos poderá verificar a compatibilidade entre as duas intenções.

Nesse contexto, o objetivo geral desta dissertação é o de estudar os mecanismos e as estratégias empregados em discursos internacionais do Presidente Lula para construir uma imagem renovada de si e, concomitantemente, reformular a imagem internacional do país. O estudo procurará discernir, sobretudo, o modo de construção indireta da imagem – recorrendo, em grande medida, mas não exclusivamente, ao conceito de *ethos*, que privilegia o que é *mostrado* pelo discurso, sem ser *dito* –, mas seu foco recairá também na elaboração explícita de uma narrativa acerca de si mesmo, realizada pelo Presidente em parte de seus pronunciamentos, quando tem a oportunidade de falar de sua trajetória, de sua vida e de seu caráter.

Este trabalho visa a mostrar como a imagem do locutor (o Presidente Lula) é construída, com base nos valores subjacentes a suas palavras e nas escolhas éticas e intelectuais implicadas em suas afirmações, entre outros aspectos. As referências que faz a pessoas e a instituições, bem como a atenção que lhes dispensa serão também elementos de análise, na medida em que reflitam a imagem do locutor.

Um objetivo específico do trabalho será, portanto, o de analisar como a imagem de si revelada pelo discurso pode resultar da relação que o locutor estabelece com diferentes *objetos-de-discurso*, no sentido que os estudos linguísticos têm atribuído a esse conceito. Ao versar sobre um aspecto da realidade – em especial sobre um tema de política internacional – o Presidente Lula elaborará formulações e argumentos que se refletirão sobre sua imagem. A escolha vocabular e as operações lexicais envolvidas na construção desses objetos-de-discurso serão também analisadas, na medida em que ajudarem a projetar a imagem do enunciador. Ao referir-se, explícita ou implicitamente,

a uma figura pública, a uma organização política ou a um país, o locutor esboçará deles imagens que, por contraste ou aproximação, contribuirão para conformar sua própria imagem, a imagem de seu Governo ou a imagem do Estado brasileiro.

Um caso particular do objetivo acima diz respeito à figuração do(s) interlocutor(es) no discurso, a qual merecerá tratamento à parte, pela riqueza de elementos retóricos e pragmáticos que compreende. A imagem de si engendrada pelo discurso é, em boa medida, função da figura do interlocutor criada pelo texto.

Outro objetivo específico da dissertação será o de analisar como as características específicas do domínio discursivo em que se inserem os pronunciamentos interferem na formulação da imagem do locutor. O uso de linguagem ambígua, o recurso à nominalização e à passivação, a opção por deixar ideias implícitas ou pressupostas podem ensejar interpretações relevantes para a configuração da imagem do locutor.

Ainda no contexto do domínio discursivo dos textos analisados, será um objetivo relevante estudar o papel das referências metadiscursivas na construção do ethos, pois o Presidente Lula tematiza, com muita frequência, a própria alocação, a qual, não raro, passa a ser o foco principal de longos trechos de seus pronunciamentos. É comum, ainda, que ele mencione outros discursos que proferiu ou irá proferir. Essas referências às próprias manifestações têm caráter complementar às menções que faz à sua trajetória pessoal, no sentido de revelar um esforço de coerência e integridade. São, portanto, juntamente com outras referências intertextuais, muito ricas do ponto de vista do estudo do ethos, na medida em que reforçam traços recorrentes.

Em resumo, o objetivo central do trabalho será responder à seguinte questão de pesquisa:

- Quais são e como operam os mecanismos e as estratégias empregados em discursos internacionais do Presidente Lula para construir novas imagens de si e do Brasil?

No tratamento dessa questão geral, a dissertação deverá atender a objetivos específicos, cuja formulação corresponde às seguintes questões:

- Como as escolhas temáticas e a organização argumentativa dos pronunciamentos do Presidente Lula contribuem para a construção de sua imagem?

- Como a relação do locutor com diferentes objetos-de-discurso afeta a elaboração de sua imagem e qual o papel de escolhas lexicais nesse processo?

- Como a figuração do(s) interlocutores(s) nos pronunciamentos do Presidente Lula interfere na construção de seu ethos?

- Como as coerções específicas do domínio discursivo em que se inserem os textos condicionam a construção da imagem de si?

- Qual o papel de referências metadiscursivas e intertextuais na construção da imagem do locutor?

Como o estudo do *corpus* parece sugerir que os diferentes significados construídos pelo texto podem colaborar para a construção da imagem de si, o trabalho adotará uma perspectiva analítica abrangente, inspirada na Análise do Discurso Crítica (ADC). Esta vertente oferece rico arcabouço para um estudo do discurso fortemente fundamentado no texto. Contudo, do ponto de vista teórico, a ADC ainda não tem explorado em todo o seu potencial a questão da construção da imagem de si. Com vistas a enriquecer o debate teórico, procuraremos recapitular algumas das concepções do ethos elaboradas desde a Grécia Clássica, e examinar em que medida essa noção pode ser incorporada à nossa análise textual e discursiva.

A dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro deles procura traçar um percurso histórico das problematizações que diferentes disciplinas propuseram acerca da questão da imagem de si no discurso. Partindo do conceito de ethos da Retórica Clássica, discute-se sua retomada na segunda metade do século XX, por diferentes disciplinas relacionadas com o discurso, a começar pela Nova Retórica, formulada por Chaïm Perelman. O intuito do capítulo não é o de propor uma linha evolutiva do conceito de ethos, tarefa que seria artificial e inócua, para nossos fins. O que se busca é examinar as propostas conceituais e as abordagens analíticas abertas a propósito da questão do ethos pela Nova Retórica, pela Semântica Pragmática e pela Análise do Discurso, em sua vertente francesa e em sua corrente crítica, com vistas a estabelecer uma visão abrangente da construção da imagem de si pelo locutor, que não se esgote na intenção persuasiva preconizada pela Retórica.

O capítulo 2 procura delinear o problema da imagem discursiva de si em questões mais específicas, com base em uma análise ilustrativa das possibilidades de projeção do locutor em assertivas contidas no *corpus*. O capítulo procura demonstrar a necessidade de adotar uma perspectiva interativa do discurso, assumindo as implicações analíticas dela decorrentes. Assim, ressalta-se a importância do contexto na construção do sentido referente à imagem de si e justifica-se a organização dos capítulos analíticos

centrados nos interlocutores, na questão do domínio discursivo e do gênero textual e na construção dos objetos-de-discurso.

O capítulo 3 justifica a escolha de pronunciamentos políticos internacionais para o estudo da construção da imagem de si e descreve a constituição do *corpus* da pesquisa, ao mesmo tempo em que apresenta uma análise preliminar dos seis pronunciamentos que o compõem. Com vistas a permitir uma visão abrangente do *corpus*, o capítulo procura descrever o contexto institucional de cada pronunciamento, as circunstâncias em que o Presidente Lula interveio, os interesses políticos específicos envolvidos em cada situação e as estratégias argumentativas exploradas pelo Presidente Lula.

O capítulo 4 analisa a questão da construção da imagem de si a partir das figuras básicas da interação: os interlocutores. Oferece análises da *apresentação do “eu”* – compreendida como o discurso que explicitamente versa sobre o locutor – e da figuração dos interlocutores, tais como projetados no discurso. Essa figuração, que abarca os interlocutores imediatos e as figuras associadas à instituição que o auditório representa, é de grande importância para a conformação da imagem do locutor. São significativos não apenas os jogos de identidade e diferença entre locutor e interlocutor, mas também as escolhas das estratégias de figuração do outro, que podem construir-se com base em menções explícitas ou em pressupostos e implícitos.

O capítulo 5 estuda o domínio discursivo político-diplomático, com vistas a discernir os constrangimentos específicos que estabelece para a construção da imagem do locutor. O caráter distintivo da política internacional, decorrente, grosso modo, da ausência de uma autoridade central, que implica certa instabilidade da segurança internacional, parece favorecer mecanismos oblíquos de construção de sentido e estratégias de preservação da face, em parte observáveis nos textos do *corpus*. Discute-se, ainda, o papel, na interação, do gênero textual dos pronunciamentos, isto é, os parâmetros específicos que esta forma de ação política discursiva cria para a produção dos sentidos. Mais especificamente, analisa-se o papel das referências metadiscursivas e intertextuais para a construção da imagem do locutor.

Finalmente, o capítulo 6 analisa as implicações da construção discursiva da realidade para a imagem do locutor. A escolha dos temas e sua formulação como objetos-de-discurso, especialmente em sua relação com o interdiscurso, isto é, com um conjunto de formulações disseminadas culturalmente sobre o tema, revelam posicionamentos do locutor, cruciais para a conformação de sua imagem. As escolhas

lexicais e a construção dos argumentos são também avaliadas como índices da construção da imagem do locutor.

CAPÍTULO 1: PERCURSO TEÓRICO DA QUESTÃO DA IMAGEM DE SI NO DISCURSO

1.1 Considerações gerais sobre a imagem de si no discurso

A noção de que o locutor, ao produzir um enunciado, constrói uma imagem de si parece banal e perfeitamente assimilável à percepção do senso comum relativa ao funcionamento do discurso. Desde a interação face-a-face mais corriqueira até a comunicação institucional mais protocolar, toda enunciação comporta a emissão de sinais e signos referentes ao locutor. De diferentes maneiras, os vários códigos e canais de transmissão permitem que o enunciado, seja ele oral ou escrito (para não mencionar as comunicações não-verbais), carregue traços atribuíveis àquele que faz uso da palavra. Aspectos por vezes negligenciados nas análises semânticas e discursivas – como a prosódia ou a entonação, em um texto oral, ou recursos de modalização, na produção de um texto argumentativo – podem ajudar a compor a imagem do locutor. O intuito deste capítulo – mais do que o de fazer um inventário dos recursos que o sistema linguístico ou as práticas discursivas fornecem para a construção da imagem do locutor – reside na discussão teórica das possibilidades de produção de sentidos referentes ao locutor, seja ele, ou não, o tópico do enunciado.

O ponto de partida – mas, diga-se logo, não o de chegada – de nosso percurso teórico será a análise da noção de *ethos*, tal como formulada e utilizada por distintas correntes da Análise do Discurso e por disciplinas afins, na discussão das “imagens de si no discurso”, expressão que serve de título da obra interdisciplinar sobre a “construção do ethos”, organizada por Ruth Amossy (2005). Como ressalta esta autora, a noção de *ethos* – depois de ter caído em descrédito, juntamente com a Retórica, campo no qual foi inicialmente concebida – tem sido retomada por diversas disciplinas e correntes teóricas, no âmbito das ciências da linguagem e das ciências sociais, com vistas a caracterizar a importância, para a eficácia do discurso, da imagem do locutor nele engendrada. Da linguística da enunciação à Análise do Discurso Crítica, passando pelas análises sociológicas da interação cotidiana, pela semântica pragmática e pela Análise do Discurso de linha francesa, diversas tendências teóricas tratam da apresentação de si no discurso, nem sempre retomando, explicitamente, o termo *ethos*.

Este capítulo não tem a pretensão de, recorrendo às diversas fontes anteriormente enumeradas, formular um conceito sintético de *ethos*, que amalgamasse as visões dos diversos autores. Tal síntese seria de interesse duvidoso, pois certamente pecaria por inconsistência teórica e metodológica. Além disso, escaparia ao escopo do trabalho e à competência do autor. Evitaremos, da mesma forma, resenhar as profícuas publicações recentes sobre essa noção, o que poderia desviar-nos do objeto de análise. Ao contrário, analisaremos seletivamente algumas concepções do *ethos*, de modo a ressaltar seus pressupostos teóricos e suas implicações analíticas, seus alcances e seus limites, para sugerir, ao final, por aproximações sucessivas, um entendimento amplo da questão da imagem de si no discurso.

Se não cogitamos simplesmente adotar uma categoria analítica operacional, com filiação teórica bem definida, é porque, por um lado, consideramos, com Auchlin, que a “noção de *ethos* é uma noção cujo interesse é essencialmente prático, e não um conceito teórico claro” (*apud* Maingueneau, 2008, p. 73), e, por outro lado, julgamos que a análise das formas de construção da imagem de si no *corpus* selecionado se beneficiará do diálogo entre as formulações teóricas que discutiremos e da complementaridade entre as questões propostas pelas diferentes disciplinas e correntes. Interessa-nos conjugar, de maneira mais explícita do que em geral se faz, o *ethos* como produto da instância enunciativa – traço comum das diversas abordagens – com a imagem de si decorrente da exposição de uma visão de mundo, de um conjunto de valores.

Cabe, desde já, a ressalva de que não se busca o ecletismo, mas, sim, no que for cabível, uma articulação entre os debates teóricos que mais avançaram na caracterização do *ethos* discursivo e algumas categorias e instrumentos de análise mais precisos, em especial aqueles formulados no âmbito de estudos discursivos “orientados para o texto”⁷.

Como os pronunciamentos que constituem o *corpus* de nossa análise pertencem a uma modalidade específica do discurso político – o discurso político internacional, no qual o locutor fala, em nome de seu Estado, a representantes de outros países –, será necessário caracterizar a prática discursiva (ou as práticas discursivas, já que o material é relativamente heterogêneo) em que os pronunciamentos se inserem. Essa caracterização é uma variável de relevo para a construção da imagem de si porque esta

⁷ Considero que a expressão que aqui adoto “análise do discurso orientada para o texto” traduz, de forma mais adequada do que “análise do discurso textualmente orientada”, a expressão inglesa “*textually oriented discourse analysis*”, por ser a primeira mais clara e vernacular e por evitar a ambiguidade decorrente da possível interpretação do advérbio *textualmente* como sinônimo de *literalmente*.

decorre, entre outros fatores, da maneira como o locutor se conforma, ou não, aos constrangimentos e coerções impostos pela prática discursiva.

Alguns analistas, como Patrick Charaudeau (2008), descrevem os lugares reservados para a conformação do *ethos* no discurso político como um rol de papéis que podem ser desempenhados pelos homens públicos, com vistas, sobretudo, a cativar seu eleitorado. No discurso político internacional, em que o propósito eleitoral do discurso tem um peso relativamente menor, mesmo que não inteiramente descartável, tende a preponderar a imagem do locutor como a de um homem de Estado. Nos foros internacionais, a palavra de um Chefe de Estado está submetida a coerções específicas, para cuja compreensão devemos esboçar uma caracterização do *discurso diplomático*⁸, cujo estudo, nesta perspectiva, ainda é incipiente. A apropriação, a rejeição ou a manipulação dos procedimentos próprios ao discurso diplomático contribuirão para a formulação da imagem do locutor.

1.2 O *ethos* discursivo na Retórica clássica

Ainda que procuremos circunscrever nossa discussão ao *ethos discursivo*, não podemos ignorar que o termo grego (de dupla origem etimológica⁹), presente, com destaque, na **Retórica** de Aristóteles, está também no centro da **Ética**, a ciência do

⁸ Tarefa a que dedicaremos parte do capítulo 5.

⁹ Vaz (1988, p. 12-14) expõe, de forma magistral, os matizes dessa duplicidade. Por ser sua explanação demasiado longa para ser transcrita integralmente aqui, selecionamos os seguintes trechos: “O termo *ethos* é uma transliteração dos dois vocábulos gregos *ethos* (com *eta* inicial) e *ethos* (com *épsilon* inicial). [...] A primeira acepção de *ethos* (com *eta* inicial) designa a morada do homem (e do animal em geral). O *ethos* é a casa do homem. O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso seguro do *ethos*. Este sentido de um lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação. [...] o espaço do *ethos*, enquanto espaço humano, não é *dado* ao homem, mas por ele *construído* ou incessantemente reconstruído. [...] É, pois, no espaço do *ethos* que o *logos* torna-se compreensão e expressão do ser do homem como exigência radical do dever-ser e do bem. [...] A segunda acepção de *ethos* (com *épsilon* inicial) diz respeito ao comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos. É, portanto, o que ocorre frequentemente ou quase sempre (*pollákis*), mas não sempre (*aeí*), nem em virtude de uma necessidade natural. [...] O *ethos* [...] denota uma constância no agir que se contrapõe ao impulso do desejo (*órexis*). Essa constância do *ethos* como disposição permanente é a manifestação e como que o vinco profundo do *ethos* como costume, seu fortalecimento e o relevo dado às suas peculiaridades”.

O **Dicionário Houaiss**, ao contrário do **Novo Dicionário Aurélio**, registra dois vocábulos distintos: *éthos*, cuja primeira acepção é “conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, idéias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região”; e *êthos*, definido, na primeira acepção, como “caráter pessoal; padrão relativamente constante de disposições morais, afetivas, comportamentais e intelectivas de um indivíduo”. Em nota sobre a etimologia de *êthos*, o mesmo dicionário afirma que “segundo Chantaine, desde o grego antigo, *êthos* não se confunde de modo algum com *éthos*; o rad. i.-e. *swêdh* sai o gr. *êthos*, da sua var. *swêdh* sai *éthos*”.

ethos, do dever-ser e do bem. O vocábulo *ethos*, tradicionalmente traduzido como *carácter*, nos faz recordar os vínculos existentes entre essas áreas do saber. A imagem de si que o locutor projeta em seu discurso é, em alguma medida, a dos valores que se exprimem em sua fala e que se manifestam, na superfície do texto, de formas variadas. Para Aristóteles, o poder de persuasão de um discurso se deve, em grande parte, ao carácter moral que nele se projeta. O ethos constituiria a mais importante das três provas de persuasão engendradas pelo discurso – *ethos*, *pathos* e *logos* –, conforme o trecho a seguir:

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão. (Aristóteles, 2005)

É interessante recorrer à própria fonte aristotélica para relembrar que, na problematização retórica do ethos, o que está em jogo é a capacidade de persuasão, de convencimento do discurso. O orador conquista a empatia do ouvinte por deixar a impressão de ser confiável. Essa impressão provém da *maneira* como profere o discurso, e não da opinião prévia que se tenha a respeito do orador¹⁰. O carácter que, textualmente, Aristóteles aponta como digno de fé é o do orador que parece honesto, probo, o que designa pelo termo *arété* (virtude).

Ao apresentar os componentes da “antiga Retórica”, Roland Barthes define assim os *ethè*:

Ethè são os atributos do orador (e não os do público, *pathè*): são os traços de carácter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são seus *ares*. Não se trata, portanto, de uma psicologia expressiva, mas de uma psicologia imaginária (no sentido psicanalítico): devo significar o que quero ser *para o outro*. [...] O *ethos* é, no sentido próprio, uma conotação: o orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, diz: sou isso, não sou aquilo.¹¹

Tanto no trecho da **Retórica** como na leitura que faz Barthes dos textos clássicos dessa disciplina, encontramos aspectos dignos de reflexão para a retomada contemporânea do conceito aristotélico de ethos. Em primeiro lugar, sublinhamos que a

¹⁰ Segundo outras vertentes da Retórica Clássica, como a inaugurada por Isócrates, por exemplo, questões extrínsecas, como a reputação prévia do orador, devem ser consideradas como elementos constituintes do *ethos* (Leff, 2009).

¹¹ *Ethè*, sont les attribus de l'orateur (et non ceux du public, *pathè*): ce sont les traits de caractère que l'orateur doit *montrer* à l'auditoire (peu importe sa sincérité) pour faire bonne impression: ce sont ces *airs*. Il ne s'agit donc pas d'une psychologie expressive, mais d'une psychologie imaginaire (au sens psychanalytique): je dois signifier ce que je veux être *pour l'autre*. [...] L'*ethos* est au sens propre une connotation: l'orateur énonce une information et *en même temps* il dit : je suis ceci, je ne suis pas cela. (1985, p. 212)

imagem do orador criada pela peça oratória corresponde a uma estratégia de persuasão, a um ato volitivo do orador, que procura imprimir, no discurso, índices de sua confiabilidade. Quando Barthes assinala que o orador *deve significar o que quer ser para o outro*, pressupõe, evidentemente, o domínio do orador sobre seu discurso, sua capacidade de controlar os meios de expressão, a fim de transmitir uma imagem positiva de si. A “maneira” de proferir o discurso fornece os elementos para a persuasão pelo ethos. Esses pressupostos, consistentes com pensamento clássico, devem ser, contudo, reavaliados, nos estudos atuais do ethos, tendo em conta a necessidade de lidar com a perspectiva da subjetividade, essencialmente moderna, e com uma relação mais complexa entre linguagem e pensamento, que problematiza a própria noção de *expressão*.

Ao aproximar a construção dos *ethè* de uma “psicologia imaginária”, por oposição a uma “psicologia expressiva”, Barthes se vale de parâmetros anacrônicos para explicar a Retórica clássica, mas esclarece, aos olhos contemporâneos, outro aspecto importante do ethos: ele não corresponde a uma suposta manifestação “espontânea” do “eu” do locutor, mas a uma imagem construída em uma dimensão dialógica, em que o “outro” participa da construção do “eu”. Não se pode pretender impingir, é claro, ao texto aristotélico e às retóricas clássicas a ideia de que o locutor do discurso não é idêntico à projeção que faz de si no enunciado, mas se deve, ao recuperar o conceito de ethos, tomar as precauções necessárias para se evitar um tratamento do conceito que embute uma teoria individualista e idealista da expressão, que separe o conteúdo de sua expressão exterior. Se adotarmos a perspectiva de Bakhtin/Volochinov, que criticam os fundamentos da “teoria da expressão”, porque ela necessariamente “deve admitir que o conteúdo a exprimir pode constituir-se fora da expressão” (1988, p. 111), então devemos dissociar a noção do ethos, que corresponde a um signo referente ao locutor construído discursivamente, da ideia de um virtual desvelamento do “eu” do locutor ou de sua identidade pré-discursiva. Sem pretendermos aprofundar a discussão sobre a questão da “expressão”, recordemos apenas que boa parte do pensamento contemporâneo questiona as ideias da identidade do eu consigo mesmo, no discurso, e da presença a si do sujeito falante.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar, no texto de Aristóteles, diz respeito aos sentidos que o discurso pode construir com referência ao orador. Eles parecem ter uma direção e um propósito específicos: sustentar a confiança do auditório no orador. Em outros trechos da **Retórica**, Aristóteles chega a propor a existência de caracteres

adequados a diversas situações, considerando, por exemplo, sua idade ou sua fortuna. Essa perspectiva teórica tende a construir posições fixas das imagens do orador, as quais parecem, de uma perspectiva contemporânea, estreitar em demasia o estudo da construção da imagem de si no discurso.

Quando afirma que o *ethos* é uma conotação “no sentido próprio”, Barthes amplia, de certa forma, o alcance dessa noção. O *ethos* é um sentido (ou um conjunto de sentidos) subjacente ao texto, que se produz concomitantemente à “informação” enunciada pelo orador. Se recordarmos que o prefixo *co-* (de *conotação*) tem o sentido de contiguidade, companhia, podemos supor que Barthes sugere que, ao menos do ponto de vista da retórica, qualquer enunciado pode, ao lado da “informação” que presta (e caberia criticar a noção de *informação* neste contexto) produzir sentidos referentes aos “atributos” do orador. Procuraremos explorar, no próximo capítulo, as possibilidades analíticas abertas por essa hipótese, cotejando-a com a concepção de *ethos* formulada por Fairclough (2001), a ser apresentada mais adiante.

O último aspecto do texto de Aristóteles que merece um comentário concerne à imbricação entre a questão da imagem e a questão ética. Se, na leitura de Barthes, os traços de caráter do locutor que o discurso deve mostrar independem de sua sinceridade, na Retórica aristotélica, a separação entre o ser e o parecer é muito menos marcada. Aristóteles passa de uma posição a outra com certa facilidade: em uma frase, fala do orador que dá a *impressão* de ser digno de fé (parecer); na frase seguinte, menciona que acreditamos em “pessoas honestas” (ser). Mais adiante, diz que a confiança deve resultar do discurso, e não de opinião prévia, mas menciona a “probidade do que fala”, referindo-se a um atributo do caráter do orador. Soulez (2002) afirma que, em Aristóteles, a imagem do orador é tomada do ponto de vista de sua moralidade, e não de outros traços de personalidade, “provavelmente porque o prisma moral está em jogo na relação com o auditório (essencialmente acerca de uma forma de ‘respeito’ em relação ao auditório: não enganá-lo, levá-lo em consideração) e na relação do orador consigo mesmo (sua ‘sinceridade’)”¹².

1.3 As retomadas contemporâneas da noção de *ethos*

¹²“L’image de l’orateur est saisie du point de vue de sa moralité, et non pas du point de vue d’autres traits de personnalité. Plus exactement, pour que l’on puisse appréhender sa personnalité, celle-ci est vue à travers un *prisme moral*, probablement parce que ce prisme moral est en jeu dans la relation à l’auditoire (essentiellement autour d’une forme de ‘respect’ de l’auditoire : ne pas le tromper, tenir compte de lui) et dans la relation en quelque sorte de l’orateur à lui-même (sa ‘sincérité’).” (Soulez, 2002, p. 181)

A apresentação sumária da questão do ethos na Retórica clássica permite-nos, portanto, suscitar alguns problemas com os quais terão de lidar as diversas disciplinas que, contemporaneamente, têm recuperado esse conceito e feito dele instrumento de análise. A discussão que se segue visa a apresentar, de forma seletiva, algumas apropriações teóricas e analíticas do ethos, em campos afins à análise do discurso, com base em um conjunto limitado de definições representativas de algumas tendências dos estudos linguísticos e discursivos. Como visa a subsidiar análises de pronunciamentos de natureza político-institucional e à funcionalidade desses eventos discursivos na construção da imagem do locutor, esta discussão procurará vislumbrar as potencialidades analíticas de diferentes noções de ethos nesse âmbito, sem, contudo, propor-se a tarefa demasiadamente ambiciosa de uma reconstrução rigorosa ou de uma síntese desse conceito.

Serão tomados como parâmetros de discussão definições do ethos extraídas de obras de teóricos consagrados e considerados de importância capital em suas respectivas disciplinas. Ainda que possam ser consideradas ilustrativas de determinados momentos de algumas tendências teóricas, não necessariamente representam consenso entre os estudiosos que as advogam. Por essa razão, as análises não buscarão firmar juízo de valor acerca das diferentes abordagens analíticas que fazem uso dessa noção. Serão apresentados e discutidos conceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (Nova Retórica), de Oswald Ducrot (Pragmática Linguística), de Dominique Maingueneau (Análise do Discurso de linha francesa) e de Norman Fairclough (Análise do Discurso Crítica). A decisão de privilegiar essas tendências teóricas deveu-se à preocupação de delimitar o campo de análise a disciplinas mais afins à análise textual, apesar de se ter em conta que a noção de ethos como construto discursivo poderia também ser considerada produtivamente do ponto de vista antropológico ou sociológico, seja nos estudos da interação face-a-face desenvolvidos a partir do trabalho pioneiro de Erving Goffman, seja na sociologia dos campos de Pierre Bourdieu. Na discussão final do tema, recorreremos ao esboço de “semiótica do ethos” formulado por Guillaume Soulez (2002), que discute alguns dos autores citados e cuja perspectiva é particularmente interessante para este trabalho, já que problematiza o ethos como “expressão pública”.

1.3.1 Nova retórica ou teoria da argumentação

Na obra de Chaïm Perelman – em particular, no **Tratado da argumentação**, que escreveu em co-autoria com Olbrechts-Tyteca – reaparecem os três elementos da Retórica, embora se enfatizem o *logos*, como aspecto primordial da argumentação, e o *pathos*, como elemento secundário. Ainda que, como observa Leff (2009), a concepção de Perelman acerca do papel das pessoas na argumentação seja uma das marcas de sua ruptura com as hipóteses cartesianas sobre o raciocínio, aquela obra reserva espaço limitado ao *ethos*. Enquanto o paradigma racionalista procurava minimizar ou eliminar as considerações sobre as “pessoas” na argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca insistem em que a relação entre o locutor – ou *orador*, usando termo mais caro à Retórica – e aquilo que diz é pertinente e importante. Sua referência explícita à noção de *ethos*, contudo, visa sobretudo a reafirmar a ideia de que o orador deve fazer uma imagem do auditório e, ao mesmo tempo, construir uma imagem confiável de sua pessoa:

Se a pessoa do orador fornece um contexto ao discurso, este último, por outro lado, determina a opinião que dela se terá. O que os antigos chamavam de *etos oratório* se resume à impressão que o orador, por suas palavras, dá de si mesmo. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 363)

Segundo a Nova Retórica, todo orador deve estabelecer uma relação, uma comunhão com a audiência, criada pelo ato de comunicação em si. O *ethos* envolve tanto a relação do orador consigo mesmo como sua relação com a mensagem que transmite. Sendo a preocupação com o convencimento um ponto central dos estudos retóricos, é natural que se busque observar em que medida a imagem do locutor contribui para a adesão dos ouvintes a seu discurso. Assim, a credibilidade ou a confiança que o orador inspira são os frutos mais importantes da “impressão que o orador, por suas palavras, dá de si mesmo”.

É sintomático que o trecho selecionado fale em “pessoa do orador”. O orador não surge, no discurso, apenas como um signo entre outros. Ele é um fator de estabilidade dos sentidos, que pode e deve ser buscado fora daquela ocorrência discursiva. Aquela “pessoa” fornece um contexto ao discurso, na medida em que o ato de comunicação vincula-se a um indivíduo, cuja biografia é, ainda que parcialmente, de domínio comum. A Nova Retórica, aparentemente, não se preocupa com a necessidade de verificar a maneira como o discurso atual se apropria da biografia, para produzir novos sentidos a respeito do orador, como fica evidente no trecho a seguir:

A vida do orador, na medida em que é pública, constitui um longo preâmbulo a seu discurso. Por causa da interação constante entre o juízo que se faz do orador e aquele que se faz do discurso, quem argumenta expõe constantemente, até certo ponto, o seu

prestígio, que cresce ou decresce consoante os efeitos da argumentação. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 364)

Ao afirmar que a “vida do orador na medida em que é pública, constitui um longo preâmbulo a seu discurso”, o autor faz crer que aquela “vida” pode ser apreendida de forma unívoca, sem que se submeta a um processo de ressignificação, por meio do qual o orador pode reelaborar conteúdos de sua biografia, a serviço do sentido que pretende construir. Essa visão corresponde a uma concepção do sujeito como uma unidade estável e centrada, como um elemento que garante a inalterabilidade dos sentidos.

O trecho citado estabeleceu uma relação entre a vida do orador e o discurso que produz, sendo aquela um “preâmbulo” deste. Essa noção é, de certa forma, retrabalhada, com algumas adaptações, em estudos recentes, como, por exemplo, em Haddad (2005, p. 145), que propõe a noção de “ethos prévio”, como a “imagem preexistente do locutor”, e em Maingueneau (2005, p. 71), que fala em “ethos pré-discursivo”. Essa atualização da Nova Retórica exige que se passe de uma visão essencialista do locutor, expressa no substantivo “vida”, para uma visão de viés semiótico, que trate como signo a “imagem do locutor”. Em boa medida, a apropriação dos estudos retóricos pela Análise do Discurso exige o cuidado análogo de evitar uma concepção do sujeito como unidade racional e sempre idêntica a si mesma.

A retórica parece privilegiar o controle do orador sobre o seu discurso, seu domínio das estratégias de construção de sentido, que é capaz de mobilizar a seu favor, na justa medida de suas necessidades. Ele tem um papel central na argumentação e, de certa forma, sua interação com o discurso é o elemento definidor da retórica (arte de persuadir), por oposição à dialética (arte de demonstrar), como sugerem Perelman e Olbrechts-Tyteca no seguinte trecho:

Querendo ou não, utilizando ou não pessoalmente ligações do tipo ato-pessoa, o orador se arrisca a ser considerado, pelo ouvinte, vinculado ao seu discurso. Essa interação entre orador e discurso seria inclusive a característica da argumentação, opostamente à demonstração. No caso da dedução formal, o papel do orador é reduzido ao mínimo; ele aumenta à medida que a linguagem utilizada se afasta da univocidade, à medida que o contexto, as intenções e os fins adquirem importância. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 361)

Este trecho ressalta algumas das características da argumentação que fazem sobressair o papel do orador. Trata-se de aspectos relacionados à situação comunicativa tal como efetivamente se realiza, envolvendo agentes sociais e molduras institucionais, em que “o contexto, as intenções e os fins adquirem importância”. Esses aspectos serão de grande relevo nas análises propostas neste trabalho, que procurarão lidar com a

linguagem em situação de uso, e levar em conta os três elementos analiticamente separáveis nos processos de produção de significado: a produção do texto, o texto em si e a recepção do texto (Fairclough, 2003, p. 10).

1.3.2 Pragmática semântica ou pragmática linguística

A noção de *ethos* é discutida por Oswald Ducrot como uma ilustração das distinções categóricas que estabelece ao esboçar uma teoria polifônica da enunciação (1987). Nesse texto, Ducrot contesta o postulado de unicidade do sujeito falante, adotado pela maioria das abordagens da linguística moderna, a qual “vê o sujeito como a origem dos atos ilocutórios produzidos por intermédio do enunciado e, finalmente, acredita poder identificá-lo apenas pelas marcas de primeira pessoa” (Flores e Teixeira, 2005, p. 64). Segundo Ducrot, o sujeito surge como uma representação no sentido do enunciado, podendo a enunciação ser atribuída a um ou mais sujeitos.

É nesse contexto teórico que Ducrot propõe a distinção entre *locutor* e *enunciador*. O locutor é um “ser de discurso” a quem se deve imputar a responsabilidade pelo enunciado, por ser, no próprio sentido do enunciado, apresentado como tal. É a ele, que não se confunde com o autor empírico, que remetem as marcas da primeira pessoa do singular. Um enunciado pode ter mais de um locutor, como no caso do discurso relatado em estilo direto. Exemplifiquemos com os textos do *corpus*, que serão apresentados detalhadamente no capítulo 3. Os seis pronunciamentos feitos pelo Presidente Lula, com a possível exceção de um deles, foram proferidos com base em textos previamente preparados por equipes de assessores. Não há como estabelecer, com base apenas nas versões finais divulgadas publicamente, a participação efetiva, na elaboração do texto, de cada um dos autores empíricos, inclusive a do próprio Presidente Lula, como responsável final pelo texto. Pode-se supor, com grande segurança, que a autoria dos textos foi coletiva. Contudo, cada pronunciamento, *em seu conjunto*, teve um locutor: o Presidente Lula, a quem se deve atribuir a responsabilidade pelo que foi pronunciado. Isso não exclui a existência pontual de outros locutores, como no trecho a seguir, em que as duas frases finais, entre aspas, trazem a marca de outro locutor:

Quero agradecer, aqui, aos companheiros dirigentes do Fórum, aos Ministros, mas, sobretudo, quero agradecer ao povo do mundo inteiro que, sem medir sacrifício, veio aqui, às vezes sem ter o direito de falar, às vezes sem ter

oportunidade de falar, mas veio aqui só para dizer: “Eu existo, como ser humano. E eu quero ser respeitado como tal.” (Anexo I, parágrafo 8)

Se, para a identificação dos locutores nos enunciados, há marcas relativamente nítidas, o mesmo não se pode afirmar acerca da presença dos enunciadores no discurso, aos quais correspondem vozes que, muitas vezes, não são as de um locutor. Sem aprofundar o desenvolvimento da noção, que não nos interessa particularmente nesta apresentação, registremos apenas a definição oferecida por Ducrot:

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (Ducrot, 1987, p. 192).

Com vistas ao exame do conceito de ethos na Pragmática Semântica, devemos voltar à noção de locutor (ser do discurso), que se distingue, como se viu, do sujeito falante (ser empírico). Ducrot propõe distinguir, no âmbito da noção de locutor, o “locutor enquanto tal”, isto é, como fonte de enunciação (por abreviação “L”) e o locutor como ser do mundo (“λ”):

L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres do discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante (este último deve-se a uma representação “externa” da fala estranha àquela que é veiculada pelo enunciado). (Ducrot, 1987, p. 188).

Estabelecida esta distinção terminológica, Ducrot propõe associar o ethos a L, ao locutor como tal, como fonte da enunciação. O ethos, a imagem favorável que o locutor procura construir de si mesmo, com vistas a seduzir o ouvinte e captar sua benevolência, deve fundar-se no *modo* como a atividade oratória é exercida, e não no que o orador pode dizer de si mesmo. Assim, seria o locutor L que captaria essa imagem favorável, pela “aparência que lhe conferem a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos” (id. ib., p. 189), traços que caracterizariam aquele *modo*. Ao outro componente mais abrangente do locutor, o λ, que o considera como ser do mundo, caberia aquilo que o locutor pudesse falar de si.

Na minha terminologia, direi que o ethos está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado de certos caracteres que, por contraponto, tornam esta enunciação aceitável ou desagradável. O que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida, respeito a λ, o ser do mundo, e não é este que está em questão na parte da retórica de que falo (a distância entre estes dois aspectos do locutor é particularmente sensível quando L ganha a benevolência de seu público pelo próprio modo como humilha λ: virtude da autocrítica). (Ducrot, 1987, p. 189).

A distinção nítida entre o locutor e o autor empírico proposta pela Pragmática Semântica representa um avanço teórico em relação à proposta da Nova Retórica, na

medida em que, no momento da enunciação, não permite mais a confusão entre o locutor e a “pessoa do orador”. O locutor “λ”, que deve ser tomado como um construto discursivo, não se confunde com o ser empírico. Em lugar de dizer que “a vida do locutor” é um preâmbulo ao discurso, pode-se afirmar que o locutor “λ” é construído por discursos que precederam a enunciação em que ele se insere.

A aplicação das distinções propostas por Ducrot permite uma descrição bastante técnica do ethos, tomado estritamente como modo de alocação apropriado para tornar o discurso mais atraente e agradável para o auditório. Acreditamos que, a esta forma de considerar a construção de imagem de si no discurso, fiel ao conceito clássico, poderia somar-se um componente de caráter mais discursivo – e mesmo ideológico – que ajudaria a compor a imagem do locutor. Tomemos um exemplo, que pode ajudar a refletir sobre ampliação dessa noção: em um pronunciamento político sobre tema grave – a guerra, por exemplo – o locutor vale-se reiteradamente do imaginário cristão e da linguagem litúrgica. Ora, não se pode dizer que os efeitos de sentido desse aspecto discurso sobre a imagem do locutor se esgotem no locutor “L”. Eles depõem, sim, sobre o “caráter” do locutor “λ”, sem que este seja o objeto do enunciado. Não se trata aqui de tornar a enunciação “aceitável ou desagradável”, como propõe Ducrot, mas de agregar atributos ao “ser do discurso” que é o locutor, por meio daquilo que ele não diz explicitamente sobre si mesmo, mas mostra pelas palavras e argumentos que escolheu usar. Neste ponto, pode-se dizer que se aproximam as duas acepções da palavra ethos, a imagem que o locutor tenta projetar de si mesmo se confunde com as virtudes e atributos morais que o discurso deixa entrever.

A concepção de ethos que se depreende do trecho de Ducrot, ao mesmo tempo em que amplia as formas e os modos de projeção da imagem do locutor no discurso, restringe, de certa maneira, seus efeitos. Ela poderá ser mais produtiva se aceitar a multiplicidade de sentidos que, a propósito do locutor, o enunciado pode trazer, ampliando as consequências analíticas da teoria polifônica da enunciação. Esta tarefa, obviamente, é interdisciplinar e requer, a nosso ver, a incorporação de elementos analíticos de natureza discursiva.

1.3.3 Análise do Discurso de linha francesa

A Análise do Discurso de linha francesa incorporou a questão do ethos, oriunda da retórica antiga, principalmente no trabalho de Dominique Maingueneau, a partir da

década de 1980. Em texto referente aos elementos que compõem a “cena enunciativa”, Maingueneau recorda que “o discurso é inseparável daquilo que poderíamos designar muito grosseiramente de uma ‘voz’” (1989, p. 45). Essa “voz” do discurso corresponderia à dimensão que a retórica entendia por *ethé*, propriedades que os oradores revelavam a propósito deles mesmos pelo modo de se expressarem. Segundo Maingueneau, a eficácia dos *ethé* “se origina no fato de que eles atravessam, carregam o conjunto da enunciação sem jamais explicitarem sua função” (1989, p. 45).

Antes de apresentar o que Maingueneau chama de sua “concepção pessoal” do *ethos*, convém recordar a exposição que faz, de maneira bastante explícita, de alguns dos pressupostos teóricos que condicionariam a integração da problemática do *ethos* à Análise do Discurso. Segundo ele, a AD precisaria realizar, para tanto, um “duplo deslocamento”:

Em primeiro lugar, precisa afastar qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, para a AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. [...]

Em segundo lugar, a AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito. (Maingueneau, 1989, p. 44-45)

Deixemos de lado, por ora, o segundo deslocamento, que decorre do fato de a retórica ter-se ocupado, tradicionalmente, de textos orais, o que exige uma adaptação da noção de *ethos* para aplicar-se também a textos escritos. Concentremo-nos no primeiro deslocamento, isto é, na necessidade de descartar “qualquer preocupação ‘psicologizante’ e ‘voluntarista’”, na forma como o enunciador poderia escolher o papel que lhe conviesse para produzir os efeitos desejados sobre os interlocutores. Com efeito, o ajuste teórico proposto por Maingueneau decorre do postulado, característico da AD daquele período, do assujeitamento do sujeito no discurso, que não lhe daria margens para produção autônoma de “efeitos de sentido”. As propriedades do locutor decorrentes de seu modo de expressão não atenderiam a eventuais estratégias ou desígnios próprios, pois seriam sobredeterminadas pela formação discursiva.

É interessante que os termos “psicologizante” e “voluntarista” apareçam associados, como se correspondessem ao mesmo nível de análise. Na verdade, eles dizem respeito a momentos complementares da abordagem do fenômeno discursivo. A preocupação “psicologizante” corresponde ao interesse em analisar motivações – conscientes ou inconscientes – na construção da imagem do locutor no discurso; a preocupação “voluntarista” corresponde ao reconhecimento da competência do locutor

em estabelecer objetivos relativos ao processo de construção de sua imagem e em formular as estratégias mais adequadas a seus fins. Nenhuma destas preocupações é considerada pertinente pelas vertentes da Análise do Discurso que preconizam a preponderância da formação discursiva sobre o sujeito, ao qual não se reservaria sequer um papel subsidiário na construção do sentido.

Essa visão, em parte modificada por textos mais recentes da AD de linha francesa relativos ao tema, teve a virtude de problematizar a intencionalidade e a autonomia do sujeito, temas que não eram questionados pela Retórica clássica ou pela Nova Retórica. No momento inicial, sob forte influência do pensamento de Althusser, essa problematização parecia ter levado a AD ao polo oposto. O próprio Maingueneau parece consciente desse processo de radicalização, ao reconhecer que “caso nos contentemos em explicar a adesão dos sujeitos através da projeção de estruturas socioeconômicas (pertencer a tal grupo social obriga a acreditar em determinado discurso), manteremos uma relação de exterioridade entre discurso e sociedade”. E, em favor de uma visão do discurso como um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos, conclui que

em AD a reatualização aparente da retórica, através das diversas tendências da pragmática, vem acompanhada de um recuo em relação a seus pressupostos. Nada mais estranho, em sua perspectiva, do que a imagem de um discurso veiculando “ideias” graças a diversos “procedimentos”. Devolver todo seu peso ao sujeito, ao destinatário, ao lugar, ao momento, aos gêneros da enunciação, não deve, em caso algum, corresponder à justaposição de “fundo” e “forma”. (Maingueneau, 1989, p. 49-50)

Voltemos à reformulação da questão do ethos por Maingueneau. Ela parte da constatação inicial de que qualquer texto, oral ou escrito, é dotado de um *tom*, que indica uma fonte enunciativa, a qual não se ancora no mundo real, mas é um construto textual. Os indícios textuais fazem o co-enunciador¹³ construir a figura de um enunciador, um “fiador”, investido de caráter e corporalidade.

O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e mover-se no espaço social. O ethos implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apóiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apóia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. (Maingueneau, 2005, p. 72)

O ethos assim considerado se desenvolve em relação à cena da enunciação. Ao conjunto de fatores que interferem nas escolhas do locutor para a representação de seu fiador, Maingueneau (2005, p. 75) chama *cena de enunciação*, que seria integrada por

¹³ Ainda que recorra ao termo *destinatário* com alguma frequência, Maingueneau afirma preferir àquele o termo “co-enunciador” (emprestado de Culliolli), “porque ele convém melhor ao caráter fortemente interativo da comunicação verbal”. (Maingueneau, 2005, p. 91)

três cenas: *cena englobante*, que diz respeito ao estatuto pragmático do discurso (literário, filosófico, religioso etc.); *cena genérica*, que define a instituição discursiva ou o contrato associado ao gênero (editorial, sermão, visita médica etc.); e *cenografia*, que concerne à apresentação específica do texto (um sermão pode ser proferido em cenografia professoral, profética etc.).

O ethos constrói-se de forma dinâmica pelo destinatário, a partir da fala do enunciador; não se apresenta diretamente, mas de forma “lateral”. O ethos não deve ser encarado meramente como meio de persuasão, mas, sim, como parte constitutiva da cena de enunciação, que ele deve validar por sua própria enunciação. Essa visão interativa do ethos enseja a seguinte formulação por parte de Maingueneau:

O enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado. (Maingueneau, 2005, p. 75)

Dessa forma, a cena da enunciação deve ser considerada dentro de uma moldura abrangente, que abarque a inserção institucional da enunciação e dos interlocutores, as representações prévias do ethos do enunciador, as expectativas relativas ao gênero do texto e ao posicionamento ideológico dos participantes da cena, entre outros fatores. No *corpus* considerado na presente pesquisa, por exemplo, serão relevantes para a construção do ethos, em cada cena de enunciação, a participação específica do locutor na instituição em que fala, a composição do auditório a que se dirige, a predisposição recíproca e o conhecimento prévio entre enunciador e do co-enunciador, entre diversos outros fatores, sem excluir o que o locutor possa falar de si (ethos dito). Assim resume Maingueneau os fatores que interagem na conformação do ethos:

O *ethos* de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também de fragmentos do texto em que o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*): diretamente (“é um amigo que lhes fala”), ou indiretamente, por exemplo, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala [...]. A distinção entre *ethos dito* e *ethos mostrado* inscreve-se nos extremos de uma linha contínua, já que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o “mostrado”. O *ethos* efetivo, o que tal ou qual destinatário constrói, resulta da interação dessas diversas instâncias, cujo peso respectivo varia segundo os gêneros de discurso. (Maingueneau, 2008, p. 71)

Com a breve apresentação de alguns aspectos da concepção de Maingueneau da problemática do ethos, percebe-se que a perspectiva discursiva descortina novos horizontes analíticos para essa noção, pois o ethos se constitui pelo discurso, não é uma imagem exterior à fala. Sendo o ethos um processo de interação e de influência entre interlocutores, é um objeto privilegiado da Análise do Discurso, que deve procurar

apreendê-lo nas situações comunicativas precisas, integradas às conjunturas sociais e históricas que as conformam.

1.3.4 Análise do Discurso Crítica

O levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa tende a indicar que o tema do *ethos* e da imagem de si no discurso não tem sido tratado com frequência pelos principais autores da Análise do Discurso Crítica (ADC). Com efeito, esse tema não parece, ao menos à primeira vista, guardar maior afinidade com a preocupação comum aos teóricos da ADC de “difundir ainda mais a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder, além de aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre outra, tendo em vista que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação” (Vieira, 2002, p. 149). Norman Fairclough (2001), contudo, apresenta uma interessante discussão do tema e formula uma proposta abrangente de entendimento da questão do *ethos* discursivo, da qual não chega a extrair todas as consequências analíticas.

Usando um tipo de exposição característico de seu trabalho, apoiado em análises de casos concretos, Fairclough introduz a discussão do tema ao associar um comportamento de falta de polidez ao “conceito mais geral de *ethos*”. Explica que o *ethos* é a forma como “o comportamento total de um(a) participante, do qual seu estilo verbal (falado e escrito) e tom de voz fazem parte, expressa o tipo de pessoa que ele(a) é e sinaliza sua identidade social, bem como sua subjetividade” (Fairclough, 2001, p. 181-182). Comparando o comportamento de participantes em situações reais de interação – uma envolvendo uma relação tradicional entre médico e paciente e a outra envolvendo a interação entre um médico adepto de terapias alternativas e holísticas e um paciente – o autor caracteriza o primeiro como exemplo de *ethos* científico e o segundo como ilustrativo de “um *ethos* do mundo da vida”. Essa caracterização parte do pressuposto de que o comportamento dos participantes de situações de interação – em especial seu desempenho verbal – sinaliza sua identidade.

Do ponto de vista analítico, a inferência do *ethos* dos dois participantes acima mencionados implica pouco mais do que a identificação de uma categoria que possa caracterizar um conjunto de traços de comportamento. A definição apresentada por Fairclough, contudo, traz a grande virtude de reconhecer na intertextualidade a matriz do reconhecimento do *ethos*:

A questão do ethos é intertextual: que modelos de outros gêneros e tipos de discurso são empregados para constituir a subjetividade (identidade social, 'eu') dos participantes de interações? No caso do exemplo 1, os modelos foram tirados do discurso científico; no caso do exemplo 2, de discursos do mundo da vida.

A constituição de imagens discursivas dos sujeitos se faz por meio de “projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferência a outras” (Fairclough, 2001, p. 207-208). Pode-se entender que a margem de escolha à disposição dos sujeitos pressupõe que esses não são inteiramente assujeitados pela formação discursiva. Ao contrário, são sujeitos ativos, habilitados a operar escolhas e a interferir na construção de sua imagem. Está evidente a relação entre esta noção de ethos e a vertente crítica de Análise do Discurso adotada por Fairclough, que enxerga na linguagem um instrumento de emancipação.

Se a análise levada a cabo por Fairclough tem um alcance relativamente limitado, ainda que fuja do determinismo de outras correntes, ele amplia consideravelmente o alcance do *conceito* de ethos:

O conceito de ethos constitui um ponto no qual podemos unir as diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma versão particular do 'eu'. Dentro dessa configuração os aspectos da análise textual nos quais me concentrei neste capítulo – controle interacional, modalidade e polidez – todos têm um papel. Com efeito, a maior parte, se não a totalidade das dimensões analiticamente separáveis do discurso e do texto, tem algumas implicações, diretas ou indiretas, para a construção do 'eu'. (Fairclough, 2001, p. 209)

Fairclough preconiza maior atenção dos estudos da linguagem para a questão da construção do “eu”, observando que, tradicionalmente, os estudos linguísticos que lidaram com a questão do “eu” se centraram na expressão ou na emotividade, deixando de fora a perspectiva crucial do papel do discurso na constituição ou na construção do “eu”.

Quando se enfatiza a construção, a função da identidade da linguagem começa a assumir grande importância, porque as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas. Focalizar a expressão, por outro lado, marginalizou completamente a função de identidade como aspecto menor da função interpessoal. (Fairclough, 2001, p. 209)

A preocupação de conceder à função identitária da linguagem seu devido peso está evidente na obra de Fairclough de 2003, em que, entretanto, não é retomado o conceito de ethos. Nessa obra, no contexto da segunda leitura de sua recontextualização da Linguística Sistêmica Funcional, de Halliday (Resende e Ramalho, 2006, p. 56-61), Fairclough propõe usar o termo “Identificação” para caracterizar “um dos três grandes tipos de sentido no texto” (Fairclough, 2003, p. 159), sendo Ação e Representação os

outros dois tipos. O significado identificacional, segundo Fairclough, relaciona-se dialeticamente com os significados acional e representacional.

De certa forma, pode-se entender que a questão do *ethos* deixa de ocupar um espaço relevante, na teoria de Fairclough, em razão de sua maneira de encarar a identidade, a qual tende a afastá-lo de uma preocupação com uma imagem de si produzida, essencialmente, na instância da enunciação. Para Fairclough, a identidade importa, sobretudo, como capacidade de assumir papéis sociais, formular seus interesses e agir de acordo com eles. Ele critica a ideia, advogada por teorias pós-estruturalistas e pós-modernas, de que a identidade seja um efeito do discurso, construída no discurso. Trata-se, antes de mais nada, de uma questão de *consciência*: “A consciência de si é uma pré-condição para processos sociais de identificação, para a construção de identidades sociais, inclusive identificação social no discurso e em textos”¹⁴. Quando analisa a construção da “imagem” de homens públicos – Tony Blair, por exemplo – está mais preocupado com a questão da “estetização da política” do que com a instância enunciativa.

1.4 O *ethos* e a construção da imagem de si no espaço público

A discussão de definições de *ethos* ilustrativas de quatro correntes teóricas dos estudos da linguagem e do discurso permite inferir que esse conceito está longe de ter uma formulação definitiva e consensual. Maingueneau (2008) comenta as dificuldades em estabilizar a noção de *ethos* e sugere que é mais adequado apreendê-la como o núcleo gerador de uma multiplicidade de desenvolvimentos possíveis. Algumas ideias, contudo, podem ser consideradas amplamente aceitáveis, ainda que sujeitas a desdobramentos muito díspares. O *ethos* é uma noção *discursiva*, e não uma “imagem” exterior à enunciação; decorre de um processo *iterativo* de influência sobre o outro; e constitui uma noção híbrida (*sociodiscursiva*), que não pode ser apreendida fora da situação comunicativa (Maingueneau, 2008, p. 63).

Embora possa ser concebida em qualquer situação comunicativa, a construção do *ethos* parece ganhar relevo especial nas interações de caráter público, em que um agente social se expõe, física e intelectualmente, ao escrutínio de seus interlocutores. Esse será o caso na pesquisa que aqui apresentamos. As diversas abordagens do *ethos*

¹⁴ “Self-consciousness is a precondition for social processes of identification, the construction of social identities, including social identification in discourse, in texts” (Fairclough, 2003, p. 160).

que analisamos preservaram a ideia de Aristóteles de que, na situação pública, o que o orador mostra de sua personalidade, de seu caráter moral e mesmo de suas intenções pode ser mais revelador do que o que ele diz. Maingueneau afirma:

Em última instância, a questão do ethos está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro e a estratégia de fala de um locutor que orienta o discurso de uma forma a sugerir através dele certa identidade. (Maingueneau, 2008, p. 59-60)

A esse respeito, é relevante a ressalva feita por Soulez (2002, p. 179-180): o *mostrar* do ethos não se confunde com o lapso, com o *deixar escapar*; é, antes, um *deixar ver*. O ethos não desnuda a *pessoa*, mas relaciona-se à *personalidade*, à parte social da identidade ou, mais precisamente, à maneira como ela projeta sua identidade em dada situação social. Não é a pessoa que está em jogo, mas a conformidade a uma regra social, ou o peso que a personalidade poderá ter em uma troca social.

Chegamos, aqui, talvez, ao ponto em que a noção estrita de ethos pode deixar de abarcar todas as dimensões discursivas da questão da construção da imagem de si. Se nos circunscrevermos ao alcance da retórica e considerarmos o ethos somente como uma estratégia, um meio para a persuasão, teremos considerado apenas parte do potencial heurístico do conceito na construção da figura do locutor. A abordagem discursiva, tendo como fundamento uma visão interativa da comunicação verbal, poderá ampliar o alcance da análise do ethos. Se considerarmos, com Fairclough, que os significados identificacional, acional e representacional são indissociáveis e interdependentes, a imagem de si construída no discurso deverá ser, necessariamente, produto da relação dialética entre esses aspectos do significado.

CAPÍTULO 2: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA QUESTÃO DA IMAGEM DE SI EM DIREÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA

Ao se afirmar que o ethos se constrói com base antes naquilo que o locutor mostra de si do que naquilo que diz acerca de si, não se pode pretender cultivar a ilusão de que a construção da imagem de si se faça sobre o vazio semântico ou que se reduza a um jogo de formas. Ao contrário, as estratégias e os procedimentos de formulação discursiva da imagem de si que estudaremos neste trabalho se fazem possíveis apenas quando inseridos em um conjunto de enunciados que postulam, de maneira mais ou menos coerente, uma visão de mundo, uma moldura ideológica e, sobretudo no caso do ethos político, uma perspectiva de ação no âmbito da esfera pública. É relevante observar, ainda, que o discurso é elemento constitutivo da cosmovisão e da ideologia, e não a mera conformação linguística de um pensamento que se produz em alguma outra dimensão.

A construção da imagem de si por meio do discurso não se faz de maneira unívoca e isenta de contradições. Se, em apenas um pronunciamento, é possível, por vezes, discernir índices divergentes relativos à imagem do locutor, em um conjunto heterogêneo de textos, a tendência à dispersão dos sentidos pode aumentar. Seria ingênuo supor, portanto, que a análise desse processo pudesse desembocar na apresentação de uma imagem monolítica do locutor, resultado convergente da soma de traços registrados nos discursos. O que se procurará compreender, portanto, é mais o *processo* de construção de imagem do que o *produto*, necessariamente permeado de equívocos, dele resultante.

Entendemos que construção da imagem do locutor pelo discurso é um processo específico de produção de sentido, que pode ser considerado como secundário e potencialmente co-extensivo a qualquer produção de sentido no discurso. Esta hipótese, que comporta riscos, guarda analogia com a afirmativa de Barthes, mencionada no capítulo anterior, que compara o ethos à conotação, isto é, a um sentido subjacente, que se produz paralelamente àquele que se enuncia sobre um tópico qualquer. Para evitar mal-entendidos, procuraremos esclarecer os pressupostos da noção que acabamos de propor.

O primeiro esclarecimento diz respeito ao adjetivo *secundário*, que não implica, neste contexto, qualquer juízo sobre sua importância. A construção da imagem do locutor pode ser tomada como um processo de significação secundário na medida em

que, mesmo quando o locutor não se constitui no tópico de que trata o enunciado, este não deixa de produzir sentidos acerca o locutor. Esses sentidos são secundários – e aqui assinalamos o segundo esclarecimento – em relação aos que se produzem relativamente ao “objeto-de-discurso” explícito no enunciado, a cuja construção nos referimos como produção primária de sentido. Por *primária*, não entendemos, portanto, a produção do sentido supostamente literal, mas, sim, a produção de sentido sobre o tópico explícito do enunciado. Colocando a questão nestes termos, cremos mitigar a imprecisão da formulação de Barthes, quando afirma que “o orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, diz: sou isto, não sou aquilo”. Para se explorar adequadamente a sugestão de Barthes, é necessário compreender de forma bastante ampla o que ele designa por “informação”. A imagem de locutor que se constrói no discurso não é apenas um adendo ao sentido literal do enunciado, nem se produz necessariamente em função deste. Tampouco se pode limitar a construção do ethos aos enunciados constativos¹⁵, como poderia sugerir um entendimento restritivo do vocábulo *informação*. O ethos, tal como queremos entendê-lo neste trabalho, emerge no discurso de diversas formas, muitas delas vinculadas à relação entre enunciador e co-enunciador, à situação de comunicação e ao contexto institucional e histórico em que se produz o enunciado.

A hipótese de que a construção da imagem do locutor seja potencialmente co-extensiva a toda produção de sentido é compatível, segundo cremos, com a tese de Fairclough (2001), mencionada no capítulo anterior, segundo a qual “a maior parte, se não a totalidade das dimensões separáveis do discurso e do texto, tem algumas implicações, diretas ou indiretas, para a construção do ‘eu’”. Nossa hipótese fundamenta-se no pressuposto teórico de que os significados acional, representacional e identificacional dos textos¹⁶, tais como apresentados em Fairclough (2003), são indissociáveis e solidários, uma vez que se reforçam mutuamente, na formulação dos sentidos dos textos. Procuraremos mostrar que aspectos dos textos relacionados com os significados acional e representacional também contribuem para a construção da imagem do locutor. Por exemplo, a maneira como o texto se relaciona com o domínio discursivo de que participa ou do gênero textual a que pertence, ou a forma como o texto constitui um objeto-de-discurso – aspectos que se associam, respectivamente, ao

¹⁵ O enunciado constativo, usado para *descrever estados de coisas*, opõe-se ao enunciado performativo, usado para *fazer coisas*, segundo uma das primeiras propostas formuladas por Austin, em **How to do things with words**, logo por ele mesmo modificada. O enunciado constativo – chamado, com frequência, pelos filósofos, de asserção – tem a propriedade de ser verdadeiro ou falso. (v. Austin, 1983, p. 43)

¹⁶ As categorias analíticas de Fairclough aqui referidas serão discutidas na parte final deste capítulo.

significados acional e ao significado representacional do texto – são elementos relevantes da caracterização do locutor. Inversamente, o significado identificacional tem também repercussões importantes no conjunto de sentidos presentes no texto.

Alguns aspectos da pesquisa aqui apresentada se inspiram nos parâmetros metodológicos fornecidos pela Análise de Discurso Crítica, sobretudo na versão apresentada por Fairclough em **Analysing discours: textual analysis for social research** (2003), mas também na que elaborou em **Discurso e mudança social** (2001). Antes de expormos de maneira mais detalhada a perspectiva metodológica de que nos valeremos nos capítulos a seguir, e a fim de dar uma feição mais palpável às variáveis com que tencionamos lidar em nossa análise, procuraremos ilustrar o processo de construção da imagem de si em dois enunciados do *corpus*, que não tomam o locutor como tópico.

2.1 Uma ilustração da construção da imagem de si no discurso

Consideremos os exemplos dos seguintes períodos, extraídos do pronunciamento do Presidente Lula no contexto da cúpula do G8 (anexo III, parágrafos 44 e 45):

- (a) O multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia em termos nacionais.
- (b) Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar.

Os períodos transcritos não têm o enunciador como tópico nem há neles marcas da primeira pessoa do singular, como pronomes pessoais e possessivos ou desinências verbais. O primeiro período (a), apesar de não ser isento de juízo de valor, poderia constar de um livro-texto de História ou de Relações Internacionais, por adotar uma forma e um tom relativamente neutros, para os quais muito contribui o uso do adjetivo “comparável”, que implica omissão do autor/agente da comparação. A inferência de que o locutor endossa a comparação expressa no período não se sustenta propriamente no enunciado; ela decorre da força ilocucionária do ato de fala, isto é, no caso em questão, do suposto compromisso assumido pelo enunciador com a verdade da proposição expressa (ver Levinson, 2007, p. 287-308).

O segundo período (b) é uma assertiva peremptória, que não contém recursos de modalização que atenuem o valor do vocábulo “obrigação”. Sua construção indica, portanto, um forte compromisso do autor com aquilo que diz. Curiosamente, a

“obrigação” expressa no predicado diz respeito não a um comportamento objetivo, mas, sim, a uma disposição subjetiva, manifesta pela forma verbal “valorizar”. Não se trata, por exemplo, de obrigação de *respeitar* ou de *preservar* o multilateralismo, o que tornaria mais palpável o teor da afirmativa. A “obrigação” situa-se no terreno axiológico e corresponde a uma propensão subjetiva que, segundo o enunciado, se espera de “toda nação comprometida com o progresso da civilização”. Descompasso semântico semelhante ao apontado entre “obrigação” e “valorização” existe entre o participio “comprometida” e seu complemento, uma vez que essa forma verbal não introduz referência a um compromisso objetivo. Dificilmente se poderia imaginar um evento histórico-discursivo em que uma nação assumisse um compromisso com um valor tão amplo como o “progresso da civilização”. Atente-se para o fato de que o uso do artigo definido e do singular (“a civilização”) faz esse substantivo equivaler à humanidade. Assim, não se deve entender que o trecho em questão se refira a um compromisso objetivo, mas, uma vez mais, à adesão a um valor.

Ambos os enunciados tratam explicitamente de um tema: o multilateralismo. Constroem-no como objeto-de-discurso, formulando dele uma ideia positiva, explícita, por exemplo, no uso do vocábulo “avanço”. Faz-se o elogio do multilateralismo, comparando-o à democracia. O entendimento do exato significado desta comparação requer que examinemos seus pressupostos, que vamos buscar, inicialmente, no interdiscurso da Filosofia e da Ciência Políticas. Sendo a democracia um valor aceito de forma virtualmente universal¹⁷, o locutor se vê desobrigado a justificar em que medida ela é um “avanço”. Alguns de seus traços essenciais seriam característicos também do multilateralismo, “no plano das relações internacionais”. Para tentar discernir quais seriam esses traços, vejamos o que diz Bobbio (1988, p. 37-38) sobre os significados históricos de *democracia*:

É inegável que historicamente “democracia” teve dois significados prevaletentes, ao menos na origem, conforme se ponha em maior evidência o conjunto das regras cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos, as assim chamadas regras do jogo, ou o ideal em que um governo democrático deveria se inspirar, que é o da igualdade. À base dessa distinção costuma-se distinguir a democracia formal da substancial, ou, através de uma outra conhecida formulação, a democracia como governo do povo da democracia como governo para o povo.

É possível traçar paralelos entre os dois significados de democracia referidos por Bobbio e aspectos análogos da ordem internacional. As “regras do jogo” necessárias

¹⁷ Sem aprofundar a questão, faço menção ao texto de Coutinho (1984), que discorre sobre o tema da “democracia como valor universal” do ponto de vista do marxismo ocidental.

para a distribuição do poder político encontram seu equivalente no Direito Internacional Público, que conta, entre suas principais fontes, os tratados, inclusive aqueles que constituem as organizações internacionais, em favor das quais dos Estados abdicam de parte de sua soberania. Se o multilateralismo constitui a forma “democrática” de relação entre os Estados, a observância do Direito Internacional e o cumprimento das decisões das instâncias competentes dos organismos intergovernamentais devem constituir fundamentos dessa relação.

Quanto à concepção de democracia como uma forma de exercício do poder que visa à igualdade, a qual se traduz, no estado liberal, nos princípios de igualdade perante a lei e de igualdade de direitos (Bobbio, 1988, p. 39-40), pode-se traçar seu paralelo, no plano internacional, com o princípio da igualdade jurídica entre os Estados. Em conformidade com esse princípio, não existe uma entidade central e superior ao conjunto de Estados, com prerrogativa de impor o cumprimento da ordem jurídica internacional e de aplicar uma sanção por sua violação. São os próprios sujeitos do Direito Internacional (os Estados) que, diferentemente do que ocorre no direito interno, produzem diretamente a norma jurídica que lhes será aplicada (por exemplo, na celebração de tratados entre Estados), o que constitui uma relação de coordenação, não de subordinação.

Como vimos, ambas as afirmativas ora analisadas são expressas em termos genéricos e parecem, à primeira vista, declarações de princípio que não se referem a acontecimentos específicos da vida internacional. Uma compreensão mais acurada dessas asserções poderá, contudo, resultar de uma leitura a contrapelo, com recurso a elementos contextuais. Pode-se supor que, invertendo os termos do segundo período, o Presidente Lula queira sugerir que o multilateralismo não esteja sendo valorizado por alguns atores do sistema internacional, os quais, assim, não se estariam mostrando comprometidos com o “progresso da civilização”. Se passarmos do campo axiológico, no qual se constrói o enunciado, para o terreno da ação política, podemos inferir que esses atores desrespeitam o Direito Internacional e suas instituições. A circunstância que ressalta no final do período (“independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar”), lida também inversamente, parece identificar esses atores, sem, contudo, nomeá-los. Essa identificação, que se pode supor evidente para os destinatários imediatos do discurso, não é expressa, o que permite a preservação da face dos representantes desses atores e evita o conflito ou constrangimento, na medida em que não se pode responsabilizar o locutor por uma afirmativa que poderia ser considerada

ofensiva por algum interlocutor. Parece aplicar-se ao caso a afirmativa de Ducrot, segundo a qual “muitas vezes temos necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas e de poder fazer como se não as tivéssemos dito; de dizê-las, mas de tal forma que possamos recusar a responsabilidade de tê-las dito” (Ducrot, 1976, p. 13).

Em outro texto do *corpus*, ainda sem nomear os atores internacionais que desrespeitariam o multilateralismo, o Presidente repete os argumentos reproduzidos acima, inclusive a comparação entre democracia e multilateralismo. A sequência do texto parece revelar, com maior nitidez, os problemas internacionais em torno dos quais o multilateralismo não estaria prevalecendo (Anexo V, parágrafos 12 e 13):

O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das Nações. Toda nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve zelar para que, também no plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos, representativos.

As tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central.

Ora, a mera referência ao Iraque e ao Oriente Médio indica os atores e as circunstâncias em que se viu afetado o multilateralismo. Sabe-se que, em março de 2003, menos de três meses antes do proferimento do discurso ora em exame, uma coalizão de países, liderada pelos Estados Unidos, iniciou uma ação militar contra o Iraque, que viria a ser deplorada pelo Brasil, “particularmente [pelo] fato de que o recurso ao uso da força se deu sem a expressa autorização do Conselho de Segurança”¹⁸ e, portanto, sem amparo no Direito Internacional. Em uma “Nota do Itamaraty sobre o Conflito no Iraque”¹⁹, divulgada quando do início das operações militares, o Governo brasileiro

lamenta profundamente [...] que não se tenha perseverado na busca de uma solução pacífica para o desarmamento do Iraque, no marco da Carta das Nações Unidas e das resoluções do Conselho de Segurança, e em conformidade com as inúmeras manifestações de Chefes de Estado, de Parlamentos e da sociedade civil em todos os continentes.

Observe-se que, mesmo nesta nota, que trata especificamente do conflito, se preferiu não identificar o sujeito da oração que se inicia com “que não se tenha perseverado”, isto é, optou-se por não identificar os responsáveis pelo desrespeito ao Direito Internacional – este referido por meio de duas de suas fontes: a Carta das Nações Unidas e as resoluções do Conselho de Segurança. Ausentes na nota, embora

¹⁸ Discurso do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Sardenberg, no Conselho de Segurança da ONU. Reunião sobre a situação no Iraque, em 26 de março de 2003 (http://www2.mre.gov.br/doma/textos/discurso_sardenberg_26_03_2003.htm).

¹⁹ Disponível em http://www2.mre.gov.br/doma/textos/nota_mre_20_03_2003.htm.

facilmente identificáveis, os agentes que menosprezaram o multilateralismo aparecem no trecho em análise (anexo III, 45), como assinalamos, por uma alusão indireta, em “independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar”. Ora, os que faltaram à “obrigação” de valorizar o multilateralismo foram justamente alguns dos atores internacionais de maior projeção econômica e de maior peso político e militar – os Estados Unidos e seus aliados (Reino Unido, Espanha, Itália, Polônia e Austrália).

Tendo sido examinados, portanto, com alguma profundidade, os sentidos construídos no trecho em análise, com especial atenção para alguns de seus pressupostos e implícitos, resta apontar em que medida se constrói, concomitantemente, uma imagem do locutor no texto.

Inicialmente, devemos considerar que a imagem do locutor associa-se com os valores que defende. O principal objeto-de-discurso construído no trecho é o *multilateralismo*. Ao associar o multilateralismo com valores como *democracia* e *progresso da civilização*, tomando estes como assentados e indiscutíveis – prescindindo, portanto, de justificativa – o locutor estabelece os parâmetros axiológicos pelos quais se baliza. A assertividade dos dois períodos, com uso de vocábulo (“obrigação”) que caracteriza uma modalização categórica, reforça a firmeza dos compromissos do locutor e demonstra que ele se pauta pela ética.

Ainda no campo dos valores, mas numa análise um pouco mais sutil, podemos especular sobre aspectos da escolha vocabular do trecho. É curioso o uso dos itens “avanço” e “progresso” no texto de um político de esquerda, pois essas noções normalmente são consideradas simplistas, típicas de uma concepção linear da história. O uso desses termos, contudo, não choca, pois reforça a adesão do locutor aos valores que quer ressaltar. O mesmo efeito decorre do uso do vocábulo “civilização” no singular, já ressaltado acima.

Outro traço do ethos que pode ser inferido do texto é o da coerência, que só pode ser depreendido adequadamente depois da análise global dos sentidos dos enunciados, empreendida anteriormente. A comparação entre multilateralismo (no plano internacional) e democracia (no plano interno), que mobiliza todo um repertório de pressupostos que procuramos esboçar, assegura ao locutor uma posição de coerência, pois lhe permite defender os mesmos valores nos dois planos. Do ponto de vista argumentativo, o recurso àquela comparação é muito interessante, porque todos os países que integraram a coalizão que, ao arripio do Direito Internacional, participou da invasão do Iraque são considerados exemplos de democracias representativas, no plano

doméstico. Segundo o argumento apresentado no trecho em tela, estes países não estariam observando os mesmos princípios nas duas esferas (interna e externa).

Conforme assinalamos, o locutor demonstra cuidado com a preservação da face dos interlocutores. Três dos países participantes da coalizão responsável pela invasão do Iraque (EUA, Reino Unido e Itália) integram o foro onde se fez o discurso, o G8, agrupamento de alguns dos países de economia industrial mais desenvolvida. Assim, pelas regras do bom convívio diplomático, seria descabido, tendo sido convidado para participar do “diálogo ampliado” do G8 com grandes países em desenvolvimento, que o Presidente do Brasil lançasse aos anfitriões acusações diretas de desrespeito ao Direito Internacional e de incoerência com os princípios democráticos. Uma atitude agressiva seria contraproducente, pois infringiria as coerções características do discurso diplomático²⁰ – segundo Cohen-Wiesenfeld (2008), os “constrangimentos antinômicos”, ou as “exigências contraditórias” de conciliar a defesa do interesse nacional com o esforço de evitar a guerra e construir a paz. A observância das convenções de gênero reforça a imagem de temperança e equilíbrio do locutor, essenciais à continuidade do diálogo.

Vale observar que o reconhecimento da existência dos constrangimentos de gênero não implica a impossibilidade de transgredi-los. Um exemplo de transgressão de gênero foi o pronunciamento, amplamente noticiado em todo o mundo, do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, proferido em setembro de 2006, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, em que chamou o Presidente estadunidense George W. Bush de “diabo”, ao dizer: “O diabo veio aqui ontem. Ainda cheira a enxofre hoje”, referindo-se ao fato de Bush ter discursado no mesmo local no dia anterior. Uma atitude de confrontação como esta impede o prosseguimento de qualquer diálogo e projeta um ethos de agressividade que não se pode comparar com o que constrói o discurso do Presidente Lula.

A imagem de ponderação e equilíbrio que se projeta na figura do Presidente Lula não exclui a de coragem. Ainda que formuladas com urbanidade e habilidade, as críticas presentes no trecho em estudo são, no ambiente em que fala, perfeitamente compreensíveis. Os atores a que se refere são também facilmente identificáveis. Sua fala revela, de forma nítida, sua dissensão quanto às posições de alguns países centrais, em especial dos Estados Unidos. O destemor de defender uma posição divergente não

²⁰ A caracterização do discurso diplomático e do gênero do pronunciamento político internacional será objeto do capítulo 5.

implica, contudo, uma atitude que comprometa a participação, como interlocutor relevante, nos foros plurilaterais ou multilaterais.

A análise que acabamos de fazer reforça a necessidade de adotarmos uma perspectiva crítica e ampliada da noção de ethos, já esboçada no capítulo anterior, que seja apta a articular a instância estritamente enunciativa – aquela que, nos termos de Ducrot, remete ao locutor L – à instância em que se produz a imagem do ser-de-discurso que amalgame as características de “personalidade” do locutor, para retomar o termo proposto por Soulez. As duas instâncias são interdependentes e inseparáveis da cena de enunciação. Caso nos limitássemos a compreender o ethos como uma estratégia de persuasão, uma forma de angariar a confiança ou a simpatia do interlocutor, certamente não teríamos podido discernir as características atribuíveis ao locutor, tal como fizemos nesta seção.

2.2 O contexto e a construção dos significados

A concepção ampliada do ethos proposta acima está aliada a uma visão da linguagem como forma de ação no mundo e interação entre os interlocutores, que leva em consideração as condições objetivas de produção e recepção dos enunciados. Com vistas a fundamentar as opções de método de análise textual a serem expostas adiante, vamos recapitular a importância do contexto para a análise realizada, a fim de apreender algumas variáveis que precisamos ter em conta no tratamento do *corpus*.

Na análise ilustrativa dos dois enunciados pronunciados pelo Presidente Lula acerca do multilateralismo, que fizemos na seção anterior, os elementos contextuais foram tomados como constitutivos da comunicação e dos sentidos e apresentados em, pelo menos, três dimensões distintas. Para expor o significado representacional dos enunciados, foi necessário apelar, entre outras fontes, para o *contexto histórico*, que revelou o desgaste do multilateralismo, em especial no episódio da Guerra contra o Iraque. A referência à “dimensão econômica” e ao “peso político e militar” indicou, de forma oblíqua, os atores a que os enunciados faziam alusão. Para compreendermos o alcance específico do argumento que compara o multilateralismo com a democracia, tivemos de situar o *contexto institucional* da alocução, o G8, grupo que reunia, entre outros, diversos países que, apesar de desfrutarem, no âmbito doméstico, de regimes democráticos consolidados, desacreditaram as instituições multilaterais de segurança, ao promoverem a invasão do Iraque. Finalmente, para explicarmos a opção estratégica do

locutor de produzir enunciados de caráter generalizante e, à primeira vista, principistas, evitando acusações específicas a países representados na cena da enunciação, precisamos considerar o *contexto da interação comunicativa*, em que se fazia necessária e conveniente a preservação da face do interlocutor, com vistas à manutenção das condições de diálogo.

Pode-se verificar, sem recurso a maiores artifícios analíticos, alguma analogia entre as dimensões de contexto apontadas acima e os três aspectos do significado nos textos, segundo Fairclough (2003): ação, representação e identificação. O contexto institucional, por exemplo, permitiu que o locutor executasse, segundo os parâmetros do domínio discursivo político-diplomático, uma *ação* de crítica, formulada com grande tato, conforme as restrições genéricas, sem atribuir responsabilidades específicas, que pudessem ferir suscetibilidades. A *representação* de fatos e processos, bem como a *identificação* (até mesmo tácita) de atores, correlaciona-se com outros elementos contextuais indicados acima. Procuraremos explorar, mais adiante, as consequências desta analogia.

No presente estudo, as diferentes dimensões do contexto serão exploradas, na medida em que forem necessárias para a análise dos procedimentos e dos mecanismos de construção da imagem do locutor nos discursos. Não teremos a presunção de apresentá-las como dados apriorísticos. Ao contrário, as informações contextuais serão suscitadas e elaboradas de acordo com as necessidades da análise. Esse procedimento metodológico deve-se, inicialmente, às limitações do analista, mas também – e sobretudo – ao próprio escopo da análise.

Acreditamos haver demonstrado, pela ilustração anterior, que a posição relativa do locutor diante dos objetos-de-discurso que elabora é um elemento crucial na construção de sua imagem. Como a legibilidade dessa posição exige a compreensão do contexto no qual ela se insere e à qual ela se refere – contexto que abarca o interdiscurso e os intertextos pertinentes –, não se pode deixar de tentar retrazar as referências contidas nos textos. Não se procurará escamotear o que há de artificial na exposição do contexto, pois sua descrição, tal como procuraremos esboçar, em cada caso, tem o propósito primordial de ressaltar elementos que parecem significativos na produção de sentido, sem qualquer pretensão de esgotar a descrição dos componentes históricos, institucionais ou situacionais. Como observa Derrida, o contexto nunca é absolutamente determinável ou “sua determinação nunca está assegurada ou saturada” (1991, p. 13). O

contexto só se deixa conhecer pela contribuição ativa do leitor e do analista, conforme ressalta Adam:

Não se pode esquecer que não temos acesso ao contexto como dado extralinguístico objetivo, mas somente a (re)construções pelos sujeitos falantes e/ou por analistas (sociólogos, historiadores, testemunhas filólogos ou hermeneutas). As informações do contexto são tratadas com base nos conhecimentos enciclopédicos dos sujeitos, nos seus pré-construídos culturais e nos lugares comuns argumentativos. De um ponto de vista linguístico, é preciso dizer que o contexto entra na construção do sentido dos enunciados. Com efeito, todo enunciado, por mais breve ou complexo que ele seja, tem sempre necessidade de um co(n)texto. As frases fora do co(n)texto dos livros de gramática, de sintaxe, de semântica e até de pragmática, tornam-se enunciados interpretáveis recorrendo-se a um co(n)texto padrão (Adam, 2008, p. 52-53).

Neste estudo, a construção dos dados se fará em conformidade com os parâmetros a serem expostos na seção seguinte, que tratará mais especificamente dos capítulos analíticos (4, 5 e 6). No capítulo 3, ao fazer a apresentação do *corpus* selecionado para análise, é natural que se apresente de forma mais sistemática o contexto institucional em que ocorreram as alocações. Nele, se buscará compreender como as linhas mestras da argumentação de cada discurso são suscitadas pela relação entre o locutor e a instituição que o recebe.

2.3 A análise textual

Os três capítulos que constituirão a parte propriamente analítica deste trabalho examinarão a construção da imagem de si em discursos internacionais do Presidente Lula por três prismas, todos vinculados às circunstâncias objetivas de interação: 1) a apresentação de si e a figuração do interlocutor; 2) a relação do discurso com o domínio discursivo político-diplomático; e 3) representações do mundo pelo discurso. Essa organização da matéria guarda relação com os três aspectos do significado – identificacional, acional e representacional – segundo Fairclough (2003), no qual nos inspiramos, sem, contudo, adotarmos todo seu arcabouço metodológico.

Como assinalado no capítulo anterior, Fairclough (2001) suscita a questão do ethos ao tratar da construção discursiva do ‘eu’ e das “propriedades analíticas de textos que são ligadas particularmente à função interpessoal da linguagem e aos significados interpessoais” (p. 175). Contudo, na exposição mais abrangente de sua concepção da Análise do Discurso (Fairclough, 2003), a categoria de ethos não mais é trazida à baila, ainda que a temática em que aquela categoria se inscrevia tenha ganhado ainda mais espaço em sua análise. Com efeito, na reformulação da teoria das funções da linguagem de Halliday que Fairclough elaborara em 2001 (edição original de 1992), a função

interpessoal de Halliday se dividia em dois componentes: a função relacional e a função identitária. A esta última estaria vinculada a categoria de ethos. Em 2003, Fairclough passa a considerar a função relacional assimilada ao significado acional e, com isso, a questão da identidade ganha peso maior, por meio da categoria do significado identificacional.

No capítulo 4, serão explorados os sentidos construídos em torno dos interlocutores, considerando tanto a apresentação do “eu” como a figuração do interlocutor. A primeira categoria merece uma qualificação adequada, para que não se confunda com o tema geral da construção da imagem de si, em torno do qual gira o conjunto deste trabalho. Consideraremos a *apresentação do “eu”* como o conjunto de enunciados que explicitamente têm o “eu” e signos correlatos como tópicos nos textos do *corpus*. Como vimos, essa noção difere nitidamente da de ethos, que privilegia os mecanismos indiretos de construção da imagem de si. O “eu” apresentado pelos textos tenderá a ser reforçado pelos indícios indiretos de construção do ethos.

Convém assinalar que o uso da expressão *apresentação do “eu”*, além de permitir que se distinga, de forma nítida, a análise proposta da questão mais ampla do ethos, tem a importante vantagem de evocar, imediatamente, os pronomes e dêiticos ligados à primeira pessoa do singular, marcantes, nos trechos em que o locutor fala de si. É conveniente, contudo, ressaltar que o uso do pronome “eu” não implica recurso a qualquer conceito psicanalítico ou exclusão da dimensão reflexiva do discurso²¹.

A análise da figuração do interlocutor é uma tarefa mais complexa do que a da apresentação do “eu”, até porque abarca mais de uma instância: a imagem do auditório propriamente dito, da instituição ou de figuras que a representem. Em qualquer um dos casos, essa figuração é muito importante para a construção da imagem do locutor, pois sempre há um movimento de projeção de uma figura sobre a outra, seja por empatia, seja por repulsão.

Para o estudo dessas dimensões dos pronunciamentos, serão mobilizados, entre outros, os seguintes elementos linguísticos e discursivos: processos de referenciação, escolha vocabular, uso de conectores argumentativos e de pronomes.

No capítulo 5, procuraremos discutir de que maneira o domínio discursivo político-diplomático conforma as manifestações da imagem do locutor nos textos. Para tanto, procuraremos compreender a especificidade desse domínio discursivo, tomando

²¹ Paul Ricoeur (1991, p. 11) ao justificar o belo título de sua obra **O si-mesmo como um outro**, comenta que o “si” marca “o primado da mediação reflexiva sobre a posição imediata do sujeito tal como ela se exprime na primeira pessoa do singular: ‘eu penso’, ‘eu sou’.”.

como ponto de partida uma breve discussão sobre a natureza da política internacional. O caráter “anárquico” do sistema internacional, no qual não existe uma autoridade central, responsável pela manutenção da ordem e pelo respeito ao direito, é fator de insegurança e exige, do ponto de vista discursivo, cuidados especiais dos atores internacionais para evitar a quebra do equilíbrio de forças que mantém a paz entre as nações. O capítulo procurará descrever os principais recursos discursivos que os estudos recentes têm apontado como característicos desse domínio, como a ambiguidade nos significados e os mecanismos de preservação da face, e sua pertinência no estudo do *corpus*.

Ainda no capítulo 5, serão estudadas as consequências dos constrangimentos de gênero para a construção da imagem de si nos textos do *corpus*. Não se aprofundará a preocupação taxonômica com o gênero. Essa categoria será utilizada, sobretudo, para caracterizar a forma específica de ação discursiva e política que se realiza no pronunciamento do Chefe de Estado diante de platéias predominantemente estrangeiras. Procurar-se-á avaliar como as condições de interação, que ressaltam, pelo alto grau de formalidade, a representatividade da alocução, influenciam a figuração do locutor. Terá destaque a análise das referências metadiscursivas e intertextuais, na medida em que elas chamam atenção para o ato da enunciação e marcam a presença da alteridade no texto.

No capítulo 6, a construção da imagem do locutor será analisada em função da escolha e do tratamento dos temas nos pronunciamentos. As formulações discursivas dos objetos-de-discurso permitirão a reconstrução da perspectiva do locutor diante dos fatos do mundo. Com base na análise de todo o *corpus*, serão identificados os temas que percorrem transversalmente os pronunciamentos. Acerca de cada tema, se buscará, com base em uma apresentação mínima do contexto, discernir o posicionamento advogado pelo Presidente Lula, os intertextos com que dialoga e, eventualmente, a forma como lida com a memória discursiva do tema na diplomacia brasileira.

Neste capítulo, será estudada também a forma como a escolha lexical, ensejada por cada tema específico, contribui para a construção da imagem do locutor, seja pela associação direta de alguns signos com sua figura, seja pelos processos de deslocamento semântico que opera.

Cabe ressaltar que, ao longo deste trabalho, instrumental analítico oriundo da Pragmática, da Semântica Argumentativa e da Linguística Textual será, pontualmente, utilizado na análise de aspectos do *corpus*, ainda que de maneira não preponderante. Conceitos como os de polidez e de preservação da face (da própria e da alheia),

formulados no âmbito da análise da interação social e retomados pela Pragmática e pela Sociolinguística, serão aplicados, quando pertinentes. O estudo de implícitos e de pressupostos e do uso de conectores argumentativos – relevantes na Análise do Discurso – se beneficiará da elaboração teórica da Semântica Argumentativa, tal como desenvolvida por Ducrot (1976 e 1987). Por fim, o exame do processo de formulação e de reformulação textuais dos *objetos-de-discurso*, tema recorrente do trabalho, pois fundamental na conformação da imagem do locutor, se baseará nos recentes desdobramentos da teoria da referenciação, mostrada em Koch, Morato e Bentes, 2005.

CAPÍTULO 3: A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E OS CONTEXTOS INSTITUCIONAIS DOS PRONUNCIAMENTOS

Com vistas a examinar a (re)construção discursiva da imagem internacional do Presidente Lula, ao assumir a Presidência da República, um vastíssimo arquivo de textos poderia ser mobilizado. Nosso objeto de análise neste trabalho – sustentado em uma perspectiva crítica da noção de *ethos* – impõe, por si só, uma restrição considerável ao universo de discursos em torno do Presidente Lula, na medida em que exige que nos concentremos na reformulação da *imagem de si*. Limitamo-nos, portanto, ao estudo de textos atribuíveis ao próprio Presidente Lula, ainda que reconheçamos, desde logo, que, em alguns casos, possam ser fruto de elaboração coletiva.

O exercício da Presidência da República implica a responsabilidade do titular do cargo por uma imensa variedade de textos, a começar por aqueles que são publicados, com sua assinatura, no *Diário Oficial da União*, como decretos, medidas provisórias, exposições de motivos, mensagens aos Poderes Legislativo e Judiciário, entre vários outros. Cotidianamente, o Presidente da República manifesta-se, a propósito de temas de interesse público, por meio de textos escritos e orais, de extensão e circulação variáveis. Firma atos e correspondências oficiais²², publica artigos em jornais e revistas, concede audiências e entrevistas, preside reuniões, profere conferências, participa de inaugurações, lançamentos e atos comemorativos. Pode-se considerar que cada uma dessas *práticas sociais* traduz-se em determinadas *práticas discursivas* e enseja a produção de *textos* adequados, pertencentes a gêneros específicos, que devem atender às necessidades da situação de comunicação. Cada texto conforma-se, assim, a um gênero, entendido como “um conjunto de convenções relativamente estável, que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado” (Fairclough, 2001, p. 161). Como um dos fatores caracterizadores do gênero é a pertinência de sua autoria ou a responsabilidade por sua produção e circulação, textos de diversos gêneros – como as Mensagens ao Congresso, por exemplo, ou, no âmbito da correspondência diplomática, as Cartas de Chancelaria – só podem ser oficialmente produzidos pelo Presidente da República, única autoridade que pode, de forma legítima,

²² Os atos e as correspondências oficiais apresentam características formais diferenciadas, em função de sua finalidade e dos destinatários a que se dirigem, mas, em conformidade com o **Manual de Redação da Presidência da República**, devem todos se pautar pelos seguintes princípios: impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade (Brasil, 2002, p. 4).

responsabilizar-se por sua autoria, seja por determinação legal explícita, seja por costume.

Em sua atuação internacional, o Presidente da República também produz textos de gêneros diversos, apropriados às situações de interação de que participa. Desde tratados e acordos internacionais, que, assinados pelo Presidente, comprometem juridicamente o Estado brasileiro, até entrevistas coletivas à imprensa estrangeira, passando por declarações conjuntas e notas à imprensa, os gêneros em que se concretiza a atuação internacional do Presidente da República são muito díspares. Cada um deles, em graus distintos e de maneiras várias, permite a projeção da imagem do Presidente da República. Tomemos, como exemplo, seus encontros privados com outros Chefes de Estado e de Governo, durante as visitas que recebe no País, ou naquelas que faz a outros países. Tais encontros, acompanhados por um número reduzido de colaboradores de cada parte, não são gravados, e seu registro depende das anotações dos presentes, normalmente de caráter reservado ou sigiloso. Se fossem acessíveis, os diálogos produzidos nesses âmbitos poderiam ser tomados como objeto de estudo, com base nos parâmetros fornecidos pela Análise da Conversação, por exemplo, ainda que não atendessem plenamente aos requisitos de “simetria de direitos e espontaneidade na realização do evento”, como preconiza Marcuschi²³, em sua caracterização da conversação. Trazendo a análise potencial para nossos interesses específicos, podemos supor que, nessas situações comunicativas, a organização tópica, a gestão dos turnos de fala e as estratégias de compreensão, entre outros aspectos, poderiam sugerir indícios que colaborassem para a construção discursiva da imagem do Presidente.

No domínio discursivo da política internacional²⁴, os *pronunciamentos políticos internacionais*, prestam-se, de forma especial, ao estudo da construção da imagem de si, porque são produzidos nas seguintes condições:

- são textos públicos, em geral sem reservas, concebidos para circulação ampla e difusão pela imprensa;
- resultam, em tese, da vontade do enunciador, sem a necessidade de negociação dos termos em que são proferidos, ao contrário, por exemplo, do que ocorre em declarações conjuntas com outros Chefes de Estado ou de Governo;
- permitem uma minuciosa preparação prévia, ainda que admitam ajustes e adaptações às circunstâncias imediatas de enunciação; e

²³ *Apud* Dionísio (2006), p. 70.

²⁴ Discutiremos as características desse domínio discursivo no capítulo 5.

- apresentam formato relativamente regular, que inclui o uso de registro formal, a observância de regras de protocolo e o recurso a fórmulas de cortesia.

Essas condições contribuem para conformar objetivamente os textos e revelam a estreita correlação entre as três dimensões do discurso, em consonância com o modelo proposto por Fairclough (2001) e retomado por Meurer (2005), segundo o qual o discurso é considerado simultaneamente como *texto*, como *prática discursiva* e como *prática social*. Tomados como eventos discursivos, os *textos* permitem uma análise descritiva de seus elementos linguísticos; a análise das *práticas discursivas* busca interpretar o texto em termos de suas condições de produção, circulação e consumo; finalmente, “a dimensão de análise de um evento discursivo como *prática social* procura *explicar* como o texto é investido de aspectos sociais ligados a formações ideológicas e formas de hegemonia” (Meurer, 2005, p. 95).

Ao apresentar, no presente capítulo, o *corpus* selecionado para estudo, e justificar sua escolha, procuraremos correlacionar os três níveis de análise mencionados, os quais não devem ser vistos de forma estanque. Considerando o que foi exposto a respeito do gênero do pronunciamento político internacional, vamos iniciar sua análise, apresentando alguns dos elementos extrínsecos aos textos que são essenciais para sua compreensão. Estes elementos, que concernem às diferentes dimensões do contexto apresentadas no capítulo anterior, especialmente ao *contexto institucional*, correspondem àquilo que Fairclough denomina “relações externas dos textos” (2003, p. 36), cuja análise abarca a relação dos textos com outros elementos dos eventos sociais e, em um nível mais abstrato, com as práticas sociais e as estruturas sociais. Concomitantemente à apresentação dos contextos, procuraremos traçar a ação discursiva do Presidente Lula diante da cada circunstância, isto é, procuraremos mostrar como sua “mensagem” e seus argumentos respondem, em linhas gerais, a condições específicas de cada situação comunicativa. A discussão dos pronunciamentos oscilará, neste capítulo, entre a análise da prática social e a análise da prática discursiva, fundamentando-se, sempre que for pertinente, nos dados textuais. Vale observar que a análise textual mais minuciosa será feita nos capítulos subsequentes.

3.1 O corpus

Este trabalho concentra-se na análise qualitativa de seis dos pronunciamentos internacionais que, entre aqueles proferidos pelo Presidente Lula em seu primeiro ano de governo, se afiguram como mais relevantes, seja pela representatividade dos auditórios em que foram pronunciados, seja pela importância e pelo alcance das ideias e propostas neles veiculadas.

O *corpus* selecionado oferece uma amostra variada das circunstâncias em que o Presidente Lula foi levado a manifestar-se, no plano internacional, e dos interlocutores a quem se dirigiu na etapa inicial do governo. A seleção recaiu preferencialmente sobre discursos proferidos em ambientes plurilaterais ou multilaterais, oficiais ou não, perante representantes de diversos países. A diversidade dos auditórios foi marcante tanto nas elocuções em reuniões de organizações internacionais²⁵, como na Assembleia Geral das Nações Unidas ou na Organização Internacional do Trabalho, quanto em encontros da sociedade civil internacional²⁶, como o Fórum Social Mundial e o Fórum Econômico Mundial. Pronunciamentos em âmbitos multilaterais pressupõem uma relação mais complexa com o auditório do que os discursos proferidos em encontros bilaterais, isto é, em reuniões do Presidente Lula com seus homólogos (Chefes de Estado ou Chefes de Governo) de outros países, na medida em que aqueles pronunciamentos devem lidar com plateias heterogêneas, que podem abrigar expectativas divergentes acerca da alocação.

Os discursos selecionados restringem-se ao ano inicial do primeiro mandato do Presidente Lula (2003), por ser esse período suficientemente longo para abarcar várias de suas primeiras manifestações em eventos de periodicidade anual, como as reuniões do Fórum Social Mundial e do Fórum Econômico Mundial, ocorridas em janeiro, e a Assembleia Geral das Nações Unidas, que teve lugar em setembro. No ano de 2003,

²⁵ *Organização internacional* pode ser definida como uma associação voluntária de Estados, que constituem uma sociedade, criada por tratado celebrado entre as partes integrantes, com a finalidade de buscar interesses comuns por meio de permanente cooperação entre seus membros (Seitenfus, 2004, p. 115). O tratado constitutivo define a competência, os objetivos, a estrutura e a composição da organização internacional, que é dotada de personalidade jurídica distinta das dos Estados membros. Sua personalidade jurídica é dita derivada, pois decorre da vontade primária e soberana dos Estados. Por essa razão, as organizações internacionais são consideradas atores secundários das relações internacionais. Ainda que o termo “organização internacional” esteja consagrado pelo uso, o conceito “organização intergovernamental” tem sido preferido pela ONU, por ser mais preciso e específico.

²⁶ O conceito de *sociedade civil internacional* (ou “sociedade civil mundial”, como a ela se refere o Presidente Lula, em seu discurso no Fórum Social Mundial – Anexo I) é ainda incipiente nas Ciências Sociais e tem sido usado para descrever a interação de atores individuais e coletivos, que conjugam esforços para atuar de uma forma que não se restringe aos limites do Estado-Nação. A conformação de interesses associados, que ultrapassam as fronteiras dos países individuais, é um dos aspectos da globalização e tende a constituir o que Held (2006, p. 573) chama de “comunidades sobrepostas de destino”, um “estado de coisas em que as fortunas e perspectivas das comunidades políticas individuais estão cada vez mais interligadas”.

registra-se período crucial para o esforço de reelaboração da imagem pública de Lula, ao tornar-se Presidente da República. Nos anos subsequentes, estima-se que a nova imagem tenderia a uma estabilidade maior. Ainda que a construção discursiva da imagem de si seja um processo constante e, em larga medida, independente da vontade do locutor, o que se busca surpreender é o processo de moldagem de um ethos que incorpore e ressignifique a trajetória política do ex-líder sindical e que lhe acrescente as feições de estadista, em um período de transição.

Adotando os parâmetros acima mencionados, selecionaram-se seis discursos, entre os 101 proferidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao longo do ano de 2003 e transcritos na página eletrônica do Ministério das Relações Exteriores (http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/index3.asp). Mencionam-se, a seguir, em ordem cronológica, os eventos em que se proferiram os discursos, cujas transcrições integrais figuram como os anexos de I a VI²⁷:

- 1) III Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 24/01/2003;
- 2) XXXIII Fórum Econômico Mundial, Davos, Suíça, 26/01/2003;
- 3) Diálogo ampliado no contexto da Cúpula do G8, Evian, França, 01/06/2003;
- 4) Sessão Especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), Genebra, Suíça, 02/06/2003;
- 5) Abertura da 58ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU), Nova York, EUA, 23/09/2003;
- 6) Cerimônia de entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias, Oviedo, Espanha, 24/10/2003.

Os discursos selecionados podem ser agrupados em três pares, em razão, por um lado, da proximidade cronológica e da afinidade temática e, por outro lado, do forte contraste entre as plateias a que se dirigem. Os dois discursos proferidos no final de janeiro mostram o desempenho discursivo do presidente recém-empossado diante de plateias diametralmente opostas no espectro político-ideológico. Esse contraste tem reflexos visíveis não apenas nas ideias expostas, mas também nas estratégias argumentativas e, até mesmo, no registro linguístico escolhido. Dualidade semelhante, com consequências comparáveis dos pontos de vista pragmático e discursivo, se observa nos discursos do início de junho, um deles dirigido aos líderes das nações mais

²⁷ Os textos dos discursos foram copiados literalmente nos anexos, mas, para facilitar a leitura e a referência, foi modificada a diagramação que apresentavam na página eletrônica e foi introduzida a numeração dos parágrafos. **Será adotado, a partir deste ponto, o critério de incluir, antes ou depois de cada citação de trecho dos discursos, entre parênteses, o número do texto, em algarismos romanos, e o número do parágrafo, em algarismos arábicos.**

poderosas do mundo, congregadas no G8, e o outro proferido em âmbito que o Presidente Lula já frequentara, na condição de líder sindical, a conferência da OIT. Os dois últimos discursos, de setembro e outubro de 2003, não apresentam nítida diferença de registro, mas poderão ser também considerados de maneira comparada. Por ser proferido no órgão de que participam todos os Estados Membros da ONU, em que todos têm igual direito à manifestação, o discurso perante a AGNU é, em tese, a principal oportunidade de que pode dispor qualquer governante para dirigir-se à comunidade de nações e apresentar as posições de seu país relativas à ordem mundial. Trata-se, portanto, por excelência, da instância em que se articula o *discurso do Estado*. O pronunciamento de Oviedo, ao contrário, poderia ensejar uma manifestação muito mais centrada na figura política do Presidente, por tratar-se de cerimônia em que ele era homenageado, a título pessoal, com um prêmio de prestígio e alcance mundial. A maneira como o Presidente Lula, nesses dois discursos, lida com essas expectativas será muito importante na construção discursiva de sua imagem.

3.2 Os contextos institucionais e as estratégias argumentativas dos pronunciamentos

Em cada um dos textos constantes do *corpus*, são visíveis as marcas do contexto no enunciado, em diversos níveis. Evidenciam-se o momento histórico e a moldura institucional em que se insere o discurso, assim como as condições em que se produz a interação verbal e a relação discursiva e extra-discursiva entre o locutor e os interlocutores. Nenhum dos pronunciamentos se limita a enunciar princípios e propostas políticas desconectados do contexto de interlocução e da cena da enunciação. O locutor mostra-se ciente do ambiente institucional em que fala e maneja diversos recursos discursivos para construir uma imagem do auditório que acaba contribuindo para a construção de sua própria imagem, como veremos no capítulo 4. Os movimentos de empatia ou oposição em relação ao interlocutor revelam muito da imagem que o locutor busca afirmar de si.

Ainda que possamos, com pertinência, considerar os seis textos como exemplares de um mesmo gênero – o pronunciamento político – há traços formais e temáticos que destacam os pronunciamentos do Fórum Social Mundial (texto I) e da Conferência Internacional do Trabalho (texto IV) dos demais. As múltiplas marcas de oralidade, o uso frequente (e até predominante) da primeira pessoa do singular e a

referência a acontecimentos da vida pessoal e pública do Presidente Lula distinguem fortemente esses dois textos, que, com certeza, não foram simplesmente lidos, ainda que possam ter-se baseado em roteiros previamente formulados. Esses traços formais dos dois textos correspondem a uma atitude de identificação com o auditório, o que, por vezes, permite a encenação de um discurso mais pessoal e aparentemente “espontâneo”.

Procuraremos apresentar, nas seções seguintes, as características gerais das instituições em que foram proferidos os pronunciamentos, com vistas a compreender as coerções específicas com que teve de lidar o locutor em cada situação. Aproveitaremos para delinear as temáticas e as estratégias argumentativas usadas pelo Presidente Lula em cada situação, o que poderá facilitar a apresentação das análises mais específicas que faremos nos capítulos 4, 5 e 6. O objetivo da antecipação de uma leitura global dos discursos é o de permitir que se enfoque, nos capítulos analíticos, as diferentes dimensões da construção discursiva de imagem de si, em uma análise que, na medida do possível, se fará de forma transversal, isto é, tomando conjuntamente os seis pronunciamentos.

3.2.1 Os pronunciamentos nos fóruns mundiais

Não é exagero afirmar que, política e simbolicamente, o Fórum Econômico Mundial (FEM) e o Fórum Social Mundial (FSM) são antípodas. O primeiro, fundado em 1971, é bem mais antigo do que o segundo e consiste em encontro anual promovido por uma fundação suíça com *status* de consultora das Nações Unidas, o qual reúne líderes da economia mundial, como empresários, ministros da Economia e presidentes de Banco Centrais, diretores do FMI, do Banco Mundial e de organismos internacionais. Apesar de apresentar-se como iniciativa que visa a “integrar os dirigentes dos setores político, econômico e social em uma comunidade que atue, em escala planetária, com o objetivo de melhorar o mundo, além do bem-estar e da prosperidade da humanidade”²⁸, o FEM tem ensejado forte resistência, por ser visto, sobretudo pelos atores políticos à esquerda do espectro político, como um “arauto da globalização”, propugnador da ordem liberal. Reflexo dessa oposição foi a criação do FSM, que se reuniu no Brasil a partir de 2001, concebido como contraponto do Fórum de Davos.

²⁸ Apud <http://www.metodista.br/cidadania/numero-56/davos-paradoxos-e-possibilidades-de-um-forum-economico>.

O FSM, por sua vez, se define como “um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”²⁹. Segundo a Carta de Princípios adotada depois do primeiro encontro mundial, realizado em 2001, o FSM fomenta um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Ele não se constitui em entidade ou organização e não se pretende representativo da sociedade civil mundial. Caracteriza-se pela pluralidade e pela diversidade, tendo caráter não confessional, não governamental e não partidário. Propõe-se a “facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo”. Esse objetivo espelha-se no *slogan* “um outro mundo é possível”.

A participação do Presidente Lula nos dois fóruns, no primeiro mês de seu mandato, foi precedida de intenso debate. Questionou-se, sobretudo no interior de seu partido, a presença de um mandatário representante das camadas populares em Davos, em um encontro da “elite mundial”. A decisão do Presidente da República de comparecer a essa reunião, logo depois de discursar no encontro do FSM, em Porto Alegre, embutiu a idéia de que ele iria levar àquele auditório uma palavra divergente do pensamento ali dominante. Revelava, ainda, a necessidade de firmar a imagem de alguém que, como representante máximo da nação brasileira, não poderia furtar-se a interagir como todos os interlocutores institucionais válidos. Sua presença naquele meio significava o interesse em fazer ouvir a voz de um representante progressista de uma grande economia do Sul. O valor do gesto político de comparecer aos dois fóruns explica as diversas referências metadiscursivas presentes nos textos, bem como da insistência em identificar reiteradamente o Presidente com o país.

Por ter-se realizado poucas semanas depois da posse, o discurso no FSM revestiu-se de um caráter prospectivo, centrado na afirmação do que o Presidente pretendia fazer no exercício de seu mandato. A projeção de seus compromissos baseou-se na própria identidade política, como no trecho a seguir:

Eu sempre disse que o maior desejo que tinha, de ser eleito Presidente da República, era para ver se eu conseguia atender às minhas próprias reivindicações. Eu sou um homem que fez muitas reivindicações, no Brasil. Eu

²⁹ As informações referentes ao Fórum Social Mundial foram obtidas no site http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1. Acesso em 16/11/2009.

exigi muito de cada Governo que passou aqui, antes de mim, como muitos de vocês exigem, nos seus países. (I, 9)

O Presidente Lula enumerou algumas de suas prioridades de governo, mas não centrou nelas seu discurso nem as desenvolveu. Seu pronunciamento buscou, sobretudo, reafirmar os “ideais que [o] fizeram chegar à Presidência da República” e sua identidade primordial com o público do FSM. Essa preocupação – de grande relevância para o estudo de seu *ethos* – pode ser atribuída à necessidade de fazer ver ao público progressista que o ouvia que os compromissos que assumiu durante a campanha eleitoral de 2002 – em especial na “Carta ao Povo Brasileiro”³⁰ – não desfiguraram sua personalidade política. Não é por acaso que iniciou quatro períodos, nos parágrafos 12, 13 e 14, afirmando “Continuo com meu sonho [...]” e “Continuo sonhando [...]”. No trecho seguinte, ele reiterava explicitamente o objetivo de seu discurso:

E estou aqui para dizer para vocês: meus companheiros e minhas companheiras do III Fórum Social Mundial, haja o que houver, aconteça o que acontecer, tentarei cumprir cada palavra que está contida no Programa de Governo que me elegeu Presidente da República deste país. (I, 40)

À preocupação de reafirmar sua identidade o Presidente soma o intuito de incorporar novos traços identitários. O discurso procurou habilmente assimilar à imagem do Presidente a qualidade da prudência, da sabedoria prática (*phronesis*), que, para Aristóteles, é uma das virtudes essenciais do caráter (*ethos*) do orador que devem transparecer em seu discurso. Esse esforço pode-se ver, por exemplo, em seguida ao trecho que mencionamos anteriormente, no qual o Presidente afirmara que continuava sonhando com seus antigos ideais:

Entretanto, também aprendi, ao longo da minha trajetória política – e aprendi com vocês – que o técnico importante para um time não é aquele que começa ganhando, mas aquele que termina ganhando o jogo que nos propusemos jogar. Tenho quatro anos de Governo para, de forma tranquila e serena, ir fazendo as coisas que têm que ser feitas neste país. Quero fazer talvez o Governo mais honesto que já houve na História deste país, o Governo que tenha a mais perfeita relação com a sociedade. (I,15-16)

³⁰ A “Carta ao Povo Brasileiro” foi divulgada em 22 de junho de 2002, durante a campanha presidencial que levaria Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Nela, o candidato assumiu uma série de compromissos que se afastavam de posições tradicionais do PT. Segundo Paulo Roberto de Almeida (2004), “a ‘Carta’ constituiu um instrumento ‘fundador’, sendo paradigmática de uma transição efetivamente realizada, mas curiosamente não explicitada nos anais e crônicas do partido. De fato, a ‘Carta’ deve ser identificada como um documento de ruptura, e talvez duplamente, tanto no sentido de proposta para um novo caminho político, mas também ruptura com ‘tudo aquilo que estava ali’, isto é, com as velhas crenças do PT”.

O trecho citado inicia-se com uma conjunção adversativa, que opõe, portanto, o que será dito à referência anterior aos “sonhos” do locutor. O realismo adotado pelo Presidente, fruto da experiência (“aprendi, ao longo da minha trajetória política”), contrasta com os sonhos, mas não se afasta deles. Incorpora-os à sua nova prática, com vistas à sua concretização futura (“aquele que termina ganhando o jogo”). Em um discurso marcado pela empatia com a plateia, é muito perspicaz atribuir também ao auditório (“e aprendi com vocês”) a qualidade da prudência e da serenidade.

Se a prudência apregoada pelo locutor tem origem na experiência, ela responde também a uma coerção externa, que consiste na ideia de que o Presidente Lula não poderia errar: “[...] qualquer Governo, em qualquer país do mundo pode errar e não acontecerá nada, porque é muito normal que os governantes errem, mas eu não posso errar” (I, 19). Este é o primeiro indício, no *corpus* deste trabalho, que aponta para a noção, reiterada pelo Presidente, de que ele é uma figura política singular, distinta de qualquer outra na história política do Brasil: “E não é em qualquer dia, em qualquer mês, em qualquer século que um torneiro mecânico ganha a Presidência da República deste país” (I, 29). A imagem da singularidade do Presidente Lula será discutida mais detalhadamente no capítulo 6, juntamente com a ideia da identificação de sua pessoa com o país, que lhe conferiria peculiar capacidade de representação, distinta da de outros homens públicos brasileiros.

No discurso pronunciado no FEM, em Davos, apenas dois dias depois, a identificação entre a figura política e o país reaparece, em formulação algo distinta: “O Brasil se reencontrou consigo mesmo” (II, 3). A noção da representação também ressurgue, em termos mais próximos aos postulados pela democracia liberal: “Sou depositário da confiança do povo brasileiro, que me atribuiu a responsabilidade de conduzir um país de 175 milhões de habitantes, uma das maiores economias industriais do planeta” (II, 2).

A grande empatia entre o locutor e a plateia prevalecente no discurso de Porto Alegre é substituída, no pronunciamento de Davos, por um tom mais frio e distante, por vezes até hostil, como quando o Presidente afirma que, “em Davos, convencionou-se dizer que hoje existe um único Deus: o mercado” (II, 5). O Presidente Lula parece dirigir-se a seus críticos, no seguinte trecho:

Respondi, de forma serena e madura, aos que desconfiaram dos nossos compromissos, durante a campanha eleitoral. Na Carta ao Povo Brasileiro, reafirmei a disposição de realizar reformas econômicas, sociais e políticas muito profundas, respeitando contratos e assegurando o equilíbrio econômico. (II, 6)

Algumas das qualidades ressaltadas no discurso de Porto Alegre – serenidade e maturidade – voltam a ser evocadas aqui. Se, no primeiro pronunciamento, elas justificam a prudência e a paciência necessárias para fazer as mudanças de que o país precisa, em Davos refletem os próprios compromissos assumidos, em benefício da governabilidade, na “Carta ao Povo Brasileiro”. Dirigindo-se a um público de esquerda, no FSM, o Presidente precisou reafirmar seus ideais históricos, que poderiam ser vistos como ameaçados pela ruptura que representou, no discurso do PT, a “Carta ao Povo Brasileiro”. Esse documento, que constituiu importante elemento interdiscursivo em Porto Alegre, embora não se fizesse referência específica a ele, foi mencionado explicitamente no FEM, onde ele representava uma espécie de garantia de uma conduta, senão confiável, pelo menos aceitável do ponto de vista dos agentes da economia globalizada ali congregados.

No discurso de Davos, o Presidente Lula fala do esforço para reduzir as disparidades econômicas e sociais no Brasil e, em especial, para combater a fome, por meio do crescimento econômico. Este é o ponto de partida para tratar do tema principal da alocução, que diz respeito aos “constrangimentos externos” que dificultam o desenvolvimento do Brasil e de outros países do Sul. O Presidente Lula defende uma nova ordem econômica mundial, sem o protecionismo comercial dos países ricos e com disciplina dos fluxos de capitais. O seguinte parágrafo evidencia a estratégia argumentativa do locutor:

A construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política. (II, 17)

Engenhosamente, com o intuito de criticar a ordem internacional vigente e propor sua transformação, o Presidente Lula faz apelo recorrente a valores – como “inteligência política”, coerência, “racionalidade”, “bom senso” – geralmente associados à visão economicista prevalecente nos países desenvolvidos e, em princípio, caros aos representantes governamentais e aos agentes econômicos presentes àquele fórum. Essa estratégia, cujos mecanismos procuraremos detalhar no capítulo 5, serve à construção da imagem de um político ao mesmo tempo hábil e sensato, apto a sustentar um ponto de vista próprio e a criticar a ordem prevalecente com base nos valores que supostamente a sustentam.

3.2.2 Os pronunciamentos nas reuniões do G8 e da OIT

No início de junho de 2003, o Presidente Lula visitou a França e a Suíça, onde participou, respectivamente, do *Diálogo Ampliado no Contexto da Cúpula do G8* e da *Sessão Especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho*. As duas ocasiões ensejaram alocações bastante distintas em termos de forma, de tom e de proposta argumentativa, em razão das diferentes molduras institucionais das duas entidades e da forma como nelas se inseria o Presidente do Brasil. Procuraremos expor, em linhas gerais, o contexto das duas alocações, traçando breve histórico dessas entidades e esboçando uma interpretação dos diferentes propósitos políticos e das estratégias discursivas específicas das falas presidenciais nos dois foros.

A primeira das intervenções do Presidente Lula nessa viagem foi em reunião do G8 com um conjunto de 11 nações emergentes (África do Sul, Argélia, Arábia Saudita, Brasil, China, Egito, Índia, Malásia, México, Nigéria e Senegal). O G8 (denominado G7, até a segunda metade dos anos 1990, por razões que se esclarecerão adiante) é o grupo informal de concertação política e econômica dos países de economia industrial mais desenvolvida no mundo³¹. Sua origem remonta a iniciativa do Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, que, em 1975, se reuniu, em Rambouillet, próximo a Paris, com os Chefes de Estado e de Governo da Alemanha, dos Estados Unidos, da Itália, do Japão e do Reino Unido, para discutir informalmente temas da agenda internacional, dominada então pela primeira crise do petróleo. Graças ao sucesso da iniciativa, as reuniões tornaram-se anuais, com a incorporação, a partir de 1976, do sétimo país, o Canadá. A Rússia, desde o início dos anos 1990 (portanto, depois da dissolução do socialismo soviético), acompanhou as reuniões como observadora e passou a membro efetivo do grupo em 1997, o que transformou o G7 em G8.

Esse fórum, originalmente destinado à concertação de políticas econômicas de curto prazo, passou a adotar uma perspectiva mais geral e estrutural, tratando de temas políticos e sociais, em particular no domínio do desenvolvimento sustentável e da saúde em escala mundial. Especialmente a partir de meados dos anos 1990, as cúpulas do G8 ensejaram diversas iniciativas, como mudanças no funcionamento do Banco Mundial e do FMI (1995), benefícios a países pobres altamente endividados (1996 e 1999), financiamento ao combate a doenças infecciosas (2000) e criação de um fundo para o combate ao HIV/AIDS, à malária e à tuberculose (2001). Também em 2001 foi lançado

³¹ Parte das informações acerca do G8 aqui mencionada foi obtida em <http://www.g8.fr/evian/index.html>.

a NEPAD – *New Partnership for Africa's Development* (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) – mencionada pelo Presidente Lula em seu discurso.

No encontro de 2003, o G8 tratou, entre outros, de temas relativos à segurança internacional, ao crescimento econômico e ao meio-ambiente (em especial, à questão da água). De sua reunião resultaram, como em geral ocorre, declarações e planos de ação. O Presidente Lula e os demais Chefes de Estado de países em desenvolvimento não participaram da elaboração desses documentos, foram apenas convidados para reuniões de consultas sobre os temas da agenda e consultados previamente sobre as prioridades que gostariam de ver tratadas pelos países mais desenvolvidos³².

Alguns aspectos da alocação do Presidente Lula decorrem do contexto institucional e da inserção relativamente secundária do Presidente do Brasil na reunião. Pode-se supor que a extensão do pronunciamento – o mais curto do *corpus* selecionado nesta pesquisa – se deva à circunstância de o Presidente desempenhar papel de “convidado especial” no evento. Além disso, a objetividade com que inicia seu discurso e a rapidez com que chega à proposta central de sua alocação – a cooperação internacional para o combate à fome e à exclusão social – são inusitadas e reforçam a imagem de um político de diálogo, dedicado às causas sociais. Analisemos o trecho inicial do pronunciamento:

- (a) Minhas primeiras palavras são de agradecimento à iniciativa do Presidente Jacques Chirac.
- (b) O diálogo dos países mais ricos do mundo com os países em desenvolvimento é hoje mais necessário do que nunca.
- (c) Temos de trabalhar juntos. A solução de nossos problemas passa necessariamente pelo respeito às nossas diferenças.
- (d) Venho de um país que se encontra hoje mobilizado por uma energia ético-política extraordinária, tanto para enfrentar nossos problemas internos como para estabelecer novas e mais construtivas parcerias internacionais.
- (e) A pobreza e a miséria que atingem milhões de homens e mulheres no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, nos obrigam a construir uma nova aliança contra a exclusão social. (III, 1-5)

Em (a), o Presidente Lula agradece ao anfitrião, presidente de turno do G8, a “iniciativa”, cujo sentido explicita em (b), de convidar os países em desenvolvimento para o diálogo ampliado com o G8. O Presidente Lula mostra-se firmemente comprometido com esse diálogo, o que se demonstra pelo uso de índices de modalidade deôntica (“necessário”, “temos de”, “necessariamente”), mas deixa claro que não vê no diálogo um instrumento de uniformização ideológica. Ao contrário, quando ressalta, em

³² Como ressalta o Presidente Lula em outro texto do *corpus* (IV, 14), em Evian, “os dirigentes do G-8 se reuniram, pela primeira vez, com mandatários do mundo em desenvolvimento”.

(c), a necessidade do “respeito às nossas diferenças”, ele se vale da polissemia do vocábulo *diferenças* para chamar atenção não apenas para a não identidade entre países ricos e países em desenvolvimento, mas também para a necessidade de não desconsiderar ou reduzir artificialmente as discordâncias, as divergências entre uns e outros. Em (d), apresenta as credenciais de legitimidade de seu país, as quais, como veremos³³, se confundem com suas próprias credenciais, já que a “energia ético-política extraordinária” se relaciona, evidentemente, com sua eleição e com o início de seu mandato. Caracteriza as parcerias internacionais que tenciona estabelecer, em nome do país, como “novas e mais construtivas”, o que subentende que as parcerias já estabelecidas não seriam construtivas, ou, pelo menos, não seriam suficientemente construtivas. Finalmente, formula a ideia da “aliança contra a exclusão social” de tal maneira que dá a entender que ela resultaria necessariamente do constrangimento moral criado pela miséria. É interessante observar que, em (e), *pobreza e miséria*, que, sintaticamente, constituem os núcleos do sujeito da oração principal, são, em certa medida, personificadas, pois se impõem, como se fossem agentes, a *nós*. Habilmente, o enunciador passou a designar com o pronome “nos” as duas partes que em (b) estavam separadas: “os países mais ricos do mundo” e “os países em desenvolvimento”. E o que as une é um dever moral, uma obrigação, uma necessidade.

Essa breve análise do trecho inicial do pronunciamento serve para revelar a imagem de objetividade, independência e comprometimento ético do enunciador que se constrói no texto. Mostra, igualmente, a habilidade em convocar o interlocutor para o mesmo compromisso moral. Do ponto de vista político, o enunciador procura pautar os valores que devem fundamentar o diálogo entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Estes valores sobrepujam, por exemplo, a cooperação na área de segurança, pois a justiça social passa a ser vista como uma questão que deve prevalecer sobre as demais, por ter um caráter mais fundamental. Tomemos o parágrafo seguinte ao trecho já citado:

(f) Estou convencido de que não haverá desenvolvimento econômico sem sustentabilidade social e que, sem ambos, teremos um mundo cada vez mais inseguro. É nesse espaço de desagregação social que prosperam os ressentimentos, a criminalidade e, em especial, o narcotráfico e o terrorismo. (III, 6)

Observa-se, em (f), que duas questões centrais na agenda do encontro do G8, a da segurança e a da economia, são colocadas em segundo plano e subordinadas à

³³ Capítulo 6.

questão social. Nesse trecho, o discurso do Presidente Lula inverte a lógica do combate ao terrorismo e ao narcotráfico, apontando para uma interpretação de suas causas. A forma direta como aborda essas questões corresponde a um gesto político de deslocamento do foco do diálogo, que deveria migrar do econômico para o social:

(g) Quero falar-lhes de forma simples e direta: venho propor-lhes ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo. (III, 7)

Na sequência do discurso, o Presidente Lula versa sobre diversas questões internacionais e adota, a propósito delas, a mesma atitude crítica acerca daquilo que se poderia caracterizar como o pensamento dominante nos países desenvolvidos naquele período, já prenunciada pela referência às “diferenças” (c), que analisei acima. Ele sugere que todos os países devem assumir suas respectivas responsabilidades e agir com coerência no cenário internacional. Com base nessa estratégia argumentativa, ele critica o protecionismo comercial dos países ricos e a pregação generalizada das políticas neoliberais, que não lograram, na década de noventa, “avanços importantes no combate à exclusão social”. Condena os subsídios que distorcem o comércio de produtos agrícolas e a proteção a patentes de produtos farmacêuticos. Defende o multilateralismo e, ao mencionar o Conselho de Segurança da ONU, relaciona a questão da segurança à do desenvolvimento econômico e social.

Na parte final do pronunciamento, o Presidente Lula volta ao tema do combate à fome e à exclusão social, apresentando propostas concretas de ação. Procura reforçar uma imagem de coerência e ética, por um lado, e de realismo e abertura para o diálogo, por outro lado.

No dia seguinte, durante *Sessão Especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho*, na OIT, em Genebra, o Presidente Lula pronunciou discurso de caráter muito distinto daquele pronunciado em Evian, com a adoção de tom menos grave e a inserção de longo trecho de improvisado³⁴. O texto, bastante digressivo e com múltiplas referências aos três textos anteriores do *corpus*, explorou a grande afinidade entre a biografia do Presidente Lula e a agenda da OIT, em um trabalho de construção simultânea e

³⁴ A análise minuciosa do texto faz-nos crer que ele foi *improvisado* entre os parágrafos 1 e 8 e *lido* a partir do parágrafo 9. Há indício de “reinício” do discurso no primeiro período do parágrafo 9: “É com grande emoção que *tomo a palavra* diante de vocês”. Além disso, temas tratados nos parágrafos 1, 7 e 8 são retomados nos parágrafos 14, 15, 27 e 35, com formulações semelhantes e mais sintéticas. Do ponto de vista da construção sintática, pode-se observar, nos oito primeiros parágrafos, maior ocorrência de traços mais característicos da oralidade, como topicalização, início de períodos por conjunções aditivas, uso mais frequente do pronome reto da primeira pessoa, entre outros.

complementar das imagens do orador e da instituição, que procuraremos explorar no capítulo 4.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁵, apesar de hoje integrar o Sistema das Nações Unidas, foi fundada em 1919, pela Conferência de Paz de Versalhes, portanto quase três décadas antes da ONU, com o objetivo de promover a justiça social. Em 1944, a OIT adotou, como anexo de sua Constituição, a Declaração da Filadélfia, que antecipou e serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trata-se da única das Agências do Sistema das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual os representantes dos empregadores e dos trabalhadores têm os mesmos direitos que os do governo.

Em 1998, foi adotada a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. O documento, mencionado pelo Presidente Lula como “um compromisso em torno de propostas que [seu] Governo apoia integralmente” (IV, 18) é uma reafirmação universal da obrigação de respeitar, promover e tornar realidade os princípios refletidos nas Convenções fundamentais da OIT, ainda que não tenham sido ratificados pelos Estados Membros.

A OIT trabalha em prol de uma agenda social que viabilize a continuidade do processo de globalização com equilíbrio entre objetivos de eficiência econômica e de equidade social. Funda-se no princípio de que a paz universal e permanente só pode basear-se na justiça social. Fonte de importantes conquistas sociais que caracterizam a sociedade industrial, a OIT é a estrutura internacional que torna possível abordar estas questões e buscar soluções que permitam a melhoria das condições de trabalho no mundo.

A vocação institucional da OIT foi reiteradamente mencionada pelo Presidente Lula em seu pronunciamento, que ressaltou sua identidade ideológica e política com a entidade, como quando afirmou: “De certo modo, a agenda desta Organização se confunde com a minha agenda pessoal e também com a minha agenda política” (IV, 10). Em outro trecho (IV, 12), comparou também seu Governo com a OIT.

A confluência entre os interesses manifestos do Presidente Lula e os que são projetados como atinentes à OIT propiciou, portanto, um pronunciamento que tomou como tema inicial a interseção entre a vida sindical e a vida política e que permitiu que ao Presidente Lula rever e ressignificar sua biografia, ressaltando não apenas seu passado ligado ao universo laboral, mas também seu aprendizado de homem de diálogo,

³⁵ Parte das informações sobre a OIT foram obtidas em <http://www.oitbrasil.org.br>.

construtor de consensos: “Ao longo daqueles anos, aprendemos a persistir na defesa de nossos direitos e interesses fundamentais. Aprendemos também a ouvir, a dialogar e a construir consensos” (IV, 11).

Esta imagem de homem de diálogo enseja, no pronunciamento na OIT, a referência à sua participação no FSM, no FEM e no diálogo de Evian. Em todas essas ocasiões, segundo afirma, teria dado uma mensagem clara, segundo a qual “não há desenvolvimento econômico sem justiça social” (IV, 15). A reiteração da unidade de seu discurso transmite uma imagem de solidez e coerência.

No transcurso do pronunciamento, pode-se observar o desenvolvimento de dois universos temáticos: ao lado dos temas de política externa – os mesmos que são explorados de maneira recorrente no conjunto dos textos que compõem o *corpus*, como o comércio internacional, o multilateralismo, a relação prioritária com a América do Sul, entre outros³⁶ –, são desenvolvidos temas mais específicos do universo do trabalho, que dão margem a uma exposição relativamente circunstanciada dos programas sociais do Governo que se iniciara havia um semestre³⁷. A estratégia argumentativa de discutir um tema político ou social de alcance global, fazendo referência a iniciativas e exemplos brasileiros, é um recurso que se observará diversas vezes ao longo do *corpus* e que ajuda a consolidar a imagem de um ator político com credibilidade para apontar soluções que impliquem responsabilidades alheias, pois demonstra que assume aquelas que lhe competem.

Quase ao final do pronunciamento, o Presidente Lula afirma: “De todas as partes do mundo me chegam manifestações de apoio e solidariedade à nossa guerra contra a fome e a pobreza. Aliás, a única guerra que nos interessa”. O uso do vocábulo *guerra* para referir-se à campanha internacional contra a fome que então iniciava tem um forte valor simbólico, sobretudo por deixar implícito o contraste com outra guerra, de natureza propriamente militar, então em curso no Iraque e no Afeganistão. Esse contraste prenuncia argumento que será fartamente explorado nos dois últimos textos do *corpus*.

3.2.3 Os pronunciamentos na AGNU e na entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias

³⁶ O papel da escolha e do tratamento dos temas na construção da imagem de si no discurso será objeto do capítulo 6.

³⁷ São mencionados, nominalmente, no texto, nada menos do que seis programas sociais do Governo: Programa Fome Zero; Programa Primeiro Emprego; Programa Brasil, Gênero e Raça; Programa de Gênero e Cidadania; Programa Bolsa-Escola; e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Os dois últimos pronunciamentos analisados neste estudo foram proferidos na abertura da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova York, em setembro de 2003, e na cerimônia de entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias ao Presidente Lula, em Oviedo, na Espanha, no mês seguinte. Como já ressaltamos, a comparação entre esses dois pronunciamentos é particularmente interessante, pois eles poderiam ensejar legitimamente expectativas muito contrastantes, já que o primeiro tenderia a representar a síntese da formulação discursiva da política externa brasileira, no foro mais abrangente de que ela participa, enquanto o segundo poderia centrar-se mais na figura do Presidente, que foi agraciado, a título pessoal, com o referido prêmio.

A alocução perante a AGNU constitui, efetivamente, ocasião privilegiada para a projeção da imagem do estadista, pois é, por excelência, o momento em que pode dirigir-se à comunidade internacional, representada por seus líderes máximos – Chefes de Estado e de Governo ou seus representantes credenciados. O Presidente Lula mostrou-se ciente disso ao referir-se à Assembléia Geral como “Parlamento Mundial” e como “Assembléia verdadeiramente universal”, ressaltando o caráter simbólico desse auditório. Para o Brasil, este discurso tem uma importância peculiar por ser o representante do País o primeiro a falar na Assembléia Geral, por tradição que remonta aos primórdios da ONU.

No caso do Presidente Lula, a importância do discurso era tanto maior pelo fato de ser sua primeira participação na sede da ONU, e por já contar, nos quase nove meses de Governo, com iniciativas de grande repercussão internacional, cujas perspectivas de êxito, nenhuma delas de curto prazo, dependiam do fortalecimento da imagem brasileira. A pretensão de integrar permanentemente o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), na condição de representante do subcontinente sul-americano, o exercício da liderança dos países em desenvolvimento nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), como expoente do G-20 comercial (então G-22), e o empenho na consecução de propostas de natureza humanista e humanitária, relacionadas ao combate à fome e à miséria, requeriam que o Brasil fosse encarado, de forma mais nítida do que era até então, como um ator influente na política internacional. A construção discursiva da imagem presidencial certamente teria um papel relevante a desempenhar nesse contexto de política externa, aqui esboçado em linhas muito genéricas, para que não se perca o foco do trabalho.

Do ponto de vista temático, o pronunciamento do Presidente Lula na AGNU gira em torno de dois grandes eixos: a questão da segurança internacional e da paz, ilustrada

pela Guerra do Iraque, com ênfase no tratamento multilateral do tema; e a defesa de esforço internacional para o combate à fome, com base em propostas brasileiras, que previam entre outras medidas, a criação de comitê e fundo específicos. Intermediando os dois temas, surge, de maneira algo artificial, do ponto de vista da progressão temática e da construção argumentativa do texto, uma apresentação geral da política externa brasileira, com especial destaque para o papel do Brasil como representante dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais globais. O texto pode ser, assim, dividido em três partes, centradas nos temas: (1) de segurança e de multilateralismo; (2) de prioridades de política externa, em especial relativas ao comércio internacional; e (3) de iniciativas de combate à fome e à miséria. Observe-se que há relativa correspondência entre as três partes do pronunciamento e as três iniciativas da política externa brasileira mencionadas no parágrafo anterior.

O artifício retórico que dá unidade ao discurso é o contraste entre a guerra, que destrói e desagrega, e a iniciativa do combate à fome, apresentada como a “única guerra da qual sairemos todos vencedores”. Para acentuar essa comparação, o Presidente Lula emprega, com frequência, itens lexicais do campo semântico da guerra para caracterizar a iniciativa humanitária. Ao referir-se, por exemplo, a Sérgio Vieira de Mello³⁸, afirma que sua “reconhecida competência [...] nutria-se das únicas **armas** em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis”. Na parte final do discurso, afirma que o “verdadeiro caminho da paz é o **combate sem tréguas** à fome e à miséria”.

A defesa do multilateralismo e da reforma das instituições das Nações Unidas desdobra-se ao longo de parcela considerável do pronunciamento, na qual se manifesta a posição brasileira sobre os temas de segurança coletiva, em especial sobre a guerra no Iraque. Essa elaboração discursiva serve, entre outros, ao propósito de sustentar o pleito brasileiro a um assento permanente no CSNU. O contraponto para a posição brasileira é o unilateralismo estadunidense, fortemente atacado no discurso, sem que os EUA sejam explicitamente mencionados sequer uma vez. Dois dos índices textuais dessa referência tácita são: o uso de enunciados generalizantes, aplicáveis, na prática, aos EUA, como em “Pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente. Mas não se pode construir a paz duradoura sem o concurso de todos.” (V, 15); e a ambiguidade no uso do adjetivo “louvável”, no trecho “Existe, hoje, *louvável* disposição de adotar formas mais efetivas

³⁸ Funcionário graduado da ONU, de nacionalidade brasileira, morto em atentado em Bagdá, no exercício de suas funções de Alto Comissário para Direitos Humanos.

de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado” (V, 18). Os estratagemas textuais que evitam a crítica direta aos Estados Unidos permitem que se construa uma mensagem política clara, compreensível por parte de todos os interlocutores, sem que se adote uma atitude de confrontação, indesejável no plano diplomático. A pertinência dessa estratégia ao campo discursivo da diplomacia será discutida no capítulo 5.

A caracterização do Brasil, em contraste com os Estados Unidos, como um defensor do multilateralismo, serve ao propósito de abonar sua legitimidade como eventual ocupante de um assento permanente no CSNU. A imagem de *confiabilidade* e de *coerência* deve ser complementada, para fundamentar aquela postulação, com a imagem de *liderança*, que, a exemplo das críticas aos Estados Unidos, não pode ser exposta de maneira explícita, mas deve resultar inteligível no discurso. Tradicional defensor do princípio da igualdade jurídica entre os estados e ciente das sensibilidades dos países do subcontinente, o Brasil não se pode arvorar em país líder, no contexto sul-americano, nem explicitar qualquer suposição de delegação de competência ou de poder por parte dos vizinhos. Observe-se a hábil construção do seguinte parágrafo:

O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea. (V, 25)

O Brasil apresenta-se como um país a serviço da ordem internacional (“pronto a dar sua contribuição”), que, ao contrário dos EUA, não defenderá uma “concepção exclusivista da segurança internacional”. Ao afirmar que a contribuição brasileira visaria a “refletir as percepções e os anseios” da América do Sul, o discurso encontra uma formulação feliz para a idéia de liderança, que, por um lado, evita qualquer insinuação de que o Brasil poderia receber delegação de poder de qualquer outro país, ou que pudesse atuar como seu representante e, por outro lado, sublinha a pertinência da idéia de que o subcontinente se faça representar no CSNU, uma vez que ele “hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial”. É também construtiva a ambiguidade³⁹ da última frase do parágrafo, que não esclarece se o “apoio que temos recebido” diz respeito às posições do Brasil na defesa da reforma do CSNU ou à própria candidatura brasileira.

³⁹ O papel da ambiguidade construtiva no domínio discursivo da diplomacia será discutido no capítulo 5.

O Presidente Lula encerra a primeira parte do discurso afirmando, em conformidade com a tradição da política externa brasileira: “A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis” (V, 30).

Na parte intermediária, faz um inventário de posições, iniciativas e parcerias que demonstram que “O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende” (V, 32). Nesta parte, embora o texto perca em coesão, pela relativa dispersão de temas, que pode resultar entediante para o ouvinte ou o leitor não-habitado a textos desse domínio discursivo, ele não pode deixar de versar sobre outras prioridades de política externa, sob pena de induzir os interlocutores a leituras indesejadas. Os espaços concedidos a cada tema ou a cada parceiro internacional, neste discurso, devem ser sopesados com vistas a refletir objetivos políticos de curto, médio e longo prazos, e devem ser compreendidos adequadamente, como gestos políticos, pelos parceiros diplomáticos.

Encerrado aquele inventário, o Presidente retoma a idéia da coerência com a seguinte frase: “Reitero perante esta Assembléia verdadeiramente universal o apelo que dirigi aos Fóruns de Davos e Porto Alegre e à Cúpula Ampliada do G-8, em Evian” (V, 45). Fica implícita na afirmação a firmeza do locutor em sustentar o mesmo discurso perante platéias diversas e, até mesmo, opostas, em defesa de um esforço internacional de combate à fome e à miséria.

A articulação de um discurso pautado pela sensibilidade à dor alheia projeta a imagem de desprendimento e de solidariedade e revela, de maneira bem clara, a proximidade do Presidente Lula com as posições da esquerda católica. Após menção a Deus⁴⁰, o texto adota tom e vocabulário religiosos, como se verifica pelo uso das seguintes palavras e expressões: “celebramos”, “sagrado”, “direito à vida”, “imolar”. O texto, que citará o Papa Paulo VI e Ghandi, chega a aproximar-se do tom de parábola, no seguinte trecho:

Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade.

Não temos o direito de dizer aos famintos que já esperaram tanto: passem no próximo século. (V, 57-58)

De forma análoga ao que fez na primeira parte do discurso, quando procurou confirmar a legitimidade de seu pleito a uma cadeira permanente do CSNU pela referência a suas iniciativas de política externa, o Presidente Lula procura, na parte

⁴⁰ “Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas.” (V, 51)

final, fortalecer sua proposta de combate internacional à fome e à miséria por meio da exposição de suas iniciativas internas com o mesmo objetivo. No trecho que se inicia em “Desde 1º de janeiro, logramos no Brasil avanços significativos em nossa economia” (V, 61), o Presidente Lula expõe ações do Estado brasileiro para criar as condições necessárias para o combate à pobreza.

Nessa parte, usa indicadores textuais que precisam a distinção entre as ações do Estado, ao longo de diferentes administrações, e as ações de Governo, nas quais sua participação é decisiva. Com efeito, diz o Presidente: “No Brasil, estamos instaurando um novo modelo capaz de conjugar estabilidade econômica e inclusão social” (V, 42). O uso da expressão “novo modelo” não deixa dúvida sobre sua oposição a gestões anteriores, pois retoma o mesmo item lexical usado em “fracasso de modelos”. Percebe-se, assim, na construção do *ethos* do Presidente, a preocupação de singularizar as virtudes específicas de seu Governo, que não se identificam integralmente com as políticas de longo prazo do Estado brasileiro.

A distinção entre seu Governo e os anteriores se faz patente no uso das formas verbais e das conjunções. Em quatro períodos seguidos, o locutor usa verbos na primeira pessoa do plural – “logramos”, “recuperamos”, “criamos”, “continuaremos”, “mediremos” e “devemos” (V, 61-63) –, para descrever ações de governo. Nos três primeiros períodos, menciona metas prioritárias de seu Governo, que também caracterizaram administrações anteriores. Inicia o quarto período pela conjunção “Mas” e introduz o tema das metas sociais, como forma de assinalar a identidade do Governo Lula. Essa busca da identidade com a temática social fica ainda mais nítida com o uso da primeira pessoa do singular em “lancei no Brasil o projeto ‘Fome Zero’” (V, 66). No trecho que trata do combate à fome no plano internacional, o locutor segue usando verbos na primeira pessoa do singular: “Propus” (V, 70), “sugeri” (V, 70), “submeto” (V, 76). Fica, assim, caracterizada, de forma incisiva, sua iniciativa política. Essa ênfase na primeira pessoa do singular serve, mais uma vez, ao propósito de construção do *ethos* e reforça a imagem do Presidente Lula como um homem de ação. Esse elemento, evidente nesse trecho, mas já sugerido em passagens anteriores, é importante para reforçar a imagem de capacidade executiva, importante para Lula naquele momento, já que assumira a Presidência sem experiência administrativa anterior.

A conclusão do texto remete aos valores em torno dos quais o discurso foi elaborado e aos quais o Presidente Lula procura associar-se, como os do entendimento, da paz, da democracia, da esperança e do combate à fome e à miséria.

Sintomaticamente, o texto divulgado grafa, em caixa alta, duas noções que, como discutiremos no capítulo 6, são muito importantes da construção da imagem discursiva do Presidente Lula:

O maior desafio da humanidade – e, ao mesmo tempo, o mais belo – é justamente este: HUMANIZAR-SE.

É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: JUSTIÇA SOCIAL. (V, 88-89)

O discurso proferido na cerimônia em que o Presidente Lula recebeu o Prêmio Príncipe de Astúrias, em vez de centrar-se em sua figura, como a ocasião faria esperar, se aproxima muito, do ponto de vista temático, da terceira parte do discurso pronunciado na AGNU, com o aprofundamento de alguns dos temas ali abordados. Com efeito, pode-se reconhecer um consistente esforço de despersonalização do discurso, que procuraremos demonstrar no capítulo 4, bem como a preocupação de pautar o pronunciamento pela ética e de apresentar propostas que coloquem os valores humanistas em primeiro plano.

O Prêmio Príncipe de Astúrias⁴¹ é concedido, anualmente, desde 1981, pela Fundação Príncipe de Astúrias a personalidades e instituições que se destacam em oito áreas do saber e do fazer humanísticos: arte; ciências sociais; comunicação e humanidades; concórdia; cooperação internacional; esportes; pesquisa científica e técnica; e letras⁴². Os prêmios são entregues pelo Príncipe de Astúrias, herdeiro do Reino de Espanha e Presidente de Honra da instituição, em ato acadêmico solene que se celebra em Oviedo, capital do Principado de Astúrias.

O prêmio visa a contribuir para exaltar e promover os valores científicos, culturais e humanísticos como patrimônio universal. Na área de Cooperação Internacional, em que foi premiado o Presidente, é concedido a pessoa, instituição, grupo de pessoas ou de instituições cujo trabalho tenha contribuído de forma exemplar e relevante ao conhecimento mútuo, ao progresso ou à fraternidade entre os povos. O júri justificou assim a escolha do Presidente Lula como agraciado na área de cooperação internacional:

O júri quer assim reconhecer não apenas uma trajetória política e pessoal em defesa dos trabalhadores e na luta contra a pobreza, a desigualdade e a corrupção, que tanto fizeram sofrer os deserdados de seu país e do mundo em geral, mas também sua vontade de estabelecer pontes de cooperação entre os países do Cone Sul, entre a América e a Europa, propondo um Foro Internacional de luta contra a fome. O Presidente Lula é, portanto, dono de um admirável passado de luta pela justiça,

⁴¹ Informações sobre o Prêmio Príncipe de Astúrias obtidas em <http://www.fpa.es>.

⁴² Em 2003, foram agraciadas as seguintes personalidades: Artes: Miquel Barceló; Ciências Sociais: Jurgen Habermas; Comunicação e Humanidades: Ryszard Kapuściński e Gustavo Gutiérrez Merino; Concórdia: Joanne Kathleen Rowling; Cooperação Internacional: Luiz Inácio Lula da Silva; Esportes: Tour de France; Pesquisa Científica e Técnica: Jane Goodall; Letras: Susan Sontag e Faterna Memissi.

promotor de atitudes políticas cheias de bom senso e símbolo de uma grande esperança.⁴³

O Presidente Lula vale-se de um conjunto de condições simbólicas propícias à construção de um pronunciamento de forte conteúdo ideológico e ético, voltado para a defesa de uma ordem internacional mais justa e para o combate à fome e à pobreza. Está, de direito, na posição de receptor de um “galardão de ressonância universal”, relacionado à promoção de valores humanísticos, com base em um parecer que reconhece sua trajetória e seu valor como “símbolo de uma grande esperança”. Associa-o, ainda, em seu discurso, à figura da Rainha Sofia, “cuja dedicação às causas sociais é mundialmente reconhecida”. Procura indicar, no seguinte parágrafo, os temas e os parâmetros do “diálogo” que propõe:

Vejo aqui a oportunidade para um diálogo entre as nossas inquietações e projetos que refletem a esperança e a alma do século que se inicia. Creio no instrumento do diálogo para pavimentar a trajetória comum da humanidade. Creio na superação de nossos limites e na construção de um ser humano livre com a força da paz e da justiça. O absolutismo econômico e o fanatismo cego ignoram os valores morais da civilização que nos une e nos impele para o futuro. (VI, 6)

É interessante observar o paralelismo entre o primeiro parágrafo *temático* do discurso e o trecho anteriormente citado da ata do júri sobre a concessão do prêmio ao Presidente Lula. Os vocábulos *justiça* e *esperança* são empregados nos dois trechos. Ambas as passagens ressaltam a vocação para o diálogo e a cooperação e a luta para proteger os mais fracos. A expressão “absolutismo econômico”, que qualifica a postura ideológica mais criticada pelo Presidente Lula, exemplifica um procedimento semântico recorrente no *corpus*, marcadamente neste texto, que analisaremos com maior detalhe no capítulo 6. Esse procedimento consiste na transposição de um vocábulo de um campo lexical para outro, com repercussão importante para sua significação e referência (v. Mari, 2008, p. 110-112). Neste caso, devemos considerar que o item “absolutismo”, associado ao adjetivo “econômico”, não implica sistema político despótico ou mesmo centralismo de decisões, mas, sim, a prevalência dos interesses econômicos sobre os interesses de outra natureza (sociais, humanos, por exemplo).

⁴³ “El jurado quiere así reconocer no sólo una trayectoria política y personal en defensa de los trabajadores y en la lucha contra la pobreza, la desigualdad y la corrupción, que tanto han hecho sufrir a los desheredados de su país y del mundo en general, sino también su voluntad de establecer puentes de cooperación entre los países del Cono Sur, entre América y Europa, proponiendo un Foro Internacional de lucha contra el hambre. El Presidente Lula da Silva es, pues, el titular de un admirable pasado de lucha por la justicia, el impulsor de unas actitudes políticas llenas de buen sentido y el símbolo de una gran esperanza.” Apud: <http://www.fpa.es/premios/2003/luiz-inacio-lula-da-silva/jury>.

O pronunciamento desenvolve-se em uma forte crítica ao sentido do desenvolvimento técnico e econômico, que estaria ignorando a dimensão ética e piorando as condições de vida da maior parte da população mundial, em vez de melhorá-las. O Presidente Lula associa esse “retrocesso” às políticas dos anos 90 e apresenta dados estatísticos que demonstram o aumento da desigualdade nas últimas décadas do século passado.

Diante dessas constatações, afirma:

É necessário que a comunidade internacional assuma sua responsabilidade coletiva, engajando-se na única guerra da qual sairemos todos vencedores: o bom combate contra a pobreza, e a exclusão social. A arma fundamental para isso é conhecida: o aprofundamento da democracia econômica, social, cultural e política. O comércio internacional precisa livrar-se das práticas protecionistas, que, todos sabemos, privilegiam poucos grupos, ineficientes, embora poderosos. (VI, 14)

Esse parece ser, do ponto de vista argumentativo, um dos elos mais fracos do discurso. Ao retomar a metáfora da *guerra* contra a pobreza e a exclusão – lançada no discurso na OIT, e muito bem explorada no discurso na AGNU –, o Presidente Lula a desdobra na ideia da “arma fundamental” a ser usada nesse combate: “o aprofundamento da democracia econômica, social, cultural e política”. Ora, a enunciação de conceitos tão gerais parece carecer do pragmatismo e da força mobilizadora que se esperaria de uma *arma* de combate. A referência, logo em seguida, a um tema de protecionismo comercial acaba esvaziando ainda mais o conteúdo simbólico daquela guerra, que vai ser reconstruído nos parágrafos seguintes.

Na reformulação da questão da luta contra a exclusão, o Presidente Lula deixa claro que ela não se dará pelos desdobramentos naturais do desenvolvimento tecnológico ou pelos mecanismos do mercado. A superação das injustiças depende de decisões políticas, que implicam a reforma das instituições multilaterais e o engajamento de todos. Beneficiando-se do fato de a cerimônia de entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias congregar personalidades de destaque em diversas áreas das Humanidades, o Presidente recorre à segunda prova engendrada pelo discurso (o *pathos*) e assim se dirige à plateia:

Exorto as personalidades aqui presentes a unirem seu talento e sua influência neste mutirão de solidariedade pela vida, pela paz e pela justiça social. A fome não pode esperar. (VI, 23)

A exemplo do que fez no pronunciamento na AGNU, o Presidente Lula apresenta suas iniciativas – novamente enunciadas em formas verbais na primeira

pessoa do singular – para procurar superar os problemas sociais que apontou. Menciona a necessidade de reformas estruturais e de mudança de mentalidade coletiva, “transição cultural indispensável à passagem de uma sociedade de contrastes para uma comunidade justa, fraterna e digna” (VI, 33). Essa “revolução cultural” pela qual estaria passando o Brasil pode, segundo o Presidente, “ganhar os ares do mundo para injetar humanidade na globalização mercantil” (VI, 36).

De maneira adequada ao contexto institucional que ensejou o pronunciamento, o Presidente Lula o conclui ressaltando os laços que unem Brasil e Espanha, dando especial relevo aos valores, em consonância com o conjunto do discurso, que foi centrado em questões éticas: “Nos unem, acima de tudo, os valores irrenunciáveis da tolerância, da democracia, da justiça social, que esta Fundação, em seus 23 anos de existência, tem-se empenhado em promover (VI, 42).” Neste discurso, mais do que em qualquer outro do *corpus*, o reconhecimento de valores no interlocutor – na instituição que premiou o Presidente Lula – beneficia de forma mediata o locutor, pois equivale a atribuir a ele competência, seja do ponto de vista ético, seja do intelectual, de reconhecer os méritos do premiado.

CAPÍTULO 4: A APRESENTAÇÃO DO “EU” E A FIGURAÇÃO DOS INTERLOCUTORES NOS DISCURSOS

Neste capítulo, os seis pronunciamentos do Presidente Lula que formam o *corpus* serão analisados quanto à apresentação que fazem do “eu” – tomado como objeto-de-discurso construído textualmente – e quanto à figuração que fazem dos interlocutores. Conforme assinalamos no capítulo 2, quando utilizamos a noção de *apresentação do “eu”*, temos em mente que esta análise procurará privilegiar os enunciados que *explicitamente* constroem o “eu” do enunciador como objeto-de-discurso, por oposição à análise predominante ao longo do estudo, que procura apontar a construção indireta, indicial da imagem de si. Assume-se, portanto, como em outros passos da análise, uma concepção construtivista da referência, segundo a qual os objetos-de-discurso são produtos da atividade de cognição e de interação, e não devem ser tomados como entidades preexistentes à atividade comunicativa (v. Koch, 2005). É importante observar que o “eu” formulado como objeto-de-discurso não é necessariamente idêntico à *imagem* que o enunciador projeta de si no discurso

O segundo polo de análise deste capítulo, a figuração discursiva do interlocutor, será particularmente valioso para a compreensão da imagem de si engendrada pelo discurso. Diversos elementos linguísticos, retóricos e pragmáticos ajudam a compor discursivamente a figura do interlocutor, a qual, por sua vez, constituirá um dos parâmetros de construção da imagem de si, pois a aproximação ou o afastamento relativo adotado pelo locutor em relação aos interlocutores contribuirá para a formulação de sua própria imagem, com repercussão importante no conjunto das posições que defende e dos argumentos que postula. O locutor enuncia – frequentemente recorrendo a implícitos, com vistas à preservação da face – atributos de seus interlocutores com os quais compara, explícita ou veladamente, sua própria imagem. Os elementos de identidade e de diferença ressaltados nesse processo tendem a reverter-se em benefício do locutor.

Os pronunciamentos políticos de alto nível – assim denominados por serem proferidos por autoridades políticas de elevada posição hierárquica na estrutura do Estado, sem que essa denominação sugira qualquer juízo de valor acerca de seu teor – constituem situações de interação fortemente reguladas, tanto do ponto de vista político

como no aspecto formal e protocolar. De maneira geral, em cerimônias oficiais⁴⁴, a autoridade mais graduada é a última a falar, o que restringe o espaço para réplicas e contestações dos ouvintes. Ao contrário do que se passa, por exemplo, no debate parlamentar, em que a concessão de apartes é usual, nas ocasiões em que o Chefe de Estado se pronuncia, não há, de praxe, margem para interrupções ou para qualquer resposta imediata. A reação do auditório ao pronunciamento comporta, portanto, pouca variação. Dessa forma, a maneira como o interlocutor é figurado no discurso mostra-se mais relevante que sua participação efetiva na situação comunicativa.

Não se buscará, nesta análise, avaliar a pertinência ou a fidedignidade do discurso em um suposto intento de retratar as *pessoas*⁴⁵ do locutor e dos interlocutores. No texto, eles se constituirão como *signos*, como *objetos-de-discurso*, moldados de forma não necessariamente coerente com os entes extra-discursivos que representam. No discurso político, ganha especial relevo a ideia enunciada por Michel Pêcheux, que, neste ponto, se contrapõe, à teoria da informação, de que entre destinador e destinatário o que se transmite não é simplesmente uma mensagem, mas um discurso, um “efeito de sentidos” (Pêcheux, 1997, p. 82), que abarca, inclusive, as posições do “destinador” e do “destinatário”. Estes não correspondem a indivíduos encarnados, mas a lugares determinados na estrutura de uma formação social. Esses lugares, que poderiam ser descritos como um conjunto de traços objetivos, são reconfigurados quando se transformam em objetos do discurso. Essa reconfiguração afasta um determinismo sociológico reducionista na caracterização do interlocutores e ressalta o jogo de imagens implicado na interação verbal:

Nossa hipótese é de que [os] lugares [do destinador e do destinatário] estão *representados* nos processos discursivos em que estão colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A [destinador] e B [destinatário] se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). (Pêcheux, 1997, p. 82)

⁴⁴ As normas de cerimonial público, a serem observadas em todas as solenidades de que participa o Presidente da República, no território nacional e nas missões diplomáticas brasileiras, foram estabelecidas pelo Decreto Nº 70.274, de 9 de março de 1972. Já no seu artigo 1º, o Decreto estabelece que o “Presidente da República presidirá sempre a cerimônia a que comparecer”. Em solenidades no exterior, com a presença de outros Chefes de Estado e de Governo, os formatos das cerimônias são negociados por via diplomática, sempre considerando o princípio da igualdade jurídica entre os Estados.

⁴⁵ Ricoeur (1991, p. 49-54) demonstra o caráter “primitivo” da noção de pessoa, tomada como “unidade psicofísica” ou como um “particular de base”, que conferiria estabilidade aos enunciados referentes ao *si-mesmo*.

No capítulo anterior, procuramos descrever, de maneira algo detalhada, o contexto institucional que cercou e, em certa medida, cerceou as interações; exploramos, com as devidas ressalvas, a possibilidade de descrição objetiva das condições de interlocução. Agora, interessa-nos, sobretudo, o “jogo de espelhos” que consiste em explorar a imagem que o locutor constrói do interlocutor e aquela que ele imagina que o interlocutor faça dele.

4.1 A apresentação do “eu” nos textos do *corpus*

As formas de apresentação do “eu”, como locutor, nos seis textos do *corpus*, seguem dois padrões bastante distintos, os quais, conforme se depreende de sua análise, se diferenciam em função da empatia com o auditório, da afinidade, essencialmente ideológica, entre locutor e interlocutores. Contudo, o levantamento de todos os trechos em que o Presidente Lula fala de si mostra que ele ressalta, acima de todas, uma de suas características pessoais: o fato de ser um político de diálogo. Esse atributo é demonstrado, nos textos I e IV, em relatos relativamente extensos; nos demais textos, é afirmado de forma bem sucinta.

Analisarei, inicialmente, o padrão de apresentação de si que poderíamos considerar mais característico do domínio discursivo político-diplomático, por implicar um grau bastante reduzido de personalismo. Esse padrão pode ser observado, nos textos III e V, de forma muito característica, e, nos textos VI e II, com algumas especificidades que procuraremos explicitar mais adiante. Para facilidade da exposição, não obedecerei à ordem cronológica e sequencial dos textos.

Nos **textos III e V**, dirigidos, respectivamente, aos líderes do G8 e à AGNU, as referências a si, muito similares, encerram, com bastante concisão, seu aprendizado como homem público:

Minha vida e trajetória política me fazem crer que as causas justas são vitoriosas quando há vontade, diálogo e negociação. (III, 48)

Minha experiência de vida e minha trajetória política ensinaram-me a acreditar acima de tudo na força do diálogo. (V, 79)

Essas formulações, extremamente sintéticas, são adequadas aos ambientes políticos em que foram produzidas, por evocarem, por um lado, o passado de lutas democráticas do Presidente Lula, como líder sindical e político, e, por outro lado, por serem compatíveis com a reiterada defesa, feita pelo Presidente, em seus pronunciamentos, do multilateralismo nos foros internacionais, cuja importância ele compara à da

democracia, no âmbito interno dos estados. A esse respeito, remeto à análise feita no capítulo 2 (item 2.1).

Como já assinalamos, as circunstâncias que ensejaram a produção do **texto VI** seriam, em princípio, as mais propícias a um discurso centrado na apresentação do “eu”, pois se tratava de cerimônia em que o Presidente Lula recebia, a título pessoal, o Prêmio Príncipe de Astúrias. Contudo, como comentamos no capítulo 3, ele optou por despersonalizar, logo de início, o discurso. Esta despersonalização fez-se por um procedimento duplo: 1) como homenageado, ele afirmou receber o prêmio “em nome do povo brasileiro” (V, 2), não o encarando, portanto, como uma deferência a sua pessoa ou mesmo a sua figura política; 2) como intérprete da decisão da Fundação Príncipe de Astúrias de escolher seu nome, ele afirmou ver na premiação a manifestação da importância atribuída a uma causa:

Interpreto a escolha de meu nome como uma manifestação da importância atribuída pela Fundação Príncipe de Astúrias à cooperação internacional para a superação do principal desafio global do início do século XXI: o combate à fome, à pobreza e à exclusão social. (VI, 3)

Em razão desse procedimento e com base nessa aparente renúncia à oportunidade de centrar o foco de sua fala em sua figura pública, produzem-se, a nosso ver, duas consequências relevantes para a construção do *ethos*: primeiramente, atribui-se imediatamente ao político a magnanimidade de considerar que as causas que defende são mais relevantes que sua pessoa; além disso, vincula-se o político à causa por ele defendida, não por afirmação própria, mas por reconhecimento alheio, no caso, por reconhecimento da Fundação Príncipe de Astúrias. Essa interpretação é confirmada, no fim do pronunciamento, quando o locutor, o Presidente Lula, volta a mencionar o prêmio recebido e transmite a mesma mensagem de modéstia e de serviço à causa pública, nos âmbitos interno e internacional:

Com a emoção de um brasileiro que teve que enfrentar múltiplos obstáculos em sua trajetória pessoal e política, agradeço de coração este prêmio. Ele servirá de estímulo para que persevere na busca de um Brasil mais justo e de uma sociedade internacional mobilizada para a promoção do desenvolvimento, da justiça social e da paz. (VI, 39)

No **texto II**, a referência a si é feita de maneira mais oblíqua, embora se saiba, de antemão, que o Presidente Lula já tivesse em mente, ao discursar, um possível desconhecimento ou uma predisposição negativa de parte do auditório do Fórum Econômico Mundial a seu respeito, a ponto de ter feito o seguinte comentário no discurso de Porto Alegre, pronunciado dois dias antes:

Muita gente que está em Davos não gosta de mim, sem me conhecer. Quero fazer questão de ir a Davos e dizer em Davos exatamente o que eu diria para um companheiro qualquer que esteja aqui neste palanque. (I, 29)

É sintomático que seu discurso em Davos se inicie fazendo uma menção a Porto Alegre, com a qual parece querer indicar mais uma procedência ideológica do que uma mera referência geográfica acidental:

Estou chegando, como vocês sabem, diretamente de Porto Alegre, onde participei do Fórum Social Mundial, e falei a dezenas de milhares de pessoas sobre os mesmos assuntos de que pretendo tratar aqui. (II, 2)

Se, em Porto Alegre, o Presidente Lula afirmou que fazia questão de “dizer em Davos exatamente o que eu diria para um companheiro qualquer”, em Davos, começou por afirmar que trataria dos “mesmos assuntos” de que tratara em Porto Alegre. Observa-se, nos dois casos, um esforço de construção de uma imagem que denote coerência e constância, ainda que empregue ênfases retóricas distintas, adequadas aos diferentes públicos. Na comparação entre as duas plateias, ao mencionar o número de assistentes que teve no FSM (“dezenas de milhares de pessoas”), o Presidente subentende não ver razão para considerar a plateia de Davos mais importante do que a de Porto Alegre, pois o que ele ressalta é o componente humano, não o institucional.

As outras duas referências ao “eu” encontráveis no pronunciamento de Davos dizem respeito não a algum traço ou experiência pessoal, mas apenas à sua condição de Presidente da República, como representante eleito pelo povo:

Sou depositário da confiança do povo brasileiro, que me atribuiu a responsabilidade de conduzir um país de 175 milhões de habitantes, uma das maiores economias industriais do planeta. (II, 3)

Sou o Presidente de todo o povo brasileiro e não apenas daqueles que votaram em mim. (II, 28)

Estas afirmativas visam certamente a ressaltar sua legitimidade como representante popular, mas buscam também aplacar eventuais desconfiças, de uma parcela do público, de que seu Governo pudesse tender para o partidarismo ou para o sectarismo. Conformam uma atitude defensiva no que diz respeito à apresentação de si, bem contrastante com a atitude assertiva e, pelo menos em um ponto do texto, até hostil adotada na construção da imagem do auditório, como veremos na seção seguinte.

O comedimento que caracteriza a apresentação do “eu” nos quatro textos analisados até agora é substituído, nos **textos I e IV**, por um evidente desembaraço em falar de sua trajetória política. O seguinte trecho, pronunciado no início do discurso perante a Sessão Especial da OIT, representa um exemplo de ressignificação de seu

percurso político, que acaba por estabelecer, no final do parágrafo, uma síntese entre a trajetória pessoal do líder e a tendência histórica de politização do movimento sindical, no contexto da globalização:

Eu sempre briguei para chegar onde cheguei. Se tem uma coisa pela qual eu briguei, foi para ser Presidente da República. Perdi três vezes. Quando muitos pensavam que eu ia desistir, lá estava eu, outra vez, disputando a eleição para Presidente da República. E por uma simples razão: porque eu sempre acreditei que a grande tarefa de um dirigente político é poder cumprir, no exercício do seu mandato, as coisas que ele acreditava poder fazer antes da campanha. E hoje, eu estou muito mais convencido de que, certamente, não teremos tempo para fazer tudo que queremos fazer, mas, certamente, faremos para o mundo do trabalho muito mais do que já foi feito no meu país. Eu comecei o governo com essa convicção e, tenho certeza, terminarei o governo cumprindo grande parte dos sonhos que sonhei a vida inteira poder cumprir. Até porque eu estou cada vez mais consciente de que, nesse mundo globalizado, o movimento sindical de trabalhadores precisa, cada vez mais, ser menos corporativo e cada vez mais político. (IV, 2)

Nesta Sessão, em que o Presidente Lula afirma se “sentir em casa” (IV, 1), ele recapitula sua trajetória pessoal e seus vínculos com o “mundo do trabalho”:

Antes de ter sido eleito Presidente do Brasil – como o primeiro representante do meu partido – eu fui muitas coisas no mundo do trabalho: fui um operário metalúrgico, fui sindicalista, ajudei a fundar o meu partido e ajudei a fundar a Central Única dos Trabalhadores. Enfrentei condições que estão muito longe do que a OIT definiria como trabalho decente. Fui trabalhador infantil. Conheci a exclusão social que aflige a tantos milhões de brasileiros, de homens, mulheres e crianças mundo afora, sobretudo, nos países em desenvolvimento. (IV, 9)

Cria, assim, condições para afirmar que “a agenda desta Organização se confunde com a minha agenda pessoal e também com a minha agenda política” (IV, 10). Essa afirmativa soma-se a algumas outras para demonstrar que o Presidente Lula quer dar à sua presença na OIT uma dimensão simbólica, como quando assevera: “Não por coincidência, hoje, na OIT, pronuncio meu primeiro discurso em um organismo das Nações Unidas, em nome deste novo Brasil” (IV, 13). Ele tem ciência de que a participação de Chefes de Estado nas Sessões Especiais da Conferência Internacional do Trabalho não é corriqueira e, ao agradecer a oportunidade de sua participação, o deixa registrado:

Por isso, eu quero, meu querido Diretor-Geral, agradecer essa oportunidade e, queira Deus, que, a partir dessa minha vinda, outros Presidentes da República se disponham a participar desse debate porque, afinal de contas, pode ser nesta Casa que a gente começará a decidir coisas importantes para os trabalhadores do mundo inteiro. (IV, 8)

É evidente, portanto, que o pronunciamento por si só é um gesto político de grande valor. A presença na sede da OIT de um Presidente de um grande país em desenvolvimento, que teve sua trajetória política iniciada na vida sindical e desenvolvida ao lado dos trabalhadores é um acontecimento extraordinário. Devemos ter isso em conta para compreender o início, bem-humorado, da fala do Presidente Lula:

Eu estava pensando em fazer um discurso de improviso, mas, exatamente por me sentir em casa, eu tenho medo de falar demais, porque quando eu ia à porta de uma fábrica fazer assembleia, eu falava umas 30 vezes: "e para terminar... e para terminar..." e nunca terminava. E como eu sei que o tempo de vocês é muito precioso, vou tratar de ler o meu pronunciamento. (IV, 1)

O início informal e coloquial tem diversos efeitos positivos para a imagem do Presidente. De imediato, angaria a simpatia e a atenção do ouvinte, pelo efeito de proximidade provocado pelo humor com que apresenta sua história. Serve para recordar à platéia a origem operária e sindical do político e para demonstrar que o próprio Presidente Lula a tem presente naquele momento. Revela a preocupação e atenção do Presidente com o auditório. A menção ao tempo “precioso” do auditório deve ser entendida mais como recurso retórico, pois, provavelmente, o próprio Presidente Lula era o único Chefe de Estado na sessão, o que tornaria seu tempo o mais “precioso” de todos. Além disso, vale observar que, embora anuncie que vá ler o discurso, a leitura só se inicia, por todos os indícios já apontados no capítulo 3, no nono parágrafo.

Se, no **texto IV**, a apresentação do “eu” tem um componente narrativo relevante, no **texto I**, a narrativa passa a ser o fulcro da apresentação do “eu”, pois os relatos, em primeira pessoa, servem ao propósito de reforçar a autenticidade da experiência de vida que o enunciador procura compartilhar com a platéia e a sabedoria prática que essa experiência permitiu acumular⁴⁶. Poder-se-ia, mesmo, especular acerca da hipótese, que não desenvolveremos aqui, de que, quanto maior o constrangimento institucional, menor o espaço para os pronunciamentos centrados em narrativas de cunho pessoal.

O longo trecho compreendido entre os parágrafos 26 e 30 do **texto I** demonstra, exemplarmente, a funcionalidade dos relatos em primeira pessoa para a estratégia argumentativa do locutor, que procura afirmar o valor de sua experiência, de sua sabedoria prática⁴⁷, na tomada de decisões. Ao fazê-lo, revela também seu destemor, sua coragem. Trata-se, ao menos na construção discursiva, de provar o acerto de sua decisão de participar do FEM, em Davos, objeto de muita polêmica no âmbito da esquerda

⁴⁶ A relação entre a narrativa e a transmissão da experiência é um tema explorado, em vários textos, por Walter Benjamin, em especial em Benjamin (1985).

⁴⁷ Remetemos, novamente, aqui ao conceito aristotélico de *phronésis* (v. cap. 3).

brasileira, como já se indicou no capítulo 3. O Presidente Lula relata três episódios em que enfrentou opiniões contrárias qualificadas, para tomar iniciativas corajosas e inovadoras, que renderam frutos importantes para os movimentos populares brasileiros, antes da democratização do regime. Narra seu ingresso no sindicalismo e as mudanças que nele ajudou a promover; a superação de resistências à criação do PT; e sua decisão de procurar diálogo com o comandante do II Exército, à época da greve dos metalúrgicos no ABC. O êxito das três iniciativas parece recomendar – não explicitamente, mas como um subtexto – que se dê crédito e atenção à intuição política do Presidente Lula. Dessa forma, ao mesmo tempo em que fundamenta seu argumento, o locutor constrói uma narrativa de si cheia de grandes feitos. Ao tratar especificamente a questão de sua ida a Davos, o Presidente Lula, de maneira habilidosa, evita alijar aquele que defende o argumento contrário, colocando-se a si próprio, inicialmente, na posição de seu contendor: “Agora, quando surgiu o convite para Davos, a princípio, falei: o que vou fazer em Davos?” (I, 29). Em seguida, recorda sua singularidade como representante popular eleito Presidente da República, para justificar a importância de apresentar, em Davos, um discurso diferente daquele que lá prevalece, pregando uma ordem econômica mundial mais justa.

A apresentação do “eu” no **texto I** é aquela, entre os textos do *corpus*, que mais recorre à reafirmação da imagem prévia, por ser o FSM o âmbito em que a liderança oposicionista de Lula era mais conhecida e admirada. Há um trecho do pronunciamento que revela a importância do resgate dessa imagem prévia e o vínculo que ela cria com o público do FSM:

Eu sempre disse que o maior desejo que tinha, de ser eleito Presidente da República, era para ver se eu conseguia atender às minhas próprias reivindicações. Eu sou um homem que fez muitas reivindicações, no Brasil. Eu exigi muito de cada Governo que passou aqui, antes de mim, como muitos de vocês exigem, nos seus países.

E o meu desejo de ser Presidente da República era o de saber se, eleito Presidente da República, serei capaz de atender às minhas próprias reivindicações.

Portanto, não tenho que me preocupar com aquilo que possíveis adversários falarem. Tenho que saber que, ao longo da História, o movimento social brasileiro, o movimento sindical brasileiro, os partidos políticos no Brasil, as Igrejas no Brasil, as ONGs no Brasil acumularam muita experiência e, junto com essa experiência acumulada, têm propostas, têm reivindicações, têm coisas extraordinárias apresentadas. E eu, agora, tenho quatro anos para que, com muita tranquilidade, a gente possa atender, senão todas, aquelas que tivermos capacidade e condições de atender. (I, 9-11)

É muito significativo que o Presidente Lula use quatro vezes o vocábulo *reivindicações*, três delas vinculando-o à sua pessoa. Na quarta ocorrência, relaciona as *reivindicações* a esferas da sociedade civil com as quais tem ligações conhecidas. Quando, na parte final do trecho, afirma ter quatro anos para que “a gente possa atender, senão todas, aquelas que tivermos capacidade e condições de atender”, se refere, indistintamente, a umas e outras reivindicações, pois são intercambiáveis, fazem parte de um mesmo conjunto de valores e de aspirações. Depois de falar de seus desejos, de suas reivindicações e de suas propostas, atribuídas também às entidades representadas no Fórum, o locutor inicia quatro períodos seguidos com as expressões “Continuo com meu sonho” e “Continuo sonhando”.

Veremos, na seção seguinte, como, no texto I, as imagens do locutor e do interlocutor se constroem de forma simbiótica.

4.2 A figuração do auditório nos textos do *corpus*

Nesta seção, os textos do *corpus* serão analisados quanto à figuração que se faz dos interlocutores nos pronunciamentos, levando em conta tanto as referências explícitas aos interlocutores e à moldura institucional que acolhe o discurso quanto os elementos indiciais que conformam a relação ou a predisposição do locutor diante do interlocutor. Por adotarem estratégias muito diferentes, e altamente funcionais, de figuração do auditório, os pronunciamentos feitos nos dois fóruns mundiais serão analisados de forma mais detalhada do que os demais textos. O pronunciamento no FSM ressalta a afinidade entre orador e auditório, por meio de recursos bastante explícitos, enquanto o discurso de Davos recorre a estratégias mais sutis para assinalar as divergências entre locutor e plateia. No exame dos demais discursos, procuraremos apontar aspectos mais significativos da figuração, direta ou indireta, da instituição onde se produz o discurso, e como ela se reverte na construção da imagem do locutor.

4.2.1 A figuração do auditório no discurso de Porto Alegre

Perante a platéia que lotava o Anfiteatro Pôr-do-Sol, em Porto Alegre, para ouvir sua primeira participação no FSM na nova condição de Chefe de Estado, o Presidente Lula procurou reforçar imediatamente a empatia que o unia ao público, colocando-se em pé de igualdade com seus ouvintes:

Será que seria pedir demais, para que os nossos companheiros enrolassem as suas bandeiras só uns dez minutos, para que a gente possa ver as pessoas de trás e as de trás possam ver a gente?

Vocês sabem que uma das coisas que eu mais admiro é um militante, de qualquer organização, que vai para a rua com a sua bandeira. Eu acho uma coisa fantástica e inusitada. Eu só estou pedindo, faz tempo que eu não vejo vocês, faz tempo que vocês não me vêem, e eu acho que enrolar a bandeira cinco minutos não pesa nada para nenhum companheiro. (I, 1-2)

O trecho suscita vários elementos de análise referentes à construção do imagem do auditório. A deferência do orador com a plateia é inusitada, se considerado o cargo político que ocupa. Ao pedir a parte do público que enrole as bandeiras, ele se vale de grande medida, expressa na modalização do pedido (“Será que seria pedir demais”) e inverte a ordem natural de precedência entre o orador e o auditório (“para que a gente possa ver as pessoas de trás e as de trás possam ver a gente”). Fala como se ele e os demais presentes no palanque estivessem lá para ver o público, e não para serem vistos. Essa inversão confirma-se no parágrafo seguinte (“faz tempo que eu não vejo vocês, faz tempo que vocês não me vêem”) e sugere a primazia do público sobre seu representante máximo. O trecho não se esgota, portanto, na dimensão pragmática de um ato ilocucionário que consistiria no mero pedido de que se enrolassem as bandeiras; alcança uma dimensão simbólica, em que os interlocutores se atribuem mutuamente valor, a partir, obviamente, do enunciador mais alto no polo da assimetria.

Ciente da constituição do auditório, o Presidente Lula dirige-lhe um elogio direto, ao afirmar ser o militante uma das coisas que mais admira e tratá-lo de “companheiro”. Formula o elogio por outra via, ao referir-se ao Fórum Social Mundial como “o maior evento multinacional que a sociedade civil mundial organiza” (I, 3). Dessa forma, empresta ao evento um caráter de representação (no sentido político) que, como se viu no capítulo 3, o Fórum sequer advoga para si.

A figuração do auditório prossegue, de forma bastante eloquente, no trecho a seguir:

Eu, agora mesmo, Haddad, estou falando, aqui, em português, e deve haver companheiro aí, francês, inglês, deve haver gente da China, da Índia, que não está entendendo nada do que estou falando.

Entretanto, aqueles que não entenderem as minhas palavras, e são pessoas que acreditam no Fórum Social Mundial, olhem nos meus olhos, que vão entender cada palavra que eu falar. (I, 6-7)

As palavras do locutor, obviamente figuradas, procuram ressaltar a comunhão de propósitos e de valores que o uniria à plateia, a ponto de prescindir da comunicação verbal. Esse excesso retórico visa, por um lado, a agregar legitimidade ao auditório,

decorrente da adesão ao ideário do FSM, e, por outro lado, indicar total identidade entre o locutor e seus ouvintes, alçados a interlocutores. Quando, a seguir, o locutor agradece ao “povo do mundo inteiro”, ele se vale da polissemia da palavra “povo”, para investir seus ouvintes do papel de representantes legítimos de seus povos, que teriam ido a Porto Alegre para ser enxergados como tais e para exigirem respeito.

A figuração do auditório na parte inicial do discurso reforça, portanto, a empatia entre orador e ouvintes. Demonstra, da parte do orador, o reconhecimento da legitimidade da plateia e a comunhão de propósitos entre os participantes da cena de enunciação. Permite, por fim, a legitimação das ressalvas que procurará introduzir a certa altura do pronunciamento, em que adota postura um tanto paternalista:

Quero tratar cada um de vocês como trato meu caçula de 17 anos. Na hora em que puder fazer, faremos. Mas, na hora em que não der para fazer, com a mesma serenidade e com o mesmo carinho, quero dizer: companheiro, não dá para fazer. E tenho certeza de que essa relação de honestidade e de companheirismo será a razão do sucesso do nosso Governo aqui no país. (I, 17)

É interessante observar a inflexão da figuração do auditório justamente no trecho em que a imagem do próprio locutor está, em alguma medida, sendo reformulada. Ao assumir o *ethos* de prudência, de ponderação, o Presidente Lula, em alguma medida, vai afastando a imagem de “companheiro” que criou para seu ouvinte ideal e o compara a um filho. Insinua-se, aí, a distância hierárquica que separa o Chefe de Estado da população.

A partir desse ponto do discurso, torna-se mais nítida a distinção entre orador e auditório, mas se estabelece uma relação em que o Presidente Lula se apresenta como “obra e resultado do trabalho que vocês [os participantes do FSM] fizeram ao longo de todos esses anos”. Essa relação reaparece quando o Presidente menciona sua projetada intervenção no Fórum de Davos:

Qual é a novidade? Qual é a novidade deste ano? É que este ano, por causa de vocês e por causa do Fórum Social Mundial, fui convidado para ir a Davos. Se não fossem vocês, eu não seria convidado. (I, 26)

Observa-se, portanto, no discurso de Porto Alegre, uma figuração muito direta do auditório, sem recursos a pressuposições e implicações. Ao longo do pronunciamento, a forte identidade entre orador e auditório, ambos, inicialmente, com capacidades comparáveis de agência social, vai cedendo lugar para uma situação em que o locutor se apresenta como legítimo e fiel representante do auditório.

4.2.2 A figuração do auditório no discurso de Davos

A figuração dos interlocutores no pronunciamento do Presidente Lula no Fórum Econômico Mundial é, em alguma medida, mais complexa e sutil do que a que se verificou em Porto Alegre. Como se trata de situação em que locutor e interlocutores não compartilham as mesmas convicções políticas e ideologias – e, portanto, deverão ressaltar-se os contrastes – o discurso deverá solucionar as divergências sem comprometer as condições de interação.

O pronunciamento tem caráter muito mais formal do que o proferido em Porto Alegre, o que se revela pelo registro de língua usado. Ao contrário do texto do FSM, o discurso de Davos mostra predomínio da terceira pessoa, com poucas invocações dos ouvintes (concentradas na parte final do texto) e presença rarefeita de verbos conjugados na primeira pessoa ou de pronomes de primeira pessoa, os quais, quando ocorrem, são majoritariamente no plural.

Ao contrário do pronunciamento de Porto Alegre, em que o auditório foi um tema recorrente da fala presidencial, a figuração dos interlocutores no texto proferido em Davos é indireta, ainda que perfeitamente discernível. O Presidente Lula vale-se recorrentemente de *implícitos* para caracterizar seu auditório. Analisemos três exemplos de implicitação no texto.

(a) Aqui, em Davos, convencionou-se dizer que hoje existe um único Deus: o mercado. (II, 5)

Ao flexionar o verbo *convencionar*, na terceira pessoa, com sujeito indeterminado, o Presidente subentende a aceitação desse postulado pelo conjunto dos integrantes do auditório, se não em sua totalidade, pelo menos em sua maioria. Ao formular a oração, sem a determinação do sujeito de *convencionar*, de modo que, embora o pensamento nela expresso possa ser atribuído ao conjunto de seus ouvintes, o Presidente Lula mostra o cuidado de não asseverar que algum ouvinte específico aceite esse postulado. Tal como formulada, a idéia de que o mercado é o único Deus dificilmente pode ser defendida, pois pressupõe justapor valores de esferas axiológicas distintas. A agressividade da formulação é atenuada pelo fato de não se atribuir autoria à idéia da identidade entre Deus e mercado. A afirmativa pode ser entendida como uma referência ao interlocutor, mas não o torna responsável por sua veracidade.

(b) Quero convidar a todos os que aqui se encontram, nessa montanha mágica de Davos, a olhar o mundo com outros olhos. (II, 24)

O uso do pronome indefinido *outros* constrói o pressuposto da existência de uma maneira convencional ou tradicional de enxergar o mundo, que seria conservadora. Ao convidar a “todos” para “olhar o mundo com outros olhos” o locutor subentende que seus interlocutores aderem àquela maneira de ver o mundo e são incapazes de adotar perspectiva diferente. A referência intertextual ao romance *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, cujo enredo se passa justamente em Davos, não é gratuita, uma vez que se trata de exemplo prototípico de romance de idéias, em que há contraposição de distintas maneiras de encarar a realidade.

(c) Não fiquem indefinidamente esperando sinais para mudarem de atitude em relação ao meu país e aos países em desenvolvimento. (II, 25)

Aqui se implica, de forma bastante evidente, a existência de uma atitude renitentemente negativa por parte do conjunto dos interlocutores em relação aos países em desenvolvimento. O verbo *mudar* pressupõe, necessariamente, a existência de duas situações, uma anterior e outra posterior à mudança. Já no fim do discurso, o Presidente permite-se interpelar diretamente o auditório, pedindo mudança de atitude. O grau de generalidade do apelo permite um grau mais baixo de implicitação.

Os três exemplos acima discutidos envolvem a caracterização do auditório, com o qual a figura do Presidente Lula contrasta de forma evidente. O uso de pressuposições e subentendidos permite a preservação da face do locutor e de seus ouvintes, sem criar atritos contraproducentes.

Outro recurso utilizado, no discurso, para atenuar afirmativas incômodas para o auditório é o uso de verbos na forma infinitiva, de maneira o omitir os sujeitos das orações como agentes de algumas ações. Tome-se a seguinte frase:

É necessário admitir que, muitas vezes, a pobreza, a fome e a miséria são o caldo de cultura onde se desenvolvem o fanatismo e a intolerância. (II, 21)

Como não identifica o sujeito de *admitir*, o locutor evita indicar quem necessitaria adotar essa perspectiva. Essa afirmativa, ainda que bastante aceitável para o senso comum, poderia ser encarada como uma forma de justificativa para o terrorismo, tema central do debate internacional naquela ocasião, pouco mais de um ano depois dos ataques contra Nova York e Washington. O discurso não poderia, portanto, identificar os países responsáveis pela luta contra o terrorismo como sujeitos/agentes de *admitir*, ainda que fosse essa sua intenção discursiva.

Em outro trecho, omite-se o sujeito, pelo uso do infinitivo, como forma de interpelar todo o auditório:

É absolutamente necessário reconstruir a ordem econômica mundial para atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos científicos e tecnológicos que um ser humano foi capaz de produzir. (II, 24)

A análise da polifonia e da orientação argumentativa decorrentes do uso de *conectores argumentativos* fornece importantes elementos de análise dos interlocutores. Para a finalidade do presente trabalho, atentaremos apenas para um tipo de construção, recorrente no texto, de grande funcionalidade para a figuração do interlocutor, aquela baseada no modelo “não só [...] mas também” ou “não apenas [...] mas também”. Vejam-se os seguintes exemplos:

(d) Combater a fome não é apenas tarefa do Governo, mas de toda a sociedade. (II, 10)

(e) A construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política. (II, 17)

(f) A paz não é só um objetivo moral. É, também, um imperativo de racionalidade. (II, 21)

(g) Nossa determinação é resultado não somente de compromissos que assumimos há muitos anos, mas decorre, também, da esperança que mobiliza o nosso país. (II, 27)

O efeito de sentido produzido por essas construções vai além de uma mera adição de elementos homogêneos. Em geral, somam um elemento já previsível a outro com maior carga semântica de novidade. Além de servir bem ao propósito geral do pronunciamento de, incorporando os elementos consensuais do debate internacional, propor uma perspectiva inovadora, humanista e voltada para a solução de problemas sociais, este tipo de construção sintática tem reflexos na construção da imagem do interlocutor. Tomem-se os exemplos (e) e (f). Os elementos iniciais do raciocínio (“um ato de generosidade” e “um objetivo moral”), introduzidos por “não é somente” e “não é só”, pertencem semanticamente à esfera axiológica da ética, defendida pelo locutor; os elementos que estão na segunda posição, introduzidos por “mas também” (“atitude de inteligência política” e “um imperativo de racionalidade”), estão na esfera da racionalidade política. Infere-se dessa análise – consistente com a hipótese polifônica e argumentativa desse operador apresentada em Guimarães (2007) – que os interlocutores seriam mais sensíveis aos segundos termos do que aos primeiros. De forma indireta, portanto, essas construções contribuem para a figuração da imagem de um interlocutor construído discursivamente por meio de implícitos no texto.

Em razão das divergências ideológicas entre orador e platéia, o pronunciamento de Davos utilizou, portanto, diversos recursos de construção implícita de sentidos, para

lidar com a questão da preservação da face própria e alheia e com as convenções de civilidade, sem abrir mão de uma alocução que fosse, ao mesmo tempo, autêntica e coerente com a história política do Presidente Lula e com os discursos que proferiu em outros âmbitos.

4.2.3 A figuração do auditório no discurso de Evian

No início de seu pronunciamento em Evian, o Presidente Lula agradece a iniciativa do Presidente Chirac, e ressalta o entendimento de que a reunião constitui uma oportunidade para o “diálogo dos países mais ricos do mundo com os países em desenvolvimento” (III, 2). Mesmo sendo o auditório composto, portanto, de representantes de uns e outros, o pronunciamento se endereça precipuamente aos primeiros, já que o Presidente Lula, durante a maior parte do texto, se dirige aos países do G8 em nome dos países em desenvolvimento. Essa escolha fica evidente a partir do seguinte trecho:

Estou seguro que um dos objetivos desta reunião do G8 é o de buscar caminhos para que a economia volte a crescer. Necessitamos uma nova equação que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento. A incorporação dos países em desenvolvimento à economia global passa necessariamente pelo acesso sem discriminação aos mercados dos países ricos. Fizemos um enorme esforço e sacrifício para conquistar competitividade. (III, 11-13)

O Presidente Lula faz menção à reunião “do G8”, e afirma esperar que os mercados dos países ricos concedam maior acesso aos produtos dos países em desenvolvimento. Quando usa a forma verbal “Fizemos”, para iniciar o último período do trecho citado, toma, como referente da primeira pessoa do plural, *os países em desenvolvimento*. Passa a falar, portanto, ao menos nessa parte do texto, em nome daquele grupo de países.

Se compararmos este pronunciamento com o proferido em Davos, observamos uma atitude mais positiva em relação ao auditório, em razão de um contexto de diálogo construtivo que se procura estabelecer entre o G8 e os maiores países em desenvolvimento, o que se reflete no próprio teor do discurso: “Quero falar-lhes de forma simples e direta: venho propor-lhes ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo” (III ,7). Essa disposição positiva não impede o Presidente Lula de formular fortes críticas ao protecionismo comercial dos países ricos e às “estratégias

econômicas predominantes”, ainda que deixe claro que não pretende centrar nelas seu pronunciamento: “Não viemos aqui para nos lamentar, nem simplesmente para engrossar o coro das recriminações. Sabemos quais são nossas responsabilidades” (III,15).

Num ambiente que mescla ímpeto de cooperação para o combate à fome e à pobreza com crítica à ordem econômica vigente, as estratégias de figuração do auditório no discurso são híbridas. Algumas formulações evitam singularizar países e fazer acusações diretas, como as do trecho analisado no capítulo 2:

O multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia em termos nacionais.

Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar. (III, 44-45)

Outras construções apresentam críticas diretas e contundentes aos países desenvolvidos:

Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos. (III, 27)

Essas atitudes não são construtivas e só aumentam o ceticismo em relação às boas intenções e à sabedoria dos mais prósperos. (III, 29)

O uso mesclado de recursos diretos e indiretos de figuração do auditório permite que o orador construa de si uma imagem de franqueza e assertividade, sem resvalar, em nenhum momento, para uma postura contraproducente de agressividade. Dessa forma, dosando adequadamente as estratégias críticas que adota, não prejudica a atitude objetiva e propositiva que, como vimos no capítulo 3, imprime ao discurso.

4.2.4 A figuração do auditório no discurso de Genebra

A figuração do auditório da OIT, no pronunciamento feito pelo Presidente Lula na *Sessão Especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho*, foi instrumental para a própria exposição dos argumentos apresentados pelo Presidente e para a construção da imagem de si. No conjunto do *corpus*, as menções à instituição anfitriã são, neste pronunciamento, as mais explícitas e as mais evidentemente associadas aos sentidos que se procura construir em torno do orador, como se pode verificar nos seguintes parágrafos:

De certo modo, a **agenda desta Organização se confunde com a minha agenda pessoal e também com a minha agenda política**. Represento um País de contrastes e desigualdades, que confronta seus dirigentes, no plano interno,

com os mesmos desafios que precisam ser enfrentados pela comunidade internacional e pela OIT no plano mundial. (IV,10)

De certo modo, **a estrutura tripartite, que constitui a força deste Fórum, tem semelhança com a circunstância histórica que vive o Brasil.** Meu Governo vem promovendo ampla abertura de diálogo e aperfeiçoamento do convívio democrático. A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social inaugura uma nova experiência de negociação entre representantes do Governo e da sociedade civil, empresários, sindicalistas, ONGs. Estamos reunindo ampla base social para promover as transformações esperadas pela Nação no combate à fome e à pobreza, no acesso à educação e à saúde, na disseminação da justiça social, na defesa dos direitos fundamentais do trabalhador. (IV, 12)

Sendo a OIT uma entidade tripartite, o Presidente Lula busca, nos parágrafos iniciais do texto, lançar mensagens específicas para os segmentos que a compõem, em especial para os sindicatos, mas também para os empresários, de forma a angariar a simpatia da platéia. Revela ainda forte sua identidade com os sindicalistas ao afirmar: **“Nós não temos** o direito de continuar a fazer o mesmo tipo de sindicalismo que fazíamos há 20 ou 30 anos atrás (IV, 4)”.

Ao longo de sua exposição, vai entremeando conceitos elaborados no âmbito da OIT, com o de “trabalho decente”, com iniciativas de seu Governo, procurando revelar a identidade de propósitos entre ambos. Aplauda a iniciativa da OIT de discutir as dimensões sociais da globalização e procura demonstrar que o Brasil não só apoiou o lançamento desse debate como também tem enfatizado a necessidade de acompanhar o resgate da credibilidade econômica com políticas de forte cunho social.

A construção harmônica e explícita das figuras do auditório e do orador pode ser atribuída, provavelmente, ao fato de não transparecer, no pronunciamento, qualquer foco de tensão política entre a entidade e o Governo brasileiro. Ainda que o pronunciamento verse sobre vários dos temas graves que suscitaram críticas e cobranças em outros textos do *corpus* – como a questão do multilateralismo e do comércio internacional –, as duas partes, neste caso, parecem estar do mesmo lado e advogar as mesmas causas. Mesmo se comparado ao discurso de Porto Alegre, em que também havia empatia com a platéia, pode-se dizer que, em Genebra, a tensão foi ainda menor, pois, na OIT, o Presidente Lula não se viu obrigado a realizar um esforço de reafirmação de valores e de propósitos, como teve de fazer junto ao FSM. A figuração do auditório, tomado, sobretudo, como metonímia da entidade política, funcionou como um espelho dos atributos do orador.

4.2.5 A figuração do auditório no discurso de Nova York

Ao discursar perante a AGNU, o Presidente Lula vale-se de duas formas de figuração do auditório, ambas politicamente úteis e geradoras de repercussões importantes para sua própria imagem. A primeira forma de figuração consiste em referir-se ao auditório como uma entidade quase abstrata de representação da humanidade, por meio de expressões como “Parlamento Mundial” (V, 1) e “Assembléia verdadeiramente universal” (V, 45). Essa forma de figuração reveste-se de interesse político por ressaltar a universalidade da entidade e reforçar a posição brasileira francamente favorável ao multilateralismo.

A segunda forma de figuração do auditório da AGNU faz-se por intermédio de figuras representativas da ONU, acerca das quais o Presidente Lula tece menções elogiosas. Esse é o caso das palavras dedicadas ao Secretário-Geral Kofi Annan e ao Presidente da Assembléia Julian Hunte. A menção mais relevante do ponto de vista do uso da figuração do auditório para a construção da imagem de si é a feita a Sérgio Vieira de Mello:

Esta Assembléia se instala sob o impacto do brutal atentado à Missão da ONU em Bagdá que vitimou o Alto Comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello.

A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis.

Exerceu, em nome das Nações Unidas, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil.

Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada. (V, 4-7)

O texto projeta em Vieira de Mello uma série de valores – “o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis”, bem como “o humanismo tolerante, pacífico e corajoso” – para, em seguida, apropriar-se deles, em benefício da imagem do país (“que espelha a alma libertária do Brasil”). De certa forma, o germe da construção discursiva da posição defendida pelo Presidente sobre os dois temas centrais de seu pronunciamento – segurança coletiva e combate à fome e a miséria – encontram-se nesse trecho: os itens “diálogo”, “persuasão”, “tolerante” e “pacífico” prenunciam as posições brasileiras sobre o tema de segurança; a referência à “atenção prioritária aos mais vulneráveis” caracteriza a postura ética que fundamenta as propostas de combate à fome e à miséria. De um só movimento, ao caracterizar o funcionário brasileiro de tanto valor para a ONU, o discurso introduz elementos consistentes de construção da imagem do país e, naturalmente, do mandatário que se identifica com esses valores. Esse

movimento culmina com a atribuição de sentido à morte de Sérgio e à valorização de sua memória: “Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada”. A identificação dos valores que Sérgio defendia com o Brasil termina por caracterizar sua vida e seu serviço como uma dádiva do país à humanidade.

4.2.6 A figuração do auditório no discurso de Oviedo

O pronunciamento proferido pelo Presidente Lula em Oviedo é um dos mais densos do *corpus*, do ponto de vista das ideias expostas, pois nele o Presidente Lula aprofunda alguns aspectos da discussão sobre as injustiças da ordem econômica mundial e sobre a necessidade de lutar contra a fome e a miséria, em todo o mundo. Embora o tom geral seja grave e crítico, o pronunciamento reflete um tom de concórdia, apropriado para a natureza da cerimônia. Uma frase do início do pronunciamento resume bem a pressuposição de comunhão de valores entre orador e platéia: “Vejo aqui a oportunidade para um diálogo entre as nossas inquietações e projetos que refletem a esperança e a alma do século que se inicia” (VI, 6).

A figuração do auditório no pronunciamento não poderia deixar de ressaltar essa confluência de valores. Como premiado, o Presidente Lula teve seus méritos reconhecidos pelos responsáveis pelo *Prêmio Príncipe de Astúrias*. Assim, valorizar o prêmio implica valorizar, indiretamente, seu premiado. O pronunciamento acaba fazendo isso de diversas formas: no parágrafo 2, refere-se ao prêmio como “galardão de ressonância universal”; no parágrafo 4, saúda as “grandes personalidades” agraciadas naquela cerimônia; no parágrafo 5, menciona o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia, “cuja dedicação a causas sociais é mundialmente reconhecida”; no final do texto, afirma que “nos unem, acima de tudo, os valores irrenunciáveis da tolerância, da democracia, da justiça social” que a Fundação Príncipe de Astúrias “em seus 23 anos de existência, tem-se empenhado em promover”.

CAPÍTULO 5: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI NO DOMÍNIO DISCURSIVO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO

Em diversos momentos da discussão proposta nos capítulos anteriores, ressaltou-se a importância do domínio discursivo em que se inscrevem os textos do *corpus* – o da política internacional e da diplomacia – para a constituição do objeto de análise, a imagem discursiva de si. Situamos os pronunciamentos no âmbito da política internacional, em razão dos temas abordados, dos interlocutores e dos ambientes institucionais onde foram proferidos. Cabe, agora, caracterizarmos adequadamente aquilo que, até aqui, tratamos como uma evidência, o campo discursivo da política internacional.

Nossa estratégia consistirá, neste capítulo, em apresentar, em traços gerais, a esfera da política internacional e os atores que, atualmente, a constituem, para, em seguida, discutir como esses elementos condicionam o campo discursivo correspondente e, de forma ainda mais específica, o domínio da atuação do Estado nessa esfera, o diplomático.

Com base em algumas propostas de caracterização do discurso diplomático, poderemos analisar a funcionalidade, para a construção da imagem de si, de alguns traços dos pronunciamentos do Lula, tais como o uso da ambiguidade, de mensagens relativamente codificadas, de mecanismos de preservação da imagem de si e dos outros, bem como a exploração de referências metadiscursivas e intertextuais.

5.1 Alguns traços gerais da política internacional contemporânea e o *corpus*

Se tomássemos a palavra *política* tendo em conta exclusivamente uma de suas acepções mais corriqueiras, a de “arte de governar”, a expressão *política internacional* poderia sugerir um contra-senso, em razão da inexistência de um governo entre as nações. Para compreendermos a peculiaridade da política internacional, vamos compará-la com a política interna. Ambas lidam com *relações de poder*, embora os mecanismos de conquista, manutenção e exercício do poder sejam muito diferentes nos dois âmbitos. O uso da palavra *política* para designar os dois fenômenos pressupõe, como observa Albuquerque (2005, p. 9-35), uma identidade ou uma analogia entre as

duas esferas – nacional e internacional – da política, mas, segundo o mesmo autor, elas se distinguem fundamentalmente por alguns traços, em especial pela existência ou não de uma autoridade central.

Na *política nacional* há uma autoridade suprema, dotada de legitimidade e eficácia, isto é, capacidade para exercê-la, o Estado. As relações de poder visam a satisfazer os interesses e os desígnios de um ator individual ou coletivo, que detém os instrumentos para submeter os demais, inclusive o monopólio do uso legítimo da força. Os limites da ação desse ator e os métodos de exercício do poder são determinados por leis aceitas como legítimas. Na *política internacional*, não existe um Estado dos estados, uma instância suprema, com legitimidade e força para valer sua autoridade perante o conjunto dos estados. Como afirma Albuquerque:

Existem e existiram diversas variedades de relações de obediência, influência ou supremacia entre diferentes estados, mas em nenhum caso essas relações de poder abarcaram o conjunto dos estados nem, por outro lado, se revestiram, *simultaneamente*, de *legitimidade* e de *meios eficazes* para exercê-la (Ibid., p. 12).

Na esfera internacional, para salvaguardar seus interesses e assegurar sua sobrevivência, os Estados nacionais empregam várias formas de associação de interesses, mediante adesão ou imposição pela força, que mitigam o potencial de conflitos inerente à ordem internacional, a qual, por não contar com uma autoridade suprema, tem sido caracterizada, com frequência, como uma “sociedade anárquica” (Bull, 2002).

Outra diferença essencial entre a política doméstica e a política internacional diz respeito à natureza de seus protagonistas. Na *política doméstica*, os atores – chamados de “naturais” ou “concretos” – podem ser indivíduos (eleitores e representantes), grupos de indivíduos ou instituições, como partidos políticos e sindicatos. O que os torna relevantes para a política é que sua ação produza efeitos sobre as relações de poder no âmbito do Estado. Na política internacional, os principais atores – ditos, com frequência, “artificiais” – são os estados e, subsidiariamente, as organizações internacionais, que são criadas pela associação dos estados, com o intuito de tornar a ordem internacional mais previsível, sem que isso altere, essencialmente, o caráter anárquico da ordem internacional. A esse respeito, Albuquerque observa que

embora a previsibilidade das ações no âmbito internacional e a confiabilidade das atores aumente, não constituem garantia final, pois o respeito aos princípios e regras depende da adesão dos estados. Os estados têm de escolher (e podem, na ausência de uma autoridade suprema dotada de poder eficaz de sanção) entre o respeito a regras e princípios adotados em comum com outros estados e a defesa de interesses vitais que, aos olhos de seus governos e populações, são indispensáveis à sua sobrevivência enquanto Estado independente (Ibid., p. 18).

A visão relativamente tradicional até agora exposta da política internacional privilegia os atores estatais, mas sabemos que, hoje, a autonomia dos Estados nacionais é questionada, ao mesmo tempo, pelos atores econômicos (corporações, sistema financeiro, associações empresariais) e pela sociedade civil mundial (indivíduos e organizações sociais não-governamentais), todos eles também considerados, por diversos autores, como “atores do jogo global” (Dupas, 2005, p. 27). Se, antes, o Estado moderno, que detinha o poder militar e político, fazia concessões ao poder econômico que se manifestava dentro e fora de seu território, agora, a globalização da economia impôs uma nova relação entre Estados nacionais e poder econômico:

Já no mundo global do século XXI, a concorrência entre Estados nacionais e poder econômico se coloca em situação muito diferente. Os conceitos de dominação são agora metaterritoriais. O poder estatal origina-se do controle que este exerce sobre o território, incluindo população e recursos naturais. No entanto, o poder da economia global não tem *locus* territorial, ele pode deslocar-se pelos espaços globais, o que lhe permite maximizar a dominação diante dos Estados simplesmente exercendo a *opção-saída* e estimulando continuamente a competição entre Estados ávidos de seus investimentos. (Dupas, 2005, p. 81-82)

No polo da sociedade civil, ao mesmo tempo em que se observa o esvaziamento do espaço público e a tendência a encarar o cidadão meramente como consumidor, emerge a possibilidade de organizações não-governamentais ocuparem vazios deixados pelo Estado e incorporarem à vida pública uma visão midiática para as atividades sociais, econômicas e políticas de grupos particulares. Essa nova sociedade civil, que tenta mobilizar a opinião pública, problematizando questões específicas como sendo de “interesse geral”, tende a constituir-se em “contrapoder” (Dupas, 2005, p. 175-217) e configurar-se em redes de informação, que não se limitam às fronteiras nacionais. Nesse processo, que corresponde, em parte, ao que Fairclough (2006) e outros autores chamam de “globalização de baixo para cima”⁴⁸, é possível identificar grupos que se defendem dos efeitos negativos da globalização e são capazes de formular estratégias políticas, com base em recursos criados pela própria globalização, em termos de novos discursos, práticas e identidades.

O *corpus* analisado reflete, em alguma medida, a complexidade dos agentes e das interações hoje presentes na cena internacional, aqui esboçada de maneira sumaríssima. O Presidente Lula exerce sua prerrogativa de fala valendo-se sempre da condição de Chefe de Estado, de “funcionário público número 1” do país, como afirmou ser, em Porto Alegre, mas investido igualmente, como temos visto ao longo do trabalho, de atributos políticos decorrentes de sua trajetória pessoal, que o vinculam fortemente à

⁴⁸ “Globalization from below” (Fairclough, 2006, p. 121-139).

sociedade civil. Seus interlocutores, nos seis pronunciamentos, ilustram bem a diversidade da política internacional contemporânea, que vai muito além das relações interestatais. Aqui, é claro, nos referimos não à figuração textual dos interlocutores, como fizemos no capítulo anterior, mas à sua existência objetiva, pois, como afirma Charaudeau (2008, p. 64-65), “os destinatários de nossos atos de comunicação são duplos: existem enquanto tais em sua realidade empírica plural, e são ao mesmo tempo construídos por nós como destinatário ideal que gostaríamos de submeter à nossa área de influência”.

Em função dos critérios utilizados para a constituição do *corpus*⁴⁹, não houve espaço para a alocução diplomática por excelência, aquela que se dirige diretamente a outro representante de Estado, pois não analisamos nenhum pronunciamento proferido em encontro bilateral do Presidente Lula com outro Chefe de Estado ou de Governo. Pode-se dizer que a cerimônia de entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias guarde alguma similaridade com encontro dessa natureza, por ter sido presidida pelo Rei da Espanha, Chefe do Estado espanhol, mas não chega a caracterizar-se como tal, por ter sido promovida por uma fundação. Constam do *corpus* dois pronunciamentos em órgãos da ONU: a Assembléia Geral, o mais universal dos organismos internacionais; e a OIT, órgão *sui generis*, pois conta também com representantes não-estatais. Estes órgãos são, como vimos, considerados *atores subsidiários* das relações internacionais, já que os Estados nacionais abdicam, em favor deles, de parte de sua soberania, em matérias específicas. Os dois primeiros textos do *corpus* foram dirigidos a *novos atores* da política internacional. O FSM é um exemplo de organização supranacional da sociedade civil em torno de políticas de resistência à ordem econômica do capitalismo tardio. O FEM, ao contrário, representa a articulação de atores econômicos, representados pelas grandes corporações e pelos conglomerados financeiros, com agências internacionais, como FMI e Banco Mundial, responsáveis pela disseminação de políticas econômicas neoliberais.

5.2 O domínio discursivo político-diplomático e a construção de sentidos

Como se pode inferir da caracterização da esfera da política internacional traçada anteriormente, o discurso político internacional difere em aspectos essenciais do

⁴⁹ Ver capítulo 3.

discurso político doméstico, uma vez que, em larga medida, atende a propósitos distintos. As diferenças entre as manifestações discursivas nas duas esferas decorrem do fato de que, na ausência de uma autoridade suprema, a necessidade de negociação e de acomodação de interesses é, na política internacional, muito maior do que na política interna. Sem pretender aprofundar uma questão complexa de teoria política, que nos afastaria do objeto deste trabalho, digamos que, na esfera doméstica, é natural que os discursos exacerbem as diferenças, que tendem a resolver-se nas disputas eleitorais, nos embates parlamentares ou mesmo nas instâncias judiciais, conforme as regras democráticas de convivência legalmente estabelecidas. Na política internacional, a exacerbção das diferenças pode ter consequências gravíssimas, como a ruptura de relações diplomáticas ou, até mesmo, a guerra. Em estudo que realizou sobre a correspondência oficial diplomática franco-alemã no período de 1871 a 1914, isto é, entre a guerra de 1870 e o início da Primeira Guerra Mundial, Cohen-Wiesenfeld (2008) resumiu da seguinte maneira as coerções características desse domínio discursivo:

Diplomatas e especialistas em ciências políticas repetem em seus trabalhos: o discurso do diplomata possui uma perspectiva específica e responde aos constrangimentos antinômicos que pesam sobre a diplomacia: trata-se de conciliar a defesa dos interesses nacionais particulares com o esforço de impedir a guerra, ou mesmo de construir a paz. A comunicação diplomática é, pois, fruto de um compromisso constante entre exigências contraditórias. Esta característica emerge em particular nas negociações. Forma pacífica de resolução de conflitos internacionais, a negociação diplomática não busca evitar ou ignorar conflitos de interesses, inerentes às relações internacionais. Visa confrontar-se com eles, mas, mesmo se não consegue conciliar as visões contraditórias, deve esforçar-se para evitar o fracasso radical da interação, que marca o fim da paz. As consequências desse fracasso tomam proporções de ordem internacional. Estes constrangimentos antinômicos estão na origem das tensões internas que atravessam esse discurso de um lado a outro e que se traduzem em “escolhas” discursivas e linguísticas, que encontram sua expressão na correspondência diplomática.⁵⁰

Obviamente, o *corpus* de nosso trabalho não é composto de correspondência diplomática, não se constitui de intervenções diretas em negociações internacionais, nem tem na figura do locutor um diplomata profissional. Contudo, as “tensões internas” que o atravessam revelam a pertinência ao mesmo domínio discursivo. Villar (2005, p.

⁵⁰ Diplomates et spécialistes des sciences politiques le répètent dans tous leurs ouvrages: le discours du diplomate possède une visée spécifique et répond aux contraintes antinomiques qui pèsent sur la diplomatie: il s’agit de concilier la défense des intérêts nationaux particuliers tout en empêchant la guerre, voire en construisant la paix. La communication diplomatique est donc le fruit d’un compromis constant entre des exigences contradictoires. Cette caractéristique émerge en particulier dans les négociations. Forme pacifique de résolution des conflits internationaux, la négociation diplomatique ne cherche pas à éviter ou à ignorer les conflits d’intérêts, inhérents aux relations internationales. Elle a pour but de s’y confronter, mais même si elle ne parvient pas à concilier les vues contradictoires, elle doit cependant s’efforcer d’éviter l’échec radical de l’interaction qui marque la fin de la paix. Les conséquences d’un tel échec prennent ici des proportions d’ordre international. Ces contraintes antinomiques sont à l’origine des tensions internes qui traversent ce discours de part en part, et qui se traduisent par des « choix » discursifs et linguistiques, lesquels trouvent leur expression dans la correspondance diplomatique. (Cohen-Wiesenfeld, 2008, p. 6-7)

47), ao comparar a precisão e a clareza da linguagem jurídica, de modo geral, com a imprecisão do Direito Internacional, em particular, comenta que esta provém de seu modo de produção (a negociação) e de seu contexto (a ausência de autoridade suprema). Observa-se, assim, no *corpus*, a configuração de um domínio discursivo político-diplomático, no qual se enquadram os exemplos referidos nos mencionados estudos, bem como os pronunciamentos que o constituem. Aplica-se a este conjunto de manifestações a definição proposta por Marcuschi:

Domínio discursivo constitui muito mais uma “esfera da atividade humana” no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica *instâncias discursivas* (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder. (2008, p. 155)

Ao domínio discursivo da política internacional foi, até o momento, dedicada bibliografia relativamente reduzida⁵¹. Os estudos sobre a “discursividade diplomática”, entre os quais se destaca o de Villar (2006), têm apontado a ambiguidade e a obliquidade como os traços específicos deste discurso, justamente por constituírem recursos adequados para lidar com os “constrangimentos antinômicos” mencionados por Cohen-Wiesenfeld. Em uma situação de conflito de interesses, a ambiguidade, propriedade de um enunciado que apresenta simultaneamente uma pluralidade de leituras, permite, ao mesmo tempo, um relativo engajamento e a possibilidade de recuo. Habilita, portanto, o locutor a marcar posição e a retroceder, se necessário. Fica evidente a utilidade, para o discurso diplomático, daquilo a que se refere, com frequência, como *ambiguidade construtiva*:

Há várias razões por que a “ambiguidade construtiva” caracteriza – e provavelmente sempre caracterizou – a sinalização diplomática. Embora precisem comunicar-se, os governos querem esconder uns dos outros informação vital. Além disso, a ambiguidade pode ser um meio deliberado de conservar flexibilidade e poder renegar sinais. Sinais ambíguos permitem que o emissor afirme “nunca disse isso”, “não foi o que quis dizer” ou algo semelhante, se a situação o exigir.⁵²

Robert Jervis (1970) aprofunda o estudo desse procedimento em relações internacionais, ao mencionar a possibilidade de uso de um código, compartilhado pelo

⁵¹ Cohen-Wiesenfeld (2008, p. 1) afirma que o discurso diplomático como tal ainda não foi praticamente estudado pelas ciências da linguagem, mas assinala, em nota, “a obra muito recente de C. Villar, que fala de ‘diplomacidade’ para definir esse discurso diplomático, que ela [Villar] considera como um ‘tipo universal’, situado ‘fora do tempo e do espaço’ (Villar 2006: 9)”.

⁵² There are several reasons why “constructive ambiguity” characterizes – and probably always has characterized – diplomatic signaling. While needing to communicate, polities want to conceal vital information from each other. Moreover, ambiguity may be a deliberate means to retain flexibility and make signals disclaimable. Ambiguous signals allow the sender to argue “I never said that,” “this is not what I meant” and the like, if the situation call for it. (Jönsson e Hall, 2002, p. 5)

emissor e pelos receptores, mas inacessível para os não iniciados, que permite ao locutor transmitir mensagens claras, perfeitamente compreensíveis para aqueles que partilham suas regras, sem fazer declarações francas e abertas, que poderiam prejudicar seus interesses ou atingir o interlocutor ou mesmo um terceiro. Neste contexto, têm particular importância, segundo Villar, a figura da hipérbole, com suas duas variantes, o eufemismo e a polidez. Um exemplo mencionado por Villar (p. 50) de uso desse recurso é a resolução 1441, de 8 de novembro de 2002, do Conselho de Segurança da ONU, a 18ª tomada com vistas ao desarmamento do Iraque, a qual recorda “que o Conselho alertou repetidamente o Iraque que, caso continue infringindo suas obrigações, enfrentará consequências graves”. O discurso é ambíguo, se considerarmos que “consequências”, no sentido literal, é um termo genérico, mas, no registro diplomático, o termo significa precisamente *guerra*. Mecanismo semelhante de formulação atenuada de mensagem política pode ser ilustrado com um exemplo extraído do *corpus*:

Vejo com preocupação as resistências na OMC para remover subsídios bilionários, principalmente à agricultura. Questões prioritárias – como a do acesso a medicamentos – são proteladas. (III, 28)

O Presidente Lula critica, no trecho, o fato de os países ricos bloquearem as negociações da Rodada Doha, para manterem os subsídios que concedem a seus agricultores, sem os quais não seriam competitivos e não poderiam prosperar em condições de livre-comércio. Em seguida, faz menção às medidas que os países desenvolvidos têm tomado para proteger as patentes de medicamentos, as quais prejudicam diretamente o acesso de populações pobres dos países em desenvolvimento a remédios essenciais. Trata-se, portanto, como é de amplo conhecimento nesse âmbito, de situação em que os interesses comerciais dos países ricos têm tido primazia sobre as necessidades das políticas de saúde pública dos países em desenvolvimento. As duas “mensagens” são perfeitamente compreensíveis para o público a que se destinam, mas são apresentadas de maneira a não ferir suscetibilidades e preservar a face do auditório. O locutor combina dois procedimentos para adequar o discurso ao “código diplomático”. Em primeiro lugar, atenua o vocabulário, usando “resistências”, onde poderia usar “bloqueio”, e “proteladas”, como mitigação para “relegadas” ou “rechaçadas”. Além disso, o locutor omite os agentes, que poderiam constar como adjunto adnominal de “resistências”, e o agente da passiva de “são proteladas”.

Os procedimentos de construção de sentido acima descritos não são predominantes nos seis textos do *corpus*. A análise dos textos mostra que as

formulações ambíguas ou relativamente cifradas estão praticamente ausentes dos textos I e IV, nos quais há uma grande empatia entre o orador e o auditório, bem como do texto VI, em que o Presidente Lula é homenageado e faz um pronunciamento com forte conteúdo ético. Nos textos II, III e V, em que a relação entre o locutor e a platéia, como vimos, é mais complexa, aqueles procedimentos se mostram úteis para a formulação das posições do locutor e, ao mesmo tempo, para a preservação da face dos interlocutores e de terceiros. Analisemos mais um exemplo.

No texto V, depois de ter introduzido a questão da crise do multilateralismo e das tragédias do Iraque e do Oriente Médio, pregando a superação do impasse sob a liderança da ONU, o Presidente Lula faz menção aos ataques sofridos pelos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Passemos à análise do trecho:

Dois anos depois, ainda estão vivas em nossa memória as imagens do bárbaro atentado de 11 de setembro.

Existe, hoje, louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado.

Constata-se, no entanto, preocupante tendência de desacreditar a nossa Organização e até mesmo de desinvestir a ONU de sua autoridade política. (V, 17-19)

O primeiro período fornece os elementos contextuais e os pressupostos políticos das afirmações que se seguirão. A referência a “nossa memória”, feita em pronunciamento proferido na cidade de Nova York, tem forte apelo ao pathos e reforça o sentimento comum entre orador e auditório. A qualificação de “bárbaro” feita ao atentado não dá margem a qualquer relativização de sua condenação.

No segundo período do trecho, o elemento de coesão referencial com o período anterior é a menção ao combate ao terrorismo. O verbo principal é impessoal e recorre-se à nominalização (“disposição”) como forma de evitar identificar quem adotaria “formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado”. É interessante observar que, se havia antecedente que justificava a menção ao terrorismo, o mesmo não se pode dizer acerca de “armas de destruição em massa” e “crime organizado”. É significativo que justamente as “armas de destruição em massa” tenham constituído a principal alegação para a invasão do Iraque. O adjetivo “louvável” parece carregar certo grau de ambiguidade ao modificar o substantivo “disposição”, pois acaba ressaltando a ausência do agente e a vagueza do quadro institucional em que se daria a ação descrita no predicado.

O terceiro período apresenta uma construção muito similar à do segundo. O verbo principal está na voz passiva sintética e o sujeito também resulta de

nominalização (“tendência”), que implica omissão do agente de “desacreditar a nossa Organização e até mesmo de desinvestir a ONU de sua autoridade política”. O uso do adjetivo “preocupante” para caracterizar aquela “tendência” é uma forma branda de introduzir a crítica, que ficará muito nítida nos parágrafos seguintes do texto.

Observa-se, portanto, que o discurso do Presidente brasileiro quis registrar uma visão crítica da política externa dos Estados Unidos e de seus aliados, em matéria de segurança, em especial no que concerne ao respeito às instâncias multilaterais, mas preferiu fazê-lo sem menção direta a nenhum país. É importante observar que os estratagemas textuais que evitam a crítica direta aos Estados Unidos permitem que se transmita uma mensagem política clara, compreensível por parte de todos os interlocutores, sem que se adote uma atitude de confrontação, indesejável no plano diplomático. A compostura e a necessidade de preservar a face do interlocutor, apropriadas para o domínio discursivo em questão, não impedem que se insiram no texto, de forma criativa, críticas precisas e bem direcionadas. O uso da nominalização, bem como, no exemplo anterior, da passivização, é um recurso importante no apagamento do agente, como tem sido demonstrado por diversos autores da ADC. É um recurso de preservação da face alheia, cujo funcionamento nas relações internacionais guarda grande similaridade com o mecanismo análogo das relações interpessoais. A esse respeito, escreve Cohen-Wiesenfeld:

[O] respeito ao Face Management mostra-se particularmente necessário em tempos de crise, quando o caráter extremamente ritualizado das trocas interestatais, orais e epistolares, serve de parapeito contra os extravasamentos emocionais que caracterizam o debate público. Existe uma similaridade entre esta forma regrada e constrangida de trocas entre Estados, caracterizada por um conjunto de rituais, de códigos verbais, de cerimonial, com a finalidade de manter o equilíbrio da paz internacional, particularmente em período de crise, e a comunicação cotidiana modelada por um sistema de regras interacionais com as quais os participantes devem compor para permitir a preservação da harmonia social nos conflitos menores da vida de todos os dias. Nas relações interpessoais, como nas relações entre Estados, tudo é uma questão de salvaguarda do território e da face – a sua e a do outro, sendo que este Face Management mascara frequentemente, sob uma forma consensual de civilidade, apostas menos confessáveis de poder e de glória.⁵³

⁵³ Ce respect du Face Management s'avère particulièrement nécessaire en période de crise, le caractère extrêmement ritualisé des échanges interétatiques, oraux et épistolaires, servant alors de garde-fou contre les débordements émotionnels qui caractérisent le débat public. Il existe une similitude entre cette forme réglée et contrainte d'échanges entre États caractérisée par un ensemble de rituels, de codes verbaux, de cérémonial ayant pour but le maintien de l'équilibre de la paix internationale, particulièrement en période de crise, et la communication quotidienne modelée par un système de règles interactionnelles avec lesquelles les participants doivent composer pour permettre la préservation de l'harmonie sociale dans les conflits mineurs de la vie de tous les jours. Dans les relations interpersonnelles comme dans les relations entre États, tout est une question de sauvegarde du territoire et de la face – la sienne et celle de l'autre, ce Face management masquant souvent, sous une forme consensuelle de civilité, des enjeux moins avoués de puissance et de gloire. (Cohen-Wiesenfeld, 2008, p. 9)

Além da preocupação com a preservação da face alheia, em alguns pontos do *corpus*, percebem-se estratégias bastante sutis de preservação da própria face, em aspectos que poderiam colocar o locutor em posição desconfortável. Recordemos a seguinte frase do texto II, no qual o Presidente Lula não esconde a distância ideológica que o separa da imagem de auditório que constrói no discurso:

Na Carta ao Povo Brasileiro, reafirmei a disposição de realizar reformas econômicas, sociais e políticas muito profundas, respeitando contratos e assegurando o equilíbrio econômico. (II, 6)

Ora, sabe-se de manifestações variadas de agentes econômicos nacionais e internacionais – em particular com relação à perspectiva de um governo do PT – de temor de que a realização de reformas profundas implicasse a quebra de contratos e o desequilíbrio macroeconômico. O conjunto da mensagem contida na citação, que lidava, portanto, com aquele intertexto, é, mesmo para um público conservador, positivo, porque a primeira parte, que diz respeito a “reformas”, é formulada em termos muito genéricos, enquanto as garantias expressas na segunda parte da sentença são mais específicas. Há outro aspecto, contudo, mais relevante. Não foi usado, nesta frase, qualquer conector que estabelecesse um nexos lógico mais nítido, como, por exemplo, uma conjunção concessiva. Optou-se, ao contrário, por atenuar o contraste entre essas idéias, pelo uso do gerúndio, que estabeleceu uma relação de mera concomitância entre os processos descritos pelos predicados. Esse recurso gramatical colaborou para reforçar a ideia de moderação expressa na frase e serviu, do ponto de vista das ideias, para afastar do enunciador a noção de que estaria adotando políticas contraditórias. Análise similar poderia ser feita de outro trecho do *corpus*: “Hoje queremos crescer com financiamento sustentável, distribuindo renda e fortalecendo a democracia.” (III, 21).

Os exemplos de uso, por parte do Presidente Lula, de mecanismos de preservação da face e de linguagem ambígua ou oblíqua não visam ao mero enquadramento de seus pronunciamentos no campo discursivo político-diplomático. Ainda que se considere que a pertinência daqueles procedimentos de construção de sentido a este domínio discursivo constitua uma forte tendência, possivelmente verificável por meio de dados empíricos, não se trata de traços exclusivos do discurso diplomático.

Esta análise revela, por um lado, que o discurso do Presidente Lula dialoga, de forma criativa, com uma tradição discursiva, que lhe fornece meios importantes e consistentes de construção da imagem de si, e, por outro lado, reitera, com base em

perspectiva diferente daquelas já expostas ao longo deste trabalho, a ideia de que as condições em que se produz a interação verbal são decisivas para a construção dos sentidos, inclusive daqueles que se formulam em torno da representação do locutor. De certa forma, o domínio discursivo fornece um repertório de padrões, não excludentes nem exclusivos, que podem ser mobilizados pelo locutor para construir, entre outros sentidos, os relativos à imagem de si. Ao discutir a questão do ethos como *adequação*, Soulez afirma:

A construção de uma imagem de si no discurso situa-se na frágil fronteira entre a apresentação do “sujeito” que exprime e as normas sociais da fala pública, em particular quando se possui [...] uma personalidade identificada e, no entanto, sempre reposta em questão pelos acontecimentos.⁵⁴

A ideia de adequação às condições de interação, com vistas à construção do ethos, não deve ser entendida como simples introjeção de regras impostas pela situação comunicativa ou como mera acomodação às circunstâncias, mas, sim, como uma tensa relação entre o enunciador e o domínio discursivo que fornece esse repertório de padrões e no qual se produz a interação.

Retomemos dois exemplos de trechos do *corpus*, já analisados, para ilustrar essa tensão. No texto I, parágrafos 26 a 30, o Presidente Lula faz três relatos (analisados no final do item 4.1), cuja função, como demonstramos, é reforçar sua imagem de político especialmente apto a tomar decisões difíceis e corajosas e, assim, convalidar sua decisão de comparecer ao FEM, então fortemente contestada. Trata-se, portanto, de defender uma decisão com base na sua autoridade, no seu tino político. Ora, um argumento dessa natureza só poderia ser usado perante um auditório que tendesse a acolhê-lo favoravelmente e dificilmente poderia ser apresentado em um ambiente estritamente diplomático. Da mesma forma como julgou apropriado valer-se daqueles relatos em Porto Alegre, o Presidente Lula teve o tato de, na crítica que fez à política externa dos Estados Unidos no texto V, evitar a referência nominal a esse país, como mostramos neste capítulo. Em um caso e outro, as escolhas operadas pelo locutor visaram à maior efetividade na construção dos sentidos, inclusive no que diz respeito à imagem de si, e à preservação das boas condições de interação.

5.3 O papel do gênero textual na interação

⁵⁴ La construction d’une image de soi dans le discours se situe sur la frontière fragile entre la mise en jeu du “sujet” qui s’exprime et les normes sociales de la parole publique, en particulier lorsque l’on possède, comme les journalistes, une personnalité à la fois identifiée et pourtant toujours remise en jeu par les événements. (Soulez, 2002, p. 177)

Entre os textos do *corpus*, parecem existir regularidades formais, funcionais e pragmáticas suficientes para postular seu pertencimento comum a um gênero textual, que poderia, eventualmente, ser designado *pronunciamento político internacional*. Considerando, contudo, a complexidade de que o conceito de *gênero textual* se reveste, em especial pelo desenvolvimento dos estudos sobre o tema nas duas últimas décadas, bem como o fato de que a nomenclatura de classificação não se faz necessária para os objetivos de nosso trabalho, não nos aprofundaremos na discussão específica daquele gênero, pois o esforço necessário para o adequado enquadramento analítico dos textos no gênero poderia desviar-nos de nosso foco de interesse.

Dessa forma, tencionamos discutir apenas aspectos relativos ao papel do gênero textual na interação, com vistas a subsidiar a discussão da questão central deste trabalho, relativa à construção da imagem de si. Nosso intuito não será proceder a uma descrição estrutural do gênero, mas compreendê-lo como “o aspecto especificamente discursivo das maneiras de agir e interagir no curso de eventos sociais” (Fairclough, 2003, p. 65).

Como qualquer discurso produzido em uma estrutura política formal, o pronunciamento político internacional não se limita a descrever um estado de coisas ou mesmo a exprimir um ponto de vista. Ele constitui uma forma institucionalmente estabelecida de atuar no mundo, constituindo por si só, um fato político. O locutor detém o direito da palavra em função da sua condição de representante de um Estado, está habilitado a assumir e a desfazer compromissos, por meio do discurso, e poderá ser responsabilizado, em vários sentidos, por suas palavras. As implicações políticas são constitutivas desses pronunciamentos. A forma como se inicia o pronunciamento do Presidente Lula perante a 58ª AGNU revela alguns aspectos da funcionalidade do discurso do representante do Estado:

Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência no interior das nações e no plano internacional.

Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece insubstituível. (V, 1-2)

Ao chamar a atenção para o ato de enunciação (“Que minhas primeiras palavras”) o Presidente Lula ressalta o valor performativo de sua fala, o caráter refletido do discurso e seu alto grau de intencionalidade, dentro do repertório de padrões adequado. Registra, ainda, a representatividade de sua alocução (“Em nome do povo

brasileiro”), apelando, ainda, para um interdiscurso, que corresponde à tradição diplomática brasileira, referenciada por meio da forma verbal “reafirmo”.

A importância do discurso como ato político é tema de um trecho digressivo do pronunciamento proferido pelo Presidente Lula na OIT, quando ele se refere a suas participações no FEM e na reunião do G8 em Evian:

Eu queria dizer para vocês que foi muito proveitosa a minha vinda a Evian. Quando tomei posse como Presidente da República, disse a mim mesmo que não iria perder nenhuma oportunidade que se apresentasse à minha frente. E a vida, ela é feita de oportunidades. De quando em quando elas passam na sua frente. Ou você pega ou deixa a oportunidade passar. Foi assim quando eu decidi participar do Fórum de Davos, em janeiro deste ano, quando muita gente achava que eu não deveria participar porque era um encontro dos "mega empresários". **E eu resolvi que era um espaço do qual eu deveria participar, porque eu tinha coisas para falar. E eu vim levantar o debate sobre a questão da fome, existente em praticamente todos os países em vias de desenvolvimento.**

Quando eu fui convidado para Evian, também havia muita gente que se perguntava o que o Presidente do Brasil iria fazer em Evian. Afinal de contas, é uma reunião dos oito países mais ricos do mundo. E haverá muitos protestos e o Presidente do Brasil pode ser confundido. **E eu, junto com meus companheiros, tomamos a decisão de vir porque, outra vez, nós tínhamos o que falar. E viemos para falar aquilo que nós entendíamos que era preciso falar.** (IV, 7-8)

Do ponto de vista da construção da imagem de si, esses trechos são muito relevantes, em primeiro lugar, por reiterarem a ideia do Presidente Lula como um político de diálogo, constantemente aventada no *corpus*. Além disso, revelam um forte sentido de missão, de incorporação das obrigações de homem de Estado.

As condições objetivas de enunciação do pronunciamento político de um Chefe de Estado, sobretudo em visitas oficiais ao Exterior, são ritualizadas e impõem uma grande atenção à figura do mandatário. Antes que tome a palavra, seu nome é anunciado e ele se dirige ao púlpito, onde os assessores já depositaram o texto impresso que servirá de base para sua fala. O Chefe de Estado discursa de pé, diante da platéia, eventualmente ladeado de outros integrantes da mesa principal da cerimônia. O auditório ouve em silêncio e só aplaude no final do pronunciamento, sem direito a intervenções.

Essas condições de enunciação coadunam-se com a noção da unidade da voz do Estado. Ainda que se saiba que os discursos se produzem pela articulação de diversas vozes, o discurso do Estado deve aparentar alto grau de unidade. Quando articulado por uma pessoa perante um auditório que a observa com grande atenção, é esperado que

esse discurso procure a constância e a coerência, que o auditório associará à figura que tem diante dos olhos.

As numerosas referências metadiscursivas contidas no *corpus* atestam a consciência do Presidente Lula para a necessidade de remeter constantemente o ouvinte para a sua fala, para o gesto discursivo e político que realiza. No único dos seis pronunciamentos analisados que foi feito inteiramente de improviso, é expressiva a quantidade de referências à própria alocução. Seleccionamos, a seguir, apenas as mais explícitas:

Eu quero, em primeiro lugar, dizer para vocês (I, 3)
Quero agradecer à direção desse evento (I, 5)
Quero agradecer, aqui, aos companheiros (I, 8)
e eu volto a afirmar (I, 23)
Agora, lembro de uma coisa que vou contar para vocês (I, 28)
Eu quero, meu querido Haddad, terminar dizendo para vocês uma coisa.
Deixem-me dizer uma coisa para vocês. Eu quero dizer para vocês (I, 36)
E eu teimo em dizer, todo santo dia (I, 38)
E estou aqui para dizer para vocês (I, 40)
Por isso, não poderia deixar de vir aqui. Não poderia deixar de vir aqui e dizer a vocês (I, 45)
Gente, quero me despedir de vocês, quero terminar dizendo (I, 46)

Essas referências metadiscursivas, evidentes no discurso de Porto Alegre, que tem mais traços de oralidade e de auto-referencialidade, também estão presentes no restante do *corpus*, como quando o Presidente Lula afirma, na reunião de Evian: “Quero falar-lhes de forma simples e direta” (III, 7). É importante, ainda, observar, em sustentação da tese de que se procura incutir uniformidade e congruência nos pronunciamentos, a grande quantidade de referências cruzadas nos textos do *corpus*:

- o texto I problematiza e prenuncia o pronunciamento II, nos parágrafos 26 a 29;
- o texto II refere-se ao pronunciamento I, no parágrafo 2;
- o texto III refere-se aos pronunciamentos I e II, no parágrafo 37;
- o texto IV discute a participação do Presidente Lula nos eventos que ensejaram os pronunciamentos II e III, nos parágrafos 7 e 8, e se refere aos pronunciamentos I, II e III, nos parágrafos 14, 15 e 27;
- o texto V refere-se aos pronunciamentos I, II e III, no parágrafo 45.

Evidentemente, nesse jogo de referências, os sentidos produzidos em um pronunciamento não correspondem exatamente àqueles que lhe são atribuídos em outra

ocasião. O prenúncio que o Presidente Lula faz, em Porto Alegre, do pronunciamento que proferiria daí a dois dias em Davos capta o espírito de parte do pronunciamento, mas lhe agrega elementos de ênfase e de emocionalidade que não estão presentes no pronunciamento efetivamente realizado no FEM. Essas divergências atendem, obviamente, a desígnios políticos e se relacionam com a imagem que o locutor projeta de si para cada auditório.

Se a referência a textos de sua autoria se submete aos parâmetros da utilidade e da adaptabilidade, algo semelhante se passa com a apropriação de textos alheios. As referências intertextuais explícitas não são muito abundantes no *corpus*. A rigor, de todas as menções citadas entre aspas, apenas três são atribuídas nominalmente a seus autores:

Recordo a lúcida advertência de *Paulo VI*, feita 36 anos atrás, mas de desconcertante atualidade: “os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência”. (V, 54)

Nunca me esquecerei da lição insuperável de *Ghandi*: “A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente”. (V, 79-80)

Reitero aqui as palavras de *João Paulo II*: “É inaceitável adiar o tempo em que também o pobre Lázaro possa sentar-se ao lado do rico, para compartilhar da mesma comida, sem ter que continuar constrangido a prover-se das migalhas que caem da mesa”. (VI, 24)

É significativo que os únicos elementos intertextuais com autores identificados sejam citações dos papas Paulo VI e João Paulo II e de Ghandi, líderes reconhecidos pela espiritualidade e pela solidariedade. Essas referências contribuem para a construção da imagem de um presidente atento à sabedoria de grandes autoridades morais e religiosas, ainda que pertencentes a tradições distintas. A incorporação dessa sabedoria não deixa de enaltecer, em alguma medida, o ecumenismo da cultura brasileira. O fato de citar autores que, em princípio, não dão margem a controvérsia, a propósito de temas centrais de seus pronunciamentos, de forte sentido ético, como a defesa da paz e o combate à fome, revela, sobretudo, o cuidado de evitar a dispersão do discurso e de manter a unidade da fala.

A propósito do esforço de preservação da coerência do discurso do Presidente Lula, perceptível em diversos níveis de análise, cabe comentar suas implicações no que diz respeito à incorporação de outras vozes no texto. De modo geral, como mostra Fairclough (2003, p. 41-44), a intertextualidade amplia o terreno da diferença no texto, ao permitir que outras vozes se manifestem. Ela tende a revelar aceitação, abertura e reconhecimento em relação à diferença. Podemos dizer que essa atitude se coaduna com

os reconhecidos atributos democráticos do Presidente Lula, manifestados, de resto, no *corpus*:

Sei que no debate contemporâneo há divergências, visões de mundo distintas, até mesmo antagônicas” (II, 27)

A solução de nossos problemas passa necessariamente pelo respeito às nossas diferenças. (III, 3)

Na prática, contudo, as vozes que afloram nos textos não chegam a criar uma relação verdadeiramente dialógica com a voz do locutor, pois são submetidas à preponderância da argumentação deste. Tomemos o seguinte exemplo:

Antes de oferecer respostas, a obrigação de um homem público é ouvir as perguntas do seu tempo. E a pergunta que ecoa na agenda dos povos, especialmente dos países periféricos, é suficientemente eloquente para não ser mais ignorada. Trata-se de saber por que fracassaram as políticas dos anos 90, que prometiam crescimento integrado e redistribuição cooperativa da riqueza mundial. (VI, 10)

O que se encena, neste trecho, não pode ser considerado um embate de vozes, ainda que haja traços de uma controvérsia passada. O “homem público” assume a posição relativamente neutra de “ouvir as perguntas do seu tempo”, atribuindo ao “tempo” a capacidade de questionamento, uma espécie de agência social. Obviamente, ele abraça a causa dos que questionam a política fracassada. À voz das “políticas dos anos 90” cabe o espaço de uma promessa pretérita (“prometiam crescimento integrado e redistribuição cooperativa da riqueza mundial”), que não se sabe se ela assumiria como própria ou não, e o veredito do fracasso.

O exemplo parece sugerir que, no pronunciamento político, a necessidade da nitidez do posicionamento e da unidade da fala tende a fazer que as diferentes vozes que surgem no texto sejam subsumidas pela voz do locutor. Em algumas ocasiões, a voz alheia é citada apenas para contrastar com a voz do locutor, que, finalmente, prevalece. É o caso de duas vozes que surgem nos relatos já comentados, feitos em Porto Alegre, a propósito da decisão do Presidente Lula de ir ao FEM em Davos:

Qual é a novidade? Qual é a novidade deste ano? É que este ano, por causa de vocês e por causa do Fórum Social Mundial, fui convidado para ir a Davos. Se não fossem vocês, eu não seria convidado. E, aí, lembrei de uma coisa: quando comecei minha vida sindical, os meus amigos mais inteligentes e mais espertos diziam assim para mim: **“Lula, não entres no movimento sindical, porque a estrutura sindical brasileira é a cópia fiel da “Carta di Lavoro”, de Mussolini e, se tu entrares no sindicato, vais virar um pelego e não vais conseguir fazer nada.”** Eu entrei no sindicato e, em três anos, nós mudamos a história do movimento sindical brasileiro, que hoje é um dos mais importantes do mundo. (I, 26)

Em 1979, estávamos lutando neste país pela reconquista das liberdades políticas e eu inventei de criar um partido. Aí, aqueles que queriam liberdades políticas começaram a ficar contra, porque na liberdade política deles não se pressupunha a criação de um partido político. E havia quem dissesse para mim: **“Olha, no Brasil não cabe um partido como o PT. Esse negócio de dizer que partido de trabalhadores pode ser criado, que metalúrgico vai dirigir partido, isso é coisa do passado. Não há, na sociologia brasileira ou mundial, exemplo disso.”** Pois bem, nós fomos teimosos e criamos um partido, que hoje é o partido mais importante da esquerda em toda a América Latina. (I, 27)

A fala citada no parágrafo 26, ironicamente atribuída a “amigos mais inteligentes e mais espertos”, certamente remete a um lugar-comum ideológico daquele período histórico. A artificialidade da formulação, pelo uso da segunda pessoa, em um contexto (Grande São Paulo) em que esse uso não é frequente, serve ao duplo propósito de chamar a atenção, no pronunciamento do Presidente, para o fato de que reproduz fala alheia e para o fato de que esta não condizia com o que ele pensava. Na fala citada no parágrafo 27, os indícios de alteridade estão presentes na referência à “sociologia brasileira ou mundial”, que dá a entender que o discurso proviesse de setores intelectuais, e na forma displicente como se menciona o propósito de criação do PT (“Esse negócio de dizer que partido de trabalhadores pode ser criado”). Nos dois casos, a fala alheia é tomada quase como uma caricatura de argumento, que acaba beneficiando a unidade da voz do locutor.

Em outros trechos do *corpus*, o locutor assume explicitamente a função de intérprete de vozes alheias:

Não quero parecer ingênuo. Sei que, muitas vezes, as boas intenções não se traduzem em resultados concretos. **Mas os contatos que venho mantendo me levam a crer que há uma sensibilidade crescente dos dirigentes mundiais para os desafios sociais que a humanidade tem pela frente. É crescente a coalizão de governos, ONGs, sindicatos, entidades de classes e de representantes da sociedade civil que desejam trabalhar por um novo modelo menos concentrador de riqueza, mais solidário, mais humano e mais justo.** (IV, 16)

Nesses nove meses como Presidente do Brasil, tenho dialogado com líderes de todos os continentes. **Percebo nos meus interlocutores forte preocupação com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo.** (V, 10-11)

As diferentes formas de restringir ou, pelo menos, controlar as manifestações da alteridade nos textos do *corpus*, em benefício de uma imagem unitária do locutor, são compatíveis com o interesse político de construir um discurso que represente, sem físsuras aparentes, a voz do Estado. É plausível considerar que uma série de coerções específicas da situação de enunciação característica do gênero textual – investidura formal do locutor em representante do Estado, elevado grau de solenidade na alocação,

virtual impossibilidade de interlocução imediata, entre outras – contribua para conformar um discurso que represente o locutor da forma mais una e centrada que seja possível.

CAPÍTULO 6: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI PELA REPRESENTAÇÃO DO MUNDO

Por muito que um texto, como realizador de um gênero, esteja sujeito a regras e convenções, seja de ordem formal, seja de ordem pragmática – e o pronunciamento político de um Chefe de Estado certamente o está em alto grau – sua concretização implica numerosas escolhas, as quais deixam patentes ou sugeridas opções de natureza política, ideológica e, até mesmo, pessoal. O quadro mais amplo das escolhas operadas pelo locutor diz respeito, provavelmente, aos temas sobre os quais versa e, em contrapartida, àqueles acerca dos quais se omite. Ao tratar dos temas, o locutor se refere a ideias e projetos, instituições e pessoas, que, como vimos, são tomados, no texto, como *objetos-de-discurso*, cuja (re)construção textual sinaliza traços do ethos do locutor. Tratando isolada ou conjuntamente os temas, o locutor tece argumentos, que podem ajudar a compor sua própria imagem, ao avaliar sua sutileza e argúcia ou, pelo contrário, ao sugerir raciocínio simplista ou mesmo má-fé. Como vimos nos capítulos anteriores, o tom da elocução, a escolha do registro, o uso de linguagem figurada e da intertextualidade, o recurso a mecanismos de preservação da face, à ironia ou ao sarcasmo colaboram, entre outros elementos significativos, para compor uma imagem do locutor que não se manifesta necessariamente no nível do dito.

No capítulo 2, expusemos, por meio de uma análise ilustrativa, o entendimento de que o processo semiótico de construção discursiva da imagem de si se produz concomitantemente com o conjunto de representações que se realizam no discurso. A imagem que se forja do enunciador depende essencialmente da perspectiva que o discurso engendra acerca dos objetos do mundo tomados como *temas* do discurso. A singularidade da voz emerge, entre outros aspectos, do conjunto de formulações discursivas que correspondem não apenas a visões do mundo, mas também a formas de inserção e atuação no mundo. Embora não trate da construção da imagem de si, o seguinte trecho de Fairclough sintetiza a relação entre o discurso e a visão de mundo que ele implica:

Diferentes discursos são diferentes perspectivas acerca do mundo e estão associados com as diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, as quais, por sua vez, dependem de suas posições no mundo, de suas identidades sociais e pessoais, e das relações sociais que mantêm com outras pessoas. Discursos não apenas representam o mundo como ele é (ou melhor, como é visto), são também projetivos, imaginários, e

representam mundos possíveis, que são diferentes do mundo real, e vinculados a projetos de mudar o mundo em direções específicas.⁵⁵

A representação do mundo faz-se, portanto, de acordo com essa abordagem crítica, associada a perspectivas ideológicas e a projetos políticos. Os discursos trazem as marcas desses projetos e retroagem sobre eles. São elementos constitutivos dos processos políticos e de seus atores.

Neste capítulo, nossa análise se centrará na construção discursiva da realidade e em suas implicações para a elaboração da imagem do Presidente Lula, como locutor. Enfocaremos o desenvolvimento de alguns *temas*, tomados como objetos-de-discurso, engendrados ao longo dos pronunciamentos que compõem o *corpus*. Ao final da análise de cada um dos grandes temas, traremos à baila a discussão pontual de alguns itens lexicais, significativos para a formulação do correspondente objeto-de-discurso e para a concomitante construção da imagem do locutor. De acordo com o tema desenvolvido, procuraremos não apenas identificar vocábulos que sintetizam ideias com as quais a imagem do Presidente se identifica, mas também descrever processos de deslocamentos semânticos que influenciem a construção da imagem do locutor.

Considerando a variedade das questões tratadas no *corpus* selecionado, que compreende as vertentes prioritárias da política externa brasileira daquele período, foi feito um levantamento das temáticas tratadas na maior parte dos pronunciamentos e que concentraram maior esforço argumentativo por parte do Presidente Lula. Constatou-se a prevalência de um tema de ordem geral e de três temas de política internacional, que contribuem para a construção da imagem do Presidente e do país. O primeiro, de fundamental interesse para este trabalho, diz respeito à legitimidade e à representatividade do Presidente Lula. Os temas de política internacional predominantes no *corpus* são: a defesa do multilateralismo e da paz; o combate internacional à fome e à pobreza; e a construção de uma nova ordem econômica mundial. Vale observar que as escolhas temáticas não se fizeram livremente, pois tiveram de levar em consideração, além da conjuntura imediata que cercava cada alocução, a memória discursiva que pauta a atuação internacional do país, bem como o campo de atuação tradicionalmente reservado aos Chefes de Estado na política internacional. Ao versar sobre cada um dos

⁵⁵ Different discourses are different perspectives on the world, and they are associated with the different relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to people. Discourses not only represent the world as it is (or rather is seen to be), they are also projective, imaginaries, representing possible worlds which are different from the actual world, and tied in to projects to change the world in particular directions. (2003, p. 124).

principais temas, o discurso do Presidente Lula equilibrou inovação e tradição, novas abordagens e posições consolidadas da diplomacia e da política externa brasileiras.

Dos três temas de política internacional predominantes no *corpus*, o da defesa do multilateralismo e da paz não será novamente estudado adiante, em razão da análise que lhe foi dedicada no capítulo 2 (seção 2.1). A respeito dos dois temas acerca dos quais discorreremos – combate internacional à fome e à pobreza e construção de uma nova ordem econômica mundial – traçaremos, na estrita medida do necessário, um esboço de sua projeção no contexto internacional, bem como as linhas gerais da posição advogada pelo Presidente Lula e pela diplomacia brasileira, sempre que possível apoiando a exposição nos próprios termos dos pronunciamentos. A contextualização será certamente superficial, do ponto de vista das disciplinas que estudam as relações internacionais em sua especificidade, mas esperamos que seja suficiente para vislumbrar sua contribuição para constituição da imagem internacional do Presidente e do Brasil.

No estudo dos temas, inclusive o relativo à representatividade do Presidente Lula, procuraremos acompanhar sua apresentação segundo a ordem cronológica dos textos, com vistas a detectar eventuais evoluções em seu tratamento. Buscaremos explicitar o espaço discursivo em que se constrói a fala presidencial, isto é, o interdiscurso em que se insere. Entendemos que a referência ao *interdiscurso* permite “um jogo de reenvios entre discursos que tiveram um suporte textual, mas de cuja configuração não se tem memória” (Charaudeau e Maingueneau, 2008, p. 286). Diante da impossibilidade de apoiar a análise no vasto conjunto de textos que trata dos temas selecionados, apontaremos as posições ideológicas com as quais o discurso de Presidente Lula dialoga. Ainda que, em outros âmbitos, a Análise do Discurso possa prestar-se ao papel de disciplina auxiliar das Ciências Sociais (Fairclough, 2003), neste trabalho ela é o fulcro da pesquisa, o que nos leva a submeter a incursão interdisciplinar às finalidades da dissertação e a limitar ao mínimo a exposição da política externa brasileira e das questões internacionais que a envolvem.

6.1 Legitimidade e representatividade do Presidente Lula

É importante, de início, ressaltar que a análise deste tema não se confunde com a que se fez no capítulo 4, relativa à apresentação do “eu”. Aqui se trata de examinar os pressupostos da visão que o Presidente Lula apresenta de sua legitimidade e

representatividade singulares, a que já nos referimos algumas vezes ao longo deste estudo.

Esta temática aparece com muita nitidez no trecho do **texto I** em que o Presidente Lula fala sobre a consciência que tem acerca da responsabilidade que carrega, em razão da expectativa e da esperança geradas por sua eleição: “Embora tenha sido eleito Presidente do Brasil, tenho a nítida noção do que a nossa vitória representa de esperança, não apenas aqui dentro, mas para a esquerda em todo o mundo e sobretudo para a esquerda na América Latina” (I, 18). Este trecho já revela um aspecto de sua singularidade: o fato de ser um presidente de esquerda em um grande país emergente. Essa circunstância aumentaria a exigência em torno de seu governo, o que ele expressa da seguinte maneira:

[...] nós temos que fazer as coisas muito bem pensadas. Porque qualquer Governo, em qualquer país do mundo pode errar e não acontecerá nada, porque é muito normal que os governantes errem, mas eu não posso errar. E não posso errar porque eu não fui eleito pelo apoio de um canal de televisão. Eu não fui eleito pelo apoio do sistema financeiro. Eu não fui eleito por interesse dos grandes grupos econômicos. E eu não fui eleito por obra da minha capacidade ou da minha inteligência. Eu fui eleito pelo alto grau de consciência política da sociedade brasileira, no dia 27 de outubro de 2002.

Encontram-se, neste trecho, elementos que nos habilitam a analisar, em dois níveis, os pressupostos do discurso do Presidente Lula acerca de sua representatividade. Em um nível mais factual, podem-se localizar referências que permitiriam explicar suas derrotas eleitorais anteriores. O Presidente Lula, como locutor, refere-se interdiscursivamente a enunciados que circularam abundantemente em diversos meios – jornalísticos, acadêmicos e outros – e que atribuíram, por exemplo, a eleição do Presidente Fernando Collor de Melo, em 1989, à influência da televisão, ou a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nas eleições presidenciais seguintes (1994 e 1998), ao apoio de grupos econômicos e financeiros. Obviamente, por contraste, o político Lula representaria interesses divergentes daqueles, que não se explicitam neste trecho.

A explicação que o Presidente Lula dá para sua eleição em 2002 (“fui eleito pelo alto grau de consciência política da sociedade brasileira”), portanto, não se refere à natureza dos apoios que recebeu ou dos interesses que o promoveram. Impõe, assim, um outro nível de análise, de caráter mais teórico, para buscar determinar de que lugar é possível afirmar que sua eleição decorra de maior “consciência política da sociedade brasileira”. Colocando a questão em termos bem simples, podemos dizer que esse lugar

certamente não coincide com o dos defensores da democracia liberal, que consideram que os eleitores votam, de acordo com sua consciência e livre arbítrio, nos candidatos que melhor atendem a seus desígnios. Dessa forma, a democracia representativa tenderia a consagrar aqueles que melhor conviessem à vontade soberana da maioria da sociedade.

A perspectiva a partir da qual o Presidente Lula fala é, necessariamente, outra. Para iniciar a análise, é possível partir dos próprios dados fornecidos pelo texto, ainda que, como vimos, sejam de natureza heterogênea. O Presidente Lula afirma explicitamente não ter sido eleito pelo apoio de canal de televisão ou de grupos econômicos. Ora, ao mencionar essa possibilidade de apoios, está-se referindo ao conjunto de mecanismos que influenciam – e, segundo sua visão, influenciaram – os votos do cidadão, já que esses agentes sociais não votam diretamente. Segundo a concepção que parece embasar a opinião manifestada pelo Presidente, esses mecanismos contribuem para conformar e disseminar um conjunto de ideias que correspondem a interesses específicos de determinados estratos da sociedade, mas que são apresentados como se visassem à satisfação da sociedade como um todo. Pode-se, então, entender, que o “alto grau de consciência política da sociedade brasileira”, responsável pela eleição do Presidente Lula, corresponda àquele que permitiu ao eleitorado, segundo essa visão, superar as perspectivas ideológicas que haviam prevalecido anteriormente e sufragar o candidato que atendia melhor aos interesses efetivos, e não ilusórios, da maioria da população.

Ainda que pequemos por simplismo, não avançaremos na fundamentação dessa visão crítica da democracia liberal, para não nos afastarmos da análise de nosso objeto, que, por si só, não nos permitiria ir muito mais longe. Em uma visão mais clássica de esquerda, essa visão fundamentaria a representação na inserção de classe do político. Ainda que o Presidente Lula faça referência a sua origem operária – como no trecho “E não é em qualquer dia, em qualquer mês, em qualquer século que um torneiro mecânico ganha a Presidência da República deste país” (I, 29) – esta não é a visão que prevalece nos textos em análise. No trecho a seguir, o Presidente Lula parece interpretar de que maneira sua atuação política lhe confere uma capacidade singular de representação, ao projetar em outras pessoas as qualidades que parece ver em si:

[...] não faltarei a vocês. Não deixarei de fazer as coisas que temos que fazer. E espero dar a minha contribuição para que outros companheiros ganhem as eleições em outros países do mundo, para que a gente possa, de uma vez por todas, começar a eleger **pessoas que tenham mais sensibilidade, pessoas que**

tenham mais compromisso, pessoas que acreditem que é possível a gente mudar a História da Humanidade. (I, 43)

Essa percepção difusa de uma legitimidade peculiar, de uma capacidade de representação superior está presente em vários trechos do *corpus*, como em:

Eu sei a expectativa que estou gerando nas mulheres, nos homens e nas crianças. Eu nunca vi, na História do Brasil, tanta expectativa, tanta esperança e tanta gente pedindo a Deus para a gente acertar. E tanta gente pedindo, não emprego, mas dizendo para mim: “Lula, como é que eu faço para ajudar o nosso Governo a dar certo?” (I, 20)

Trago a Davos o sentimento de esperança que tomou conta de toda a sociedade brasileira. O Brasil se reencontrou consigo mesmo, e esse reencontro se expressa no entusiasmo da sociedade e na mobilização nacional para enfrentar os enormes problemas que temos pela frente. (II, 4)

Talvez a fórmula mais marcante usada para descrever a legitimidade singular que o Presidente Lula se atribui consista justamente na ideia, repetida no texto IV (parágrafo 13), de que sua eleição significou *o reencontro do Brasil consigo mesmo*. Essa formulação, calcada na imagem de elevada popularidade do Presidente Lula, parece dar margem a alguns questionamentos. Do estrito ponto de vista da democracia representativa, seria possível arguir que sua representatividade não tem razão para arrogar-se superior à de outros presidentes eleitos, em condições semelhantes. Nas ocasiões adequadas, como, por exemplo, no discurso que proferiu em Davos, o Presidente Lula não deixa de recordar também estar ciente de ter sido investido no cargo como representante eleito do povo brasileiro, isto é, de acordo com as regras da democracia representativa:

Sou o Presidente de todo o povo brasileiro e não apenas daqueles que votaram em mim. Estamos construindo um novo contrato social, em que todas as forças da sociedade brasileira estejam representadas e sejam ouvidas. (II, 28)

Depreende-se, portanto, da análise do conjunto do *corpus* que o Presidente Lula sugere mais de uma forma de caracterizar sua capacidade singular de representar o povo brasileiro, que dificilmente poderia ser enquadrada em um conceito clássico de representante de classe, ou mesmo de líder populista. A relativa oscilação entre as maneiras de apresentar sua representatividade pode atender às exigências das diferentes situações de interação em que se encontra.

Uma análise que pode ser útil no entendimento da imagem que o Presidente Lula procura reforçar acerca de sua representatividade, sobretudo nos primeiros pronunciamentos, é a das ocorrências do item lexical *esperança*. O vocábulo aparece 4 vezes no texto I (parágrafos 18, 20, 21, 22), 4 vezes no texto II (parágrafos 4, 27, 30,

33) e ressurge nos textos V (parágrafo 87) e VI (parágrafo VI). É sintomático que o vocábulo apareça com mais frequência nos textos iniciais, mais próximos da eleição, pois ele carrega forte carga intertextual, relacionada a um dos *slogans* de campanha eleitoral de 2002, a emblemática frase “a esperança venceu o medo”. Analisando estruturalmente as quatro ocorrências desse substantivo no texto II, observa-se que ele aparece sempre sem complementos ou adjuntos. Os *argumentos* que poderiam acompanhar o substantivo, indicando quem experimenta a esperança ou a que objeto ela se dirige, são omitidos, dando a esse vocábulo um valor indefinido e, em alguma medida, mais abstrato. Essa imprecisão do sentido da esperança gera efeitos ideológicos, pois indica uma personificação da esperança no Presidente Lula, compatível com ideia de uma legitimidade singular de que ele estaria investido, como representante do país, conforme a análise que apresentamos.

6.2 Combate internacional à fome e à pobreza

O tema do combate internacional à fome e à pobreza é tratado com destaque em todos os textos do *corpus* e, se tomamos os pronunciamentos em ordem cronológica, vai ganhando contornos mais objetivos e consistentes. No Fórum Social Mundial, o tema é mencionado com forte apelo patético, justamente no trecho em que o Presidente Lula pronunciava o quealaria ao público de Davos:

Dizer em Davos que não é possível continuar uma ordem econômica onde poucos podem comer cinco vezes ao dia e muitos passam cinco dias sem comer no planeta [...] Dizer a eles que as crianças negras da África têm tanto direito de comer como as crianças de olhos azuis que nascem nos países nórdicos. Dizer a eles que as crianças pobres da América Latina têm tanto direito de comer como qualquer outra criança que nasça em qualquer parte do mundo. (I, 29)

No pronunciamento de Davos, embora não diga precisamente o que anunciou em Porto Alegre, o tema da fome e da pobreza ressurge, no contexto da apresentação das prioridades políticas do novo Governo brasileiro e da pregação de uma nova ordem econômica mundial. Nessa ocasião, o Presidente Lula discute duas noções importantes relativas às políticas de combate à fome, que serão reiteradas em outras oportunidades: afirma que o combate à fome é tarefa de toda a sociedade, e não apenas do Governo; e assevera que o problema só será definitivamente resolvido com mudanças estruturais na sociedade.

Combater a fome não é apenas tarefa do Governo, mas de toda a sociedade. A erradicação da fome pressupõe transformações estruturais, exige a criação de

empregos dignos, mais e melhores investimentos, aumento substancial da poupança interna, expansão dos mercados no país e no exterior, saúde e educação de qualidade, desenvolvimento cultural, científico e tecnológico. (II, 10)

Em Davos, também é feita a primeira referência objetiva à iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza:

Na mesma linha, proponho a formação de um fundo internacional para o combate à miséria e à fome nos países do terceiro mundo, constituído pelos países do G-7 e estimulado pelos grandes investidores internacionais. Isso porque é longo o caminho para a construção de um mundo mais justo e a fome não pode esperar. (II, 32)

Pode-se observar que, no que tange ao tema do combate à fome, a argumentação apresentada pelo Presidente Lula em Davos apresenta certo desequilíbrio, potencialmente prejudicial a sua imagem. Quando se refere à política interna de combate à fome, ressalta a necessidade de transformações estruturais (omitindo as medidas emergenciais) e a responsabilidade compartilhada com a sociedade. Ao sugerir a iniciativa de âmbito internacional, dá a entender que se devem tomar medidas urgentes, já que “a fome não pode esperar”, e transfere a responsabilidade a terceiros: aos países do G8 (a que se refere como “G7”) e aos grandes investidores internacionais. Como os dois trechos estão relativamente distantes no texto, o contraste não prejudica o andamento da argumentação, mas a enfraquece.

Esse desequilíbrio é resolvido a contento, do ponto de vista discursivo, no pronunciamento feito no encontro à margem da reunião do G8, mais de quatro meses mais tarde, quando ele fala em “nova aliança contra a exclusão social” (III, 5) e em “ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo” (III, 7). Essas ações, além de serem de responsabilidade do conjunto das nações, são apresentadas, com clareza, como um binômio, composto de “medidas emergenciais e estruturais” (III, 8):

A fome é uma realidade intolerável. Sabemos que existem plenas condições para superar esse flagelo.

Minha proposta – antecipada em Porto Alegre e Davos – é que seja criado um fundo mundial **capaz de dar comida a quem tem fome e, ao mesmo tempo, de criar condições para acabar com as causas estruturais da fome.** (III, 36-37)

Da perspectiva da construção da imagem de si, um aspecto relevante do discurso do Presidente Lula sobre o tema da fome é que ele permite tanto afirmativas carregadas de forte carga emocional, como as pronunciadas em Porto Alegre e reproduzidas

anteriormente, quanto argumentações que revelam a racionalidade econômica do combate à fome, como no parágrafo seguinte, do pronunciamento feito na OIT:

O fundamento do Programa Fome Zero é o de que a alimentação constitui, antes de tudo, um direito inalienável do cidadão. Melhorar a qualidade, quantidade e regularidade dos alimentos acessíveis aos brasileiros mais carentes é, na realidade, um requisito para o desenvolvimento social e econômico do País. Combater a fome é gerar empregos, aumentar a produção de alimentos, dinamizar o comércio local e dar condições de cidadania às famílias abaixo da linha de pobreza. É também estimular a agricultura familiar, tão importante na promoção de um regime agrário mais justo. (IV, 26)

No texto IV, o Presidente Lula, pela primeira vez, faz referência à guerra contra a fome e a pobreza como “a única guerra que nos interessa” (IV, 44). Faz, ainda, menção, no mesmo parágrafo, às manifestações de apoio e solidariedade recebidas, de todas as partes do mundo, em favor dessa causa. Estes dois elementos – o *slogan*, por assim dizer, que amalgama dois objetivos de política externa⁵⁶, e a referência aos apoios recebidos – parecem indicar que o Presidente Lula tem consciência de que sua iniciativa de combate internacional à fome é um elemento crucial de sua imagem internacional. A ênfase com que versará sobre o tema, nos dois últimos textos do *corpus*, terá, portanto, o duplo objetivo de atingir metas específicas de política externa relativas ao combate à fome e de reforçar traços positivos de sua imagem associados a essa “guerra”.

Como já ressaltamos em outra passagem do trabalho, no discurso perante a AGNU, o tema é trazido à baila pela retomada da metáfora da “guerra”, com remissão a outros três pronunciamentos:

Reitero perante esta Assembléia verdadeiramente universal o apelo que dirigi aos Fóruns de Davos e Porto Alegre e à Cúpula Ampliada do G-8, em Evian. Precisamos engajar-nos – política e materialmente – na única guerra da qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria. (V, 45)

O tratamento discursivo do tema amadurece bastante neste pronunciamento e no de Oviedo, com importantes repercussões para a construção do ethos. Estes discursos mantêm – e aprofundam – a dualidade observada anteriormente: ao lado da manifestação veemente de revolta diante da realidade da fome, formula-se uma proposta racional de combate a este mal. Além disso, inova-se na argumentação, explorando-se o “absurdo” que representa a existência da fome em um mundo que avança tão rapidamente, do ponto de vista técnico.

⁵⁶ Conforme exposto no capítulo 3, a ideia de que a guerra contra a fome e a pobreza seria “a única guerra que nos interessa” atende, do ponto de vista do discurso diplomático brasileiro, também ao propósito de defesa da paz e do multilateralismo, em especial no que diz respeito à situação do Iraque e do Oriente Médio.

O Presidente Lula, como enunciador, se vale de diversos recursos para manifestar seu inconformismo com o problema da fome, como, por exemplo, escolha dos itens “barbárie”⁵⁷ (V, 48) “chaga” (V, 49) e “flagelo” (VI, 29) para referir-se à miséria e à fome no mundo. Esses vocábulos, deslocados de seus campos lexicais primários, agregam dramaticidade aos textos, assim como o contraste entre a persistência da fome e “a idade de ouro da ciência e da tecnologia” (V, 50), em que vivemos.

O argumento que mostra a incongruência entre a realidade da fome e o progresso científico e tecnológico é levado a outro patamar pela comparação do homem com Deus:

A cada dia a inteligência humana amplia o horizonte do possível, realizando prodigiosas invenções. E, no entanto, a fome continua e, o que é mais grave, se alastra em várias regiões do planeta. Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas.

Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las.

De que vale toda essa genialidade científica e tecnológica, toda a abundância e o luxo que ela é capaz de produzir, se não a utilizamos para garantir o mais sagrado dos direitos: o direito à vida? (V, 51-53)

Observa-se que o combate à fome e à pobreza, tomado como objeto-de-discurso, sofre sucessivas reformulações e, nesta altura do pronunciamento na AGNU, equivale à *garantia do direito à vida*. A exposição do argumento que permite a formulação desse valor depõe também a favor do locutor, pois fica patente a opção pelos valores mais genuinamente humanos de valorização da vida e da solidariedade. O locutor, contudo, não se coloca como juiz, superior aos erros alheios. Ao contrário, assume sua parcela de responsabilidade, ao usar a primeira pessoa do plural, como no trecho a seguir:

Vamos agir para acabar com a fome ou imolar nossa credibilidade na omissão?

Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade.

Não temos o direito de dizer aos famintos que já esperaram tanto: passem no próximo século. (V, 56-58)

Seu evidente envolvimento pessoal na causa e a demonstração das medidas que tomou no âmbito nacional para enfrentar o problema da fome (V, 65-67) aumentam sua credibilidade para, na parte final do pronunciamento, ao propor medidas concretas para o tratamento internacional da questão, enunciar sua visão sobre a partilha de responsabilidades relativas ao tema: “O que faltou até agora foi **a imprescindível**

⁵⁷ A propósito do uso do item “barbárie”, recorde-se que o Presidente Lula classificou de “bárbaro” (V, 17) o atentado de 11 de setembro.

vontade política de todos nós, especialmente daqueles países que mais poderiam contribuir” (V, 71).

Nos dois últimos textos do *corpus*, o Presidente Lula insiste na ideia da mudança de “nosso comportamento coletivo” (V, 72), de uma “transição cultural indispensável à passagem de uma sociedade de contrastes para uma comunidade justa, fraterna e digna” (VI, 33). Neste contexto, constrói para si a imagem do catalisador de uma grande transformação cultural, a qual consiste em dar primazia aos valores ligados à vida humana, em lugar da supervalorização do desenvolvimento técnico. Formula, assim, em torno da proposta de combate à fome, à pobreza e à exclusão social, dois objetos-de-discurso, com os quais associa fortemente sua imagem: o direito à vida e o humanismo. O primeiro, como já vimos, é apresentado no pronunciamento na AGNU como o “mais sagrado dos direitos (V, 53) e é retomado no discurso de Oviedo, no qual o Presidente Lula afirma que “A vida humana é sagrada” (VI, 19). Significativamente, o Presidente Lula encerra o pronunciamento de Oviedo da seguinte forma:

Precisamos dar a todos e a cada um dos seres humanos a oportunidade de viver a vida em seu esplendor – a vida e nada mais. (VI, 43)

As menções ao humanismo já eram recorrentes no *corpus*, mas ganham maior peso argumentativo nos dois últimos textos. Vejamos algumas das ocorrências dos itens humanismo e humanista no *corpus*:

É necessário, também, uma nova ética. Não basta que os valores do **humanismo** sejam proclamados, é preciso que eles prevaleçam nas relações entre os países e os povos. (II, 19)

O conceito de "trabalho decente" norteia, no Brasil, a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego. O termo capta o espírito **humanista** que estamos imprimindo à nossa mobilização nacional e internacional. (IV, 19)

[Sérgio Vieira de Melo] exerceu, em nome das Nações Unidas, o **humanismo** tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil. (V, 6)

Urge subordinar o desenvolvimento, o comércio, e as relações internacionais às indagações fundamentais do **humanismo**: Qual progresso? Para quê? Com que consequências? E para quem? (VI, 15)

Estou convencido de que a luta contra a fome, por sua urgência, caráter **humanista** e abrangente, é uma das alavancas dessa nova ordem solidária. (VI, 22)

Obviamente, ao valer-se do item lexical *humanismo*, o Presidente Lula não o utiliza com o rigor de um filósofo ou um historiador das ideias. O termo denota uma atitude de valorização do homem, de atribuição de prioridade à realização e ao bem-estar das pessoas. Quando, no texto VI (parágrafo 15, acima), o Presidente formula as indagações fundamentais do humanismo, todas as respostas devem direcionar-se,

segundo os princípios humanistas, para a realização das potencialidades humanas. Daí o sentido da frase usada pelo Presidente Lula no trecho final do discurso perante a AGNU:

O maior desafio da humanidade - e, ao mesmo tempo, o mais belo - é justamente este: HUMANIZAR-SE. (V, 88)

6.3 Construção de uma nova ordem econômica mundial

O tema da necessidade de uma nova ordem econômica mundial é abordado, com ênfases diversas, nos seis textos do *corpus*. As expressões *ordem econômica mundial* e *ordem econômica internacional* são usadas nos textos I, II, IV e V. Curiosamente, não são empregadas no texto III, que versa sobre várias questões relacionadas ao tema. Nos textos V e VI, que dão especial destaque, como vimos, ao combate internacional à fome e à pobreza, algumas questões normalmente vinculadas à ordem econômica mundial aparecem subordinadas àquele tema. Procuraremos acompanhar o desenvolvimento do tema cronologicamente, como fizemos nas seções anteriores, mas, como se trata de temática complexa, lidaremos separadamente com duas de suas vertentes principais, tais como se apresentam no *corpus*: a defesa do livre comércio, que se faz acompanhar de uma forte crítica ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos; e a crítica às políticas econômicas dos anos 90 e ao ideário que as fundamentou, formulado em torno da globalização, frequentemente designado de neoliberalismo.

No pronunciamento de Porto Alegre, que, como vimos, não está centrado em questões programáticas de política internacional, o Presidente Lula já faz menção à necessidade de um nova ordem econômica mundial e sugere o que se poderia esperar dela:

Dizer a eles que é preciso uma nova ordem econômica mundial, em que o resultado da riqueza seja distribuído de forma mais justa, para que os países pobres tenham a oportunidade de ser menos pobres. (I, 29)

O enunciado não se resume a uma manifestação favorável à redistribuição da riqueza mundial. Há nele, também, um pressuposto de grande relevância. Ao afirmar ser preciso que os países pobres “tenham a oportunidade de ser menos pobres”, coloca como pressuposto que, nas condições atuais, eles são privados desta oportunidade. A ordem econômica mundial disporia de mecanismos que tenderiam a perpetuar o *status*

quo e a impedir que os países pobres alcançassem o êxito passado dos países ricos. Esses mecanismos se esclarecerão ao longo deste estudo.

No pronunciamento de Davos, o Presidente Lula afirma a importância da superação dos constrangimentos externos para a retomada do desenvolvimento brasileiro e ressalta o papel da expansão do comércio exterior para esse fim, mas aponta os obstáculos para a recuperação da economia do país:

Todo o esforço que estamos fazendo para recuperar, responsabilmente, a economia brasileira, no entanto, não atingirá plenamente seus objetivos sem mudanças importantes na ordem econômica mundial. Queremos o livre comércio, mas um livre comércio que se caracterize pela reciprocidade. De nada valerá o esforço exportador que venhamos a desenvolver se os países ricos continuarem a pregar o livre comércio e a praticar o protecionismo. (II, 14)

Observa-se, por efeito de progressão temática do parágrafo, que as “mudanças importantes na ordem econômica mundial” preconizadas pelo Presidente Lula dizem respeito, ao menos neste trecho, ao livre comércio. Para compreendermos melhor a posição defendida pelo Presidente, é importante termos uma ideia do contexto das negociações comerciais multilaterais em que o Brasil estava envolvido em 2003.

O Brasil, naquele ano, era parte atuante em três grandes negociações comerciais multilaterais ou plurilaterais: a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Acordo entre Mercosul e a União Européia. Nas três, enfrentava dificuldades de natureza similar, por isso comentaremos apenas, em traços muito genéricos, a mais abrangente, a Rodada Doha, que havia sido lançada, em novembro de 2001, na capital do Catar, e que envolvia – e ainda envolve, pois a rodada, em 2010, ainda não se concluiu – todos os países da OMC, com a finalidade de buscar a liberalização comercial e o crescimento econômico, com ênfase nas necessidades dos países em desenvolvimento.

O Brasil e os demais países em desenvolvimento entendiam que o centro das negociações da Rodada Doha deveria ser a agricultura. Este setor, em que se concentram boa parte das exportações e do produto dos países em desenvolvimento, foi objeto de menor atenção nas rodadas de negociação comercial anteriores, realizadas antes da criação da OMC, em 1995. Por essa razão, a agricultura ainda gozava de elevada proteção contra importações em muitos países. A Rodada objetivava corrigir as distorções que prevaleciam no comércio agrícola, com a eliminação dos subsídios à exportação, redução dos subsídios à produção (apoio interno), além de maior acesso aos mercados. Os países desenvolvidos resistiam a abrir mão desses subsídios e

mecanismos de proteção e exigiam elevadas contrapartidas em abertura de mercados para produtos industriais e para serviços, o que poderia ser bastante prejudicial para alguns setores econômicos dos países em desenvolvimento.

Assim, quando o Presidente Lula afirma que deseja um livre comércio que se caracterize pela reciprocidade, ele se refere ao fato de que, nas rodadas de negociações comerciais anteriores, no âmbito do GATT⁵⁸, se promoveu ampla liberalização do comércio de produtos industrializados, de interesse dos países desenvolvidos, mas foi mantida latitude para a adoção de diversas formas de protecionismo para o comércio de produtos agrícolas. Hoje, quando se pleiteia o acesso ao mercado dos países ricos para os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, as resistências daqueles países são muito grandes. Daí a acusação de incoerência que o Presidente Lula lhes faz. Quando tem a oportunidade de dirigir-se ao G8, no pronunciamento de Evian, o Presidente Lula expõe o problema de forma bastante incisiva:

A incorporação dos países em desenvolvimento à economia global passa necessariamente pelo acesso sem discriminação aos mercados dos países ricos. Fizemos um enorme esforço e sacrifício para conquistar competitividade. Mas como competir livremente em meio à guerra de subsídios e outros mecanismos de proteção, que criam uma verdadeira exclusão comercial? (III, 12-14)

Ao afirmar, no pronunciamento na OIT, a necessidade de identificar os caminhos para a promoção de mudanças verdadeiras, com o intuito de diminuir a distância entre ricos e pobres, o Presidente Lula afirma que o comércio internacional é um dos caminhos, que, no entanto, esbarra na incoerência e na arbitrariedade dos países ricos:

O comércio internacional é um deles. Não é admissível que os setores em que os países em desenvolvimento revelam competitividade – como o do agro-negócio, o têxtil, o siderúrgico, entre outros – sejam sujeitos às práticas comerciais protecionistas no mundo industrializado. A resistência dos países desenvolvidos em eliminar seus subsídios agrícolas bilionários e suas práticas arbitrárias são totalmente incoerentes com sua própria defesa do livre comércio. Essa incoerência entre discurso e prática provoca ceticismo e desconfiança. (IV, 22)

Em consonância com posição tradicional da diplomacia brasileira, o Presidente Lula refuta também os argumentos dos países desenvolvidos que pretendem criar barreiras comerciais protecionistas relacionadas com cláusulas ambientais ou sociais. Esse argumento é perverso, pois vários dos países hoje desenvolvidos provocaram, no passado, danos irreversíveis a seus meio-ambientes e hoje querem impor restrições de

⁵⁸ GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*): Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, estabelecido em 1947, com vistas a harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários.

natureza ambiental ao desenvolvimento alheio que não tiveram de enfrentar. Por isso, no pronunciamento perante a AGNU, o Presidente Lula afirma:

Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir. A liberalização deve ocorrer sem que os países sejam privados de sua capacidade de definir políticas nos campos industrial, tecnológico, social e ambiental. (V, 41)

A construção da imagem do Presidente Lula no tratamento do tema do comércio internacional está sempre ligada à defesa da coerência e da justiça, seja ao usar argumentos relativos ao equilíbrio desejável entre as diversas áreas do comércio, seja ao valer-se de argumentos históricos, que exigem para os países em desenvolvimento oportunidades equivalentes às que tiveram os países desenvolvidos. A certa altura do pronunciamento da OIT, o Presidente Lula sintetiza sua posição, de forma a associar explicitamente as negociações comerciais à questão ética:

Existe aqui um problema ético que precisa ser levado em conta. Por princípio, as negociações internacionais não podem agravar a situação de desvantagem em que já se encontram os países menos desenvolvidos. Estes devem ter espaço e flexibilidade para adotar políticas industriais e de desenvolvimento científico e tecnológico capazes de gerar empregos e contribuir para aumentar a renda dos trabalhadores. (IV, 24)

A segunda vertente que domina a discussão apresentada pelo Presidente Lula, no *corpus*, acerca da necessidade de mudanças da ordem econômica mundial, diz respeito às consequências nefastas das práticas e políticas econômicas adotadas nos anos 90, normalmente identificadas com o neoliberalismo. No pronunciamento de Davos, o Presidente Lula preconiza mudanças na ordem econômica mundial, com maior controle de fluxo de capitais e iniciativas de combate à evasão ilegal de divisas. A ênfase maior do pronunciamento, contudo, recai sobre o diagnóstico da desigualdade vigente:

A construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política.

Mais de dez anos após a derrubada do Muro de Berlim, ainda persistem "muros" que separam os que comem dos famintos, os que têm trabalho dos desempregados, os que moram dignamente dos que vivem na rua ou em miseráveis favelas, os que têm acesso à educação e ao acervo cultural da humanidade dos que vivem mergulhados no analfabetismo e na mais absoluta alienação. (II, 17-18)

Na parte final daquele pronunciamento, o Presidente Lula insiste na ideia de que é necessário “olhar o mundo com outros olhos”, em uma alusão clara à necessidade de abandonar o ideário neoliberal, com vistas à construção de uma ordem mais

democrática, em que o desenvolvimento seja compartilhado, assim como o acesso aos resultados do progresso científico e tecnológico:

Quero convidar a todos os que aqui se encontram, nessa montanha mágica de Davos, a olhar o mundo com outros olhos. É absolutamente necessário reconstruir a ordem econômica mundial para atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos científicos e tecnológicos que um ser humano foi capaz de produzir.

Não fiquem indefinidamente esperando sinais para mudarem de atitude em relação ao meu país e aos países em desenvolvimento. Os povos, como os indivíduos, precisam de oportunidades. Os países ricos de hoje só o são porque tiveram as suas oportunidades históricas.

Se querem ser coerentes com a sua experiência vitoriosa, não podem e não devem obstruir o caminho dos países em via de desenvolvimento. Ao contrário, podem e devem construir conosco uma nova agenda de desenvolvimento global compartilhado. (II, 24-26)

Nos diferentes textos que compõem o *corpus*, o Presidente Lula insiste na associação entre desenvolvimento econômico e justiça social e mostra que os mecanismos de mercado, por si só, são incapazes de promover a distribuição da riqueza. No pronunciamento feito na reunião ampliada do G8, afirma, em clara alusão ao neoliberalismo, que “nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria e à exclusão” (III, 22). Na sua visão, o desenvolvimento deve necessariamente incorporar os cidadãos à economia e só é sólido quando acompanhado de reformas sociais. De forma hábil, ilustra sua tese com exemplos das grandes nações capitalistas, que, no passado, superaram momentos de grave crise com reformas sociais profundas, promovidas pelo Estado:

Olhando a história contemporânea, sobretudo nos períodos que se seguiram a graves crises econômicas e sociais, vejo que o desenvolvimento deu-se a partir de profundas reformas sociais. Essas reformas incorporaram milhões de homens e mulheres à produção, ao consumo e à cidadania e criaram um novo e prolongado dinamismo econômico.

Foi assim nos Estados Unidos a partir dos anos 30. Foi assim no pós Segunda Guerra, na Europa. (III, 23-24)

Referindo-se às políticas dos anos 1990, o Presidente Lula afirma que o Brasil, como outros países em desenvolvimento, fez “o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes” (III, 25), valendo-se novamente de uma perífrase para referir-se às políticas neoliberais. Esse esforço, segundo ele, não assegurou avanços no combate à exclusão social. No pronunciamento de Oviedo, é ainda mais direto ao perguntar-se “por que fracassaram as políticas dos anos 90, que prometiam crescimento integrado e redistribuição cooperativa da riqueza mundial” (VI, 10). Segundo o Presidente Lula, a exclusão social não pode ser sanada pelos mecanismos de mercado

(VI, 17), e, sim, por um modelo específico de desenvolvimento, fundado em valores como a solidariedade.

A argumentação do Presidente Lula acaba associando sua figura pública a um conjunto coerente de valores, como justiça social, distribuição de riqueza e solidariedade. O uso de itens lexicais que corroboram esses valores serve para reforçar essa imagem. Há, além disso, no texto III, outro procedimento semântico de grande interesse para a construção da imagem do locutor, que descrevemos a seguir. Naquele texto, há duas ocorrências do item *fundamentalismo(s)*:

Estamos fazendo isso [combatendo desequilíbrios sociais e pobreza] no Brasil com democracia e pluralismo, sem **fundamentalismos**, com cautela e firmeza. Estamos organizando nossas finanças e recuperando a estabilidade para crescer de modo sustentado. (III, 18)

O Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes. Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social. Ao contrário, onde o **fundamentalismo** imperou não se alcançou a prometida estabilidade econômica. Aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Nossos sistemas produtivos não conquistaram espaços no comércio mundial correspondentes aos nossos sacrifícios. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo. (III, 25)

Observa-se, sobretudo pela análise da segunda ocorrência, que “fundamentalismo” equivale, neste contexto, às “estratégias econômicas predominantes”, perífrase que, por transitividade, remete ao neoliberalismo. Esse uso do léxico representa um considerável deslocamento em relação a seu sentido original:

Em seu sentido original, fundamentalismo significa considerar qualquer interpretação da escritura como uma traição, uma trapaça ou um exercício intelectual supérfluo, porque o sentido é óbvio, perfeitamente legível. O fundamentalismo, de fato, parte de pressuposto de que se pode possuir a verdade, de que a verdade é algo que pode ser possuído, um objeto.⁵⁹

Ora, quando o Presidente Lula se refere ao pensamento econômico canônico dos anos 1990, que tanto critica, como “fundamentalismo”, promove a migração desse signo do campo lexical religioso para o campo econômico (v. Mari, 2008, p. 110-120). Com isso, ressalta o caráter dogmático e prepotente do neoliberalismo, que era chamado de “pensamento único” pelos seus críticos nos anos 1990. Do ponto de vista da construção da imagem do locutor, esse deslocamento de sentido corresponde a um recurso para

⁵⁹ In its original meaning, fundamentalism signifies considering any interpretation of the scripture as a treachery, a trickery or an intellectual superfluous exercise, because the meaning is obvious, thoroughly readable. Fundamentalism in fact is moved by the assumption that one can own the truth, that the truth is something that can be possessed, an object. (Girardin, 2001, p. 75)

apontar sua divergência em relação a essa linha de pensamento, de forma perspicaz e irônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos seis pronunciamentos que constituíram o *corpus* deste estudo demonstrou uma consistente construção da imagem do locutor, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro ano no cargo, fortemente associada aos valores e às ideias que defendeu, mas marcada, sobretudo, pela noção da unidade e da coerência de sua voz. Deve-se entender, obviamente, pelo conjunto das análises empreendidas, que essa coerência e essa unidade não afloram naturalmente do texto, mas são laboriosamente construídas, por meio de cada fator da produção de sentido que pode, de alguma forma, formular aspectos da imagem do locutor.

É plausível afirmar que o pronunciamento político internacional seja um gênero que propicie uma especial tendência à construção de um lugar de enunciação que se aproxime da voz idealizada do Estado. A solenidade e a compostura que tendem a cercar as alocuções dirigem toda a atenção para o locutor, que, como ressaltamos, fala investido da condição de representante de seu Estado. Por essa razão, o locutor procura reafirmar suas asserções mencionando o que já foi dito em outras ocasiões, referindo-se a palavras e ações, não apenas as suas, mas também as do Estado. Além das referências metadiscursivas, citadas exaustivamente no capítulo 5, são comuns no *corpus* afirmativas como “É isso que o Brasil está fazendo no plano regional” (III, 31) ou “É o que estamos começando a fazer no Brasil” (III, 38), que procuram demonstrar, imediatamente, a correspondência entre o discurso e a ação política. O efeito dessa demonstração é fundamental para um ator político como o Presidente Lula, que afirma: “É preciso, mais do que nunca, transformar intenção em gesto” (V, 73).

A coerência do locutor ressalta-se quando contrastada com a incoerência atribuída ao interlocutor, ou a terceiros. A construção das figuras dos contendores é de vital importância em qualquer discurso político, e não seria diferente no âmbito internacional. A ênfase em recursos que permitem a preservação da face – característica marcante no domínio discursivo diplomático – não deve impedir que se estabeleçam e se delimitem as posições políticas. Como se viu no capítulo 4, o efetivo trabalho de figuração dos interlocutores rende importantes frutos na construção da imagem de si, tanto quando, por afinidade, espelham qualidades do locutor, como quando, por contraste, ressaltam, no locutor, virtudes alegadamente ausentes no interlocutor. Ao

afirmar: “Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos” (III, 27), a coerência do locutor – o Presidente Lula – já estava discursivamente pressuposta.

A coerência advogada pelo Presidente Lula emerge dos textos, portanto, como resultado do acúmulo de várias marcas significativas. Explicitamente, ela pode resultar de um argumento de cunho histórico, como o apresentado no texto III (parágrafos 22-25), segundo o qual se deve assegurar aos países em desenvolvimento a oportunidade de fazer reformas sociais, em razão do fato de que os países desenvolvidos tiveram essa oportunidade no passado. Essa leitura da história atribui coerência aos reformistas, entre os quais está o locutor, e incoerência aos neoliberais. Em outro nível, a coerência e a integridade da pessoa do locutor podem ser apresentadas como o resultado de uma soma de narrativas e repetições de compromissos. É o que se observa exaustivamente no texto I.

A insistência nos sentidos de unidade e coerência não significa, contudo, que a imagem do locutor construída a cada pronunciamento tenha sido sempre idêntica. Ao contrário, ela não apenas variou consideravelmente de acordo com as diferentes alocações, mas também parece ter-se assenhorado melhor, com o passar dos meses, da condição de Chefe de Estado.

Nos textos dos dois Fóruns, como sublinhamos em mais de uma oportunidade ao longo do trabalho, o Presidente Lula insiste na ideia de que diz a um público “exatamente” o que diz ao outro. Os públicos, contudo, impõem focos de tensão distintos, que implicam, como vimos, estratégias completamente diferentes e ênfases divergentes. Retomemos apenas um aspecto da questão, para ilustrar as diferenças. No FSM, a insistência do Presidente Lula em referir-se ao seu programa de governo, às suas “reivindicações” e aos seus compromissos históricos relaciona-se com a necessidade de reiterar, junto ao público de esquerda, que os compromissos mais conservadores que assumiu, com a “Carta ao Povo Brasileiro”⁶⁰ (não mencionada no pronunciamento), não desfigurariam seus propósitos. No FEM, ao contrário, o que cabia era colocar aquele documento em primeiro plano, afirmando os compromissos com o respeito aos contratos e com a estabilidade econômica, sem omitir a necessidade de “reformas econômicas, sociais e políticas muito profundas”.

Esse nível de tensão, com referência à construção da própria imagem, não se repete nos pronunciamentos posteriores. Observa-se que o ímpeto de reformas ganha

⁶⁰ Cf. Nota 30, capítulo 3.

um caráter mais propositivo, nos pronunciamentos de junho, em Evian e Genebra, e uma elaboração retórica mais refinada e conceitualmente complexa nos pronunciamentos do segundo semestre. O Presidente Lula, como se viu, afirma seu próprio repertório de temas, que está apoiado, em parte, em posições históricas da política externa brasileira, mas que é inovador, em vários aspectos importantes, como na ênfase ao combate à fome e à pobreza. Essas inovações, formuladas discursivamente, condensam-se em torno de sua imagem, emprestando-lhe traços peculiares. Concomitantemente, o passar do tempo permite que o Presidente Lula construa uma narrativa de governante, que vai afastando expectativas e temores, de parte a parte, em relação à sua imagem.

Este conjunto de processos sugere, no âmbito do *corpus* analisado, que a incorporação progressiva, nos pronunciamentos, da condição de Chefe de Estado à própria figura política, somada aos diversos recursos de reiteração da coerência, permite ao discurso do Presidente Lula subsumir as tensões iniciais relativas à construção discursiva de sua imagem. Ao associar, com crescente nitidez, à imagem do Brasil e ao Estado brasileiro, os valores de que esse discurso se investe, potencializa a coerência da voz externa do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações internacionais contemporâneas**: a ordem mundial depois da Guerra Fria. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Dois anos de “Carta ao Povo Brasileiro”: de volta a um documento de ruptura. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 38, 2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/038/38pra.htm>.

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paul Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

AUSTIN, J. L. Performativo – constativo. In: LIMA, José Pinto de (org.). **Linguagem e ação**: da filosofia analítica à linguística pragmática. Lisboa: Apáginastantas, 1983. p. 41-58.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail & VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique. In: **L'aventure sémiologique**. Paris: Editions du Seuil, 1985. (coleção *Points*)

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 3. ed. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2. ed. rev. e atual. Brasília : Presidência da República, 2002.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem política mundial. Brasília: UnB, 2002.

CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política**: uma análise do discurso de Lula. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COHEN-WIESENFELD, Sivan. Le discours diplomatique dans la correspondance franco-allemande 1871-1914. In: **Argumentation et Analyse du Discours**, n° 1, 2008. p. 1-15. Disponível em 18 de setembro de 2008. URL: <http://aad.revues.org/index413.html>.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Campinas: Papyrus, 1991.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. Análise da Conversação (cap. 3). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras v.2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 69-99.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística**: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing discours**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

_____. **Language and Globalization**. London: Routledge, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

GIRARDIN, Benoit. Language setting the stage for diplomacy; diplomacy based on interpretation, rhetoric and ethics; philosophical considerations. In: KURBALIJA,

Jovan; SLAVIK Hannah (ed.). **Language and diplomacy**. Malta: Mediterranean Academy of Diplomatic Studies, 2001. p. 72-80.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. 4. ed. (revista e ampliada). São Paulo: Pontes, 2007.

HADDAD, Galit. Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 145-165.

HELD, David. Regulamentando a globalização? A reinvenção da política. In: GIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 569-583.

JERVIS, Robert. **The logic of images in international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1970.

JÖNSSON, Christer; HALL, Martin. Communication: An Essential Aspect of Diplomacy. 43ª Convenção Annual da International Studies Association (ISA), Nova Orleans, 2002.

KAMEL, Ali. **Dicionário Lula**: um presidente exposto por suas próprias palavras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

LEFF, Michael. Perelman, argument ad hominem et ethos rhétorique. In: **Argumentation et Analyse du Discours**, nº 2, 2009. Disponível em 01 de abril de 2009. URL: <http://aad.revues.org/index213.html>.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Editora da UNICAMP, 1989.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

_____. Problemas de ethos. In: _____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- MARI, Hugo. **Os lugares do sentido**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 81-106.
- MEY, Jacob L. **As vozes da sociedade: seminários de Pragmática**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PECHÊUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-161.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. In: **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 153-168.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- SEITENFUS, Ricardo. **Relações internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2004.
- SOULEZ, Guillaume. Ethos, énonciation, média. Sémiotique de l'ethos. In: **Recherches en communication**, nº 18. Louvain: UCL, 2002. p. 175-198.
- VIEIRA, Josênia Antunes. As abordagens críticas e não-críticas em análise do discurso. SILVA, Denize Elena Garcia da; VIEIRA, Josênia Antunes (orgs.). **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: UnB - Oficina Editorial do Instituto de Letras; Editora Plano, 2002. p. 143- 164.
- VILLAR, Constanze. Pour une théorie du discours diplomatique. In: **Annuaire Français de Relations Internationales AFRI 2005**, volume VI. Bruxelles: Editions Bruylant, 2005. p. 45-61.

ANEXOS

ANEXO I

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial.

Anfiteatro Pôr-do-Sol, Porto Alegre/RS, 24 de janeiro de 2003.

1. Será que seria pedir demais, para que os nossos companheiros enrolassem as suas bandeiras só uns dez minutos, para que a gente possa ver as pessoas de trás e as de trás possam ver a gente?
2. Vocês sabem que uma das coisas que eu mais admiro é um militante, de qualquer organização, que vai para a rua com a sua bandeira. Eu acho uma coisa fantástica e inusitada. Eu só estou pedindo, faz tempo que eu não vejo vocês, faz tempo que vocês não me vêem, e eu acho que enrolar a bandeira cinco minutos não pesa nada para nenhum companheiro.
3. Eu quero, em primeiro lugar, dizer para vocês que é uma alegria maior do que a que o meu coração comporta estar, outra vez, participando do maior evento multinacional que a sociedade civil mundial organiza, que é este Fórum Social Mundial.
4. Da outra vez que participei aqui, fui fazer um debate, em que o tema destinado para eu falar era “Um outro Brasil é possível”. E me lembro que, naquele instante, eu não tinha nem certeza de que seria candidato a Presidente da República. E, hoje, ao participar deste Fórum, eu participo na condição de funcionário público número 1 do meu país.
5. Quero agradecer à direção desse evento. Eu sei que não é fácil, sei do sacrifício que vocês estão fazendo para fazer essa organização, sei do cuidado que vocês têm com a segurança.
6. Eu, agora mesmo, Haddad, estou falando, aqui, em português, e deve haver companheiro aí, francês, inglês, deve haver gente da China, da Índia, que não está entendendo nada do que estou falando.
7. Entretanto, aqueles que não entenderem as minhas palavras, e são pessoas que acreditam no Fórum Social Mundial, olhem nos meus olhos, que vão entender cada palavra que eu falar.
8. Quero agradecer, aqui, aos companheiros dirigentes do Fórum, aos Ministros, mas, sobretudo, quero agradecer ao povo do mundo inteiro que, sem medir sacrifício, veio aqui, às vezes sem ter o direito de falar, às vezes sem ter oportunidade de falar, mas veio aqui só para dizer: “Eu existo, como ser humano. E eu quero ser respeitado como tal.”
9. Eu sempre disse que o maior desejo que tinha, de ser eleito Presidente da República, era para ver se eu conseguia atender às minhas próprias reivindicações. Eu sou um homem que fez muitas reivindicações, no Brasil. Eu exigi muito de cada Governo que passou aqui, antes de mim, como muitos de vocês exigem, nos seus países.
10. E o meu desejo de ser Presidente da República era o de saber se, eleito Presidente da República, serei capaz de atender às minhas próprias reivindicações.
11. Portanto, não tenho que me preocupar com aquilo que possíveis adversários falarem. Tenho que saber que, ao longo da História, o movimento social brasileiro, o

movimento sindical brasileiro, os partidos políticos no Brasil, as Igrejas no Brasil, as ONGs no Brasil acumularam muita experiência e, junto com essa experiência acumulada, têm propostas, têm reivindicações, têm coisas extraordinárias apresentadas. E eu, agora, tenho quatro anos para que, com muita tranquilidade, a gente possa atender, senão todas, aquelas que tivermos capacidade e condições de atender.

12. Continuo com meu sonho de fazer a reforma agrária neste país. Continuo com meu sonho de garantir uma escola pública de boa qualidade para o nosso povo e que a Universidade não seja um privilégio de apenas 8% da sociedade, mas que a Universidade seja um direito ao alcance de todos.

13. Continuo sonhando com a possibilidade de fazer uma política de saúde, em que nenhum pobre morra mais na porta do hospital por falta de atendimento médico ou por falta de assistência.

14. Continuo sonhando em construir uma sociedade justa, solidária, fraterna, onde o resultado da riqueza produzida no país seja distribuído de forma mais equânime para todos os filhos deste país.

15. Entretanto, também aprendi, ao longo da minha trajetória política – e aprendi com vocês – que o técnico importante para um time não é aquele que começa ganhando, mas aquele que termina ganhando o jogo que nos propusemos jogar.

16. Tenho quatro anos de Governo para, de forma tranquila e serena, ir fazendo as coisas que têm que ser feitas neste país. Quero fazer talvez o Governo mais honesto que já houve na História deste país, o Governo que tenha a mais perfeita relação com a sociedade.

17. Quero tratar cada um de vocês como trato meu caçula de 17 anos. Na hora em que puder fazer, faremos. Mas, na hora em que não der para fazer, com a mesma serenidade e com o mesmo carinho, quero dizer: companheiro, não dá para fazer. E tenho certeza de que essa relação de honestidade e de companheirismo será a razão do sucesso do nosso Governo aqui no país.

18. E por que vou agir assim? Vou agir assim porque tenho consciência da responsabilidade que está nas costas das pessoas que me elegeram, que está nas costas dos meus Ministros e que está, sobretudo, nas minhas costas. Embora tenha sido eleito Presidente do Brasil, tenho a nítida noção do que a nossa vitória representa de esperança, não apenas aqui dentro, mas para a esquerda em todo o mundo e sobretudo para a esquerda na América Latina.

19. Eu levanto todo dia, pela manhã... (Se Marisa continuar com essa popularidade, vai ser candidata a alguma coisa, na próxima eleição) levanto todo dia, de manhã, e falo para a Marisa que nós temos que fazer as coisas muito bem pensadas. Porque qualquer Governo, em qualquer país do mundo pode errar e não acontecerá nada, porque é muito normal que os governantes errem, mas eu não posso errar. E não posso errar porque eu não fui eleito pelo apoio de um canal de televisão. Eu não fui eleito pelo apoio do sistema financeiro. Eu não fui eleito por interesse dos grandes grupos econômicos. E eu não fui eleito por obra da minha capacidade ou da minha inteligência. Eu fui eleito pelo alto grau de consciência política da sociedade brasileira, no dia 27 de outubro de 2002.

20. Eu sei a expectativa que estou gerando nas mulheres, nos homens e nas crianças. Eu nunca vi, na História do Brasil, tanta expectativa, tanta esperança e tanta gente pedindo a Deus para a gente acertar. E tanta gente pedindo, não emprego, mas dizendo para mim: “Lula, como é que eu faço para ajudar o nosso Governo a dar certo?”

21. É essa força da sociedade, e é exatamente esse capital político que fez com que a gente pudesse terminar a eleição e gritasse bem alto: “A esperança finalmente venceu o medo.”
22. Eu já estive na Argentina, já estive no Chile, já estive no Equador, e sei da expectativa que a América do Sul tem no Governo brasileiro. Eu sei a esperança que os socialistas do mundo inteiro têm no sucesso do nosso Governo.
23. É por isso que aumenta a nossa responsabilidade, e eu volto a afirmar: nós esperamos tanto para ganhar, nós perdemos tanto, nós sofremos tanto, tanta gente morreu antes de nós, tentando chegar lá, que, por esse acúmulo de compromissos, quero olhar na cara de cada um de vocês e dizer: “Eu não vou errar e vou fazer um Governo voltado para os pobres deste país.”
24. Eu sempre disse aos companheiros que organizam o Fórum Social Mundial que era preciso transformar o Fórum num instrumento, primeiro que não fosse dependente de nenhum partido político; segundo, que não fosse utilizado por ninguém.
25. Quando fui convidado para vir aqui, eu ainda disse aos companheiros: “É preciso que vocês pensem se eu devo ir ao Fórum Social Mundial, porque eu serei o primeiro Presidente.” E me disseram: “Lula, você pode ir, porque você é o anfitrião do III Fórum Social Mundial.” Mas, hoje, já me comprometi publicamente, porque um companheiro da Índia, onde vai ser o próximo Fórum Social Mundial, perguntou a mim, numa reunião que fiz com a Direção Mundial do Fórum, se eu iria, no ano que vem, à Índia. E disse para ele: vou à Índia. Se for necessário, vou à China e, se for necessário, vou aonde me convidarem, porque sou obra e resultado do trabalho que vocês fizeram ao longo de todos esses anos. E, portanto, acho que não apenas eu, acho que outros governantes deveriam ir ao Fórum Social para ver o que pensa o povo, o que deseja o povo e como o povo quer que as coisas aconteçam.
26. Qual é a novidade? Qual é a novidade deste ano? É que este ano, por causa de vocês e por causa do Fórum Social Mundial, fui convidado para ir a Davos. Se não fossem vocês, eu não seria convidado. E, aí, lembrei de uma coisa: quando comecei minha vida sindical, os meus amigos mais inteligentes e mais espertos diziam assim para mim: “Lula, não entres no movimento sindical, porque a estrutura sindical brasileira é a cópia fiel da “Carta di Lavoro”, de Mussolini e, se tu entrares no sindicato, vais virar um pelego e não vais conseguir fazer nada.” Eu entrei no sindicato e, em três anos, nós mudamos a história do movimento sindical brasileiro, que hoje é um dos mais importantes do mundo.
27. Em 1979, estávamos lutando neste país pela reconquista das liberdades políticas e eu inventei de criar um partido. Aí, aqueles que queriam liberdades políticas começaram a ficar contra, porque na liberdade política deles não se pressupunha a criação de um partido político. E havia quem dissesse para mim: “Olha, no Brasil não cabe um partido como o PT. Esse negócio de dizer que partido de trabalhadores pode ser criado, que metalúrgico vai dirigir partido, isso é coisa do passado. Não há, na sociologia brasileira ou mundial, exemplo disso.” Pois bem, nós fomos teimosos e criamos um partido, que hoje é o partido mais importante da esquerda em toda a América Latina.
28. Agora, lembro de uma coisa que vou contar para vocês: em 1978, entramos em greve no ABC e o Presidente da Federação das Indústrias correu ao II Exército para dizer ao General Dilermando que era preciso acabar com uma greve que os metalúrgicos estavam fazendo. Possivelmente, se pertencesse a uma organização

política mais tradicional, eu teria arrumado a mala e teria ido para outro lugar, ficar uma semana, até a poeira baixar. Como eu era mais inocente politicamente, peguei um telefone e liguei para o Comandante do II Exército e falei: “General Dilermando, estou vendo nos jornais que o senhor convidou o Presidente da FIESP, para atender o Presidente da FIESP. Sou Presidente dos trabalhadores. Eu quero ir falar com o senhor.” E ele me recebeu durante três horas.

29. Agora, quando surgiu o convite para Davos, a princípio, falei: o que vou fazer em Davos? E, aí, tomei a seguinte decisão: sou Presidente de um país que é a oitava economia mundial. Sou Presidente de um país que tem 45 milhões de pessoas que não comem as calorias e as proteínas necessárias. Sou Presidente de um país que tem História e que tem um povo. E não é em qualquer dia, em qualquer mês, em qualquer século que um torneiro mecânico ganha a Presidência da República deste país. Portanto, tomei a decisão. Muita gente que está em Davos não gosta de mim, sem me conhecer. Quero fazer questão de ir a Davos e dizer em Davos exatamente o que eu diria para um companheiro qualquer que esteja aqui neste palanque. Dizer em Davos que não é possível continuar uma ordem econômica onde poucos podem comer cinco vezes ao dia e muitos passam cinco dias sem comer no planeta Terra. Dizer a eles que é preciso uma nova ordem econômica mundial, em que o resultado da riqueza seja distribuído de forma mais justa, para que os países pobres tenham a oportunidade de ser menos pobres. Dizer a eles que as crianças negras da África têm tanto direito de comer como as crianças de olhos azuis que nascem nos países nórdicos. Dizer a eles que as crianças pobres da América Latina têm tanto direito de comer como qualquer outra criança que nasça em qualquer parte do mundo. Dizer a eles que o mundo não está precisando de guerra, o mundo está precisando de paz, o mundo está precisando de compreensão.

30. Eu acho que nós temos o que fazer, no mundo. O que a gente não pode é ficar preso, dentro do nosso mundo, achando que todo mal que nos rodeia é por causa de quem está fora.

31. Eu dizia, hoje: isso é mais ou menos como numa família em que, de repente, aparece um filho metido em drogas e, ao invés de o pai e a mãe discutirem com o filho e saberem onde é que está o defeito, começam a culpar a escola, começam a culpar o vizinho, começam a culpar o namorado, ao invés de sentarem e olharem para dentro do pai e da mãe e perguntarem a si mesmos: “O que nós deixamos de fazer, para que o nosso filho não fosse drogado?”.

32. Nós somos pobres. Uma parte pode ser culpa dos países ricos. Mas, uma parte pode ser culpa de uma parte da elite do continente sul-americano, que governou de forma subserviente, que governou de forma subalterna este país, praticando os casos mais absurdos de corrupção.

33. Só na América Latina, nos últimos anos, quatro governantes: Collor, no Brasil; Fujimori, no Peru; Menem, na Argentina e Salinas, no México, saíram por terem praticado verdadeira roubalheira em seus países. E isso não pode continuar acontecendo. Não podem os países ricos querer ajudar os países pobres aceitando depósito ou lavagem de dinheiro de quem rouba dos países pobres.

34. Eu lembro que, uma vez, havia um Presidente do Zaire, chamado Mobuto. E eu lembro que, na época, a denúncia era que ele tinha 8 bilhões de dólares depositados num país da Europa, e o seu povo estava passando fome.

35. Se os países ricos querem contribuir, que eles não aceitem dinheiro do narcotráfico, do crime organizado. E que não aceitem dinheiro dos países em que os

governantes praticaram verdadeiros roubos, que devolvam esse dinheiro, para ajudar o seu povo.

36. Eu quero, meu querido Haddad, terminar dizendo para vocês uma coisa. Deixem-me dizer uma coisa para vocês. Eu quero dizer para vocês que o único e o mais importante compromisso que eu tenho com vocês é o de que vocês podem ter a certeza, como a certeza e a fé que vocês têm em Deus, para quem é cristão: é que eu posso cometer algum erro, mas que jamais eu negarei uma vírgula dos ideais que me fizeram chegar à Presidência da República do nosso país.

37. Eu quero poder, a cada mês, a cada ano, olhar na cara de cada criança, de cada mulher, de cada homem e dizer: “Nós estamos construindo uma nova Nação. Nós estamos construindo um novo país.”

38. E eu teimo em dizer, todo santo dia: eu hei de realizar um sonho, que não é só meu, mas um sonho que é de todos vocês, que haverá um dia que, neste país, nenhuma criança irá dormir sem um prato de comida, e nenhuma criança acordará sem um café da manhã.

39. Haverá o dia em que, neste país, as pessoas poderão morrer, porque nascemos para morrer, mas ninguém morrerá de desnutrição, como muitos morrem hoje, neste país. Haverá um dia em que a gente tem que ter a consciência de que este país que eu sonho e que vocês sonham pode ser construído. Depende da nossa disposição de fazê-lo. Depende da nossa coragem. Depende da nossa disposição.

40. E estou aqui para dizer para vocês: meus companheiros e minhas companheiras do III Fórum Social Mundial, haja o que houver, aconteça o que acontecer, tentarei cumprir cada palavra que está contida no Programa de Governo que me elegeu Presidente da República deste país.

41. Governar é como uma maratona. Você não pode começar a 80 por hora, porque o seu fôlego pode acabar na primeira esquina. Você tem que dar passos sólidos, concretos, para que você possa terminar o Governo com a certeza do dever cumprido. E quero poder dizer ao mundo: como seria bom, como seria maravilhoso se, ao invés de os países ricos produzirem e gastarem dinheiro com tantas armas, gastassem dinheiro com pão, com feijão e com arroz, para matar a fome do povo.

42. Fico imaginando quantos bilhões e bilhões e bilhões de dólares se gastam com a guerra. Soldado matando soldado. Soldado matando inocente e, próximo de nós, crianças levantando os olhos e mendigando um prato de comida, que muitas vezes se joga fora e não se dá para essa criança.

43. Meus companheiros e companheiras do Fórum Social Mundial, quero que vocês, que são brasileiros e vocês que não são brasileiros, mas que estão aqui, quero que vocês tenham a certeza mais absoluta da vida de vocês: não faltarei a vocês. Não deixarei de fazer as coisas que temos que fazer. E espero dar a minha contribuição para que outros companheiros ganhem as eleições em outros países do mundo, para que a gente possa, de uma vez por todas, começar a eleger pessoas que tenham mais sensibilidade, pessoas que tenham mais compromisso, pessoas que acreditem que é possível a gente mudar a História da Humanidade.

44. O nosso país, durante 500 anos, ficou olhando para a Europa. Está na hora de olhar para a África e para a América do Sul. Está na hora de se estabelecerem novas parcerias, para que a gente possa ser mais independente, fortalecer o Mercosul e estabelecer uma força política para negociar. Não podemos aceitar o que está

acontecendo durante 40 anos, o bloqueio em Cuba. Não podemos aceitar que países sejam marginalizados durante séculos e séculos. E não podemos aceitar que o Brasil, do tamanho que é, continue a cada ano que passa sendo um país que apresente maior índice de pobreza e miserabilidade.

45. Por isso, não poderia deixar de vir aqui. Não poderia deixar de vir aqui e dizer a vocês: valeu a pena, gente. E vai valer muito mais a pena, quando a gente estiver no último dia de Governo e puder provar, com dados sobre dados, que fizemos em quatro anos o que os outros não fizeram em algumas dezenas de anos neste país.

46. Gente, quero me despedir de vocês, quero terminar dizendo aos companheiros coordenadores e coordenadoras do Fórum Social Mundial: pelo amor de Deus, não desistam, porque vocês conseguiram, em três anos, construir uma das coisas mais extraordinárias que a sociedade civil mundial conheceu.

47. Embora estejamos a tantos mil quilômetros de Davos, a verdade é que, depois do Fórum de Porto Alegre, Davos já não tem mais a força que tinha, antes de existir o Fórum Social Mundial. A verdade é que os problemas sociais do mundo nunca tinham sido discutidos em Davos e, agora, todos são obrigados a saber que têm que discutir os problemas sociais.

48. Vocês conseguiram um espaço na História. A imprensa, que começou, no I Fórum, a dizer que era um “encontro de esquerdistas”, a dizer que era um “encontro dos malucos do mundo”, hoje reconhece, em todas as primeiras páginas dos jornais: o Fórum Social Mundial é o maior evento político realizado na História contemporânea.

49. E eu não tenho dúvida nenhuma de que ele vai contribuir, de forma decisiva, para que a gente mude a História da Humanidade.

50. Muito obrigado e até a vitória, se Deus quiser, companheiros!

ANEXO II

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial.

Davos, Suíça, 26 de janeiro de 2003.

1. Boa tarde.
2. Estou chegando, como vocês sabem, diretamente de Porto Alegre, onde participei do Fórum Social Mundial, e falei a dezenas de milhares de pessoas sobre os mesmos assuntos de que pretendo tratar aqui.
3. A Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial tem como tema central a construção da confiança. Sinto-me muito à vontade com esse tema. Sou depositário da confiança do povo brasileiro, que me atribuiu a responsabilidade de conduzir um país de 175 milhões de habitantes, uma das maiores economias industriais do planeta. Mas, um país que convive, também, com enormes desigualdades sociais.
4. Trago a Davos o sentimento de esperança que tomou conta de toda a sociedade brasileira. O Brasil se reencontrou consigo mesmo, e esse reencontro se expressa no entusiasmo da sociedade e na mobilização nacional para enfrentar os enormes problemas que temos pela frente.
5. Aqui, em Davos, convencionou-se dizer que hoje existe um único Deus: o mercado. Mas a liberdade de mercado pressupõe, antes de tudo, a liberdade e a segurança dos cidadãos.
6. Respondi, de forma serena e madura, aos que desconfiaram dos nossos compromissos, durante a campanha eleitoral. Na Carta ao Povo Brasileiro, reafirmei a disposição de realizar reformas econômicas, sociais e políticas muito profundas, respeitando contratos e assegurando o equilíbrio econômico.
7. O Brasil trabalha para reduzir as disparidades econômicas e sociais, aprofundar a democracia política, garantir as liberdades públicas e promover, ativamente, os direitos humanos.
8. A face mais visível dessas disparidades são os mais de 45 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. O seu lado mais dramático é a fome, que atinge dezenas de milhões de irmãos e irmãs brasileiras.
9. Por essa razão, fizemos do combate à fome nossa prioridade. Não me cansarei de repetir o compromisso de assegurar que os brasileiros possam, todo dia, tomar café, almoçar e jantar.
10. Combater a fome não é apenas tarefa do Governo, mas de toda a sociedade. A erradicação da fome pressupõe transformações estruturais, exige a criação de empregos dignos, mais e melhores investimentos, aumento substancial da poupança interna, expansão dos mercados no país e no exterior, saúde e educação de qualidade, desenvolvimento cultural, científico e tecnológico.
11. Urge que o Brasil promova a reforma agrária e retome o crescimento econômico, de modo a distribuir renda. Estabelecemos regras econômicas claras, estáveis e transparentes. E estamos combatendo, implacavelmente, a corrupção. Nossa infraestrutura deverá ser ampliada, inclusive com a participação de capitais estrangeiros.

12. Somos um país acolhedor. A tolerância e a solidariedade são características do povo brasileiro. Temos uma força de trabalho qualificada, apta para os grandes desafios da produção neste novo século.

13. A retomada do desenvolvimento requer a superação dos constrangimentos externos. O Brasil tem que sair desse círculo vicioso de contrair novos empréstimos para pagar os anteriores. É necessário realizar um extraordinário esforço de expansão do nosso comércio internacional, em particular das nossas exportações, diversificando produtos e mercados, agregando valor àquilo que produzimos.

14. Todo o esforço que estamos fazendo para recuperar, responsabilmente, a economia brasileira, no entanto, não atingirá plenamente seus objetivos sem mudanças importantes na ordem econômica mundial. Queremos o livre comércio, mas um livre comércio que se caracterize pela reciprocidade. De nada valerá o esforço exportador que venhamos a desenvolver se os países ricos continuarem a pregar o livre comércio e a praticar o protecionismo.

15. As mudanças da ordem econômica mundial devem passar, também, por uma maior disciplina no fluxo de capitais, que se deslocam pelo mundo, ao sabor de boatos e de especulações subjetivas e sem fundamento na realidade.

16. É necessário que a comunidade internacional dê sua contribuição para impedir a evasão ilegal de recursos, que buscam refúgios em paraísos fiscais. Maior disciplina nessa área é fundamental para o decisivo combate ao terrorismo e à delinquência internacionais, que se alimentam da lavagem de dinheiro.

17. A construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política.

18. Mais de dez anos após a derrubada do Muro de Berlim, ainda persistem "muros" que separam os que comem dos famintos, os que têm trabalho dos desempregados, os que moram dignamente dos que vivem na rua ou em miseráveis favelas, os que têm acesso à educação e ao acervo cultural da humanidade dos que vivem mergulhados no analfabetismo e na mais absoluta alienação.

19. É necessário, também, uma nova ética. Não basta que os valores do humanismo sejam proclamados, é preciso que eles prevaleçam nas relações entre os países e os povos.

20. Nossa política externa está firmemente orientada pela busca da paz, da solução negociada dos conflitos internacionais e pela defesa intransigente dos nossos interesses nacionais.

21. A paz não é só um objetivo moral. É, também, um imperativo de racionalidade. Por isso, defendemos que as controvérsias sejam solucionadas por vias pacíficas e sob a égide das Nações Unidas. É necessário admitir que, muitas vezes, a pobreza, a fome e a miséria são o caldo de cultura onde se desenvolvem o fanatismo e a intolerância.

22. A preservação dos interesses nacionais não é incompatível com a cooperação e a solidariedade. Nosso projeto nacional não é xenófobo e, sim, universalista. Queremos aprofundar nossas relações com os países da América do Sul, desenvolvendo com eles uma integração econômica, comercial, social e política.

23. Queremos negociar cada vez mais positivamente com os Estados Unidos, a União Européia e os países asiáticos. Teremos, na condição de país que possui a

segunda maior população negra do mundo, um olhar especial para o continente africano, com o qual temos laços étnicos e culturais profundos.

24. Quero convidar a todos os que aqui se encontram, nessa montanha mágica de Davos, a olhar o mundo com outros olhos. É absolutamente necessário reconstruir a ordem econômica mundial para atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos científicos e tecnológicos que um ser humano foi capaz de produzir.

25. Não fiquem indefinidamente esperando sinais para mudarem de atitude em relação ao meu país e aos países em desenvolvimento. Os povos, como os indivíduos, precisam de oportunidades. Os países ricos de hoje só o são porque tiveram as suas oportunidades históricas.

26. Se querem ser coerentes com a sua experiência vitoriosa, não podem e não devem obstruir o caminho dos países em via de desenvolvimento. Ao contrário, podem e devem construir conosco uma nova agenda de desenvolvimento global compartilhado.

27. Tenham certeza de que o Brasil já começou a mudar. Nossa determinação é resultado não somente de compromissos que assumimos há muitos anos, mas decorre, também, da esperança que mobiliza o nosso país. Sei que no debate contemporâneo há divergências, visões de mundo distintas, até mesmo antagônicas.

28. Sou o Presidente de todo o povo brasileiro e não apenas daqueles que votaram em mim. Estamos construindo um novo contrato social, em que todas as forças da sociedade brasileira estejam representadas e sejam ouvidas.

29. Assim, busco a interlocução com todos os setores que serão reunidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Vou buscar contatos e pontos de apoio para os nossos projetos de mudar a sociedade brasileira, onde quer que eles estejam.

30. A mudança que buscamos não é para um grupo social, político ou ideológico. Ela beneficiará mais os desprotegidos, os humilhados, os ofendidos e os que, agora, vêm com esperança a possibilidade de redenção pessoal e coletiva. Esta é uma causa de todos. Ela é universal por excelência.

31. Como o mais extenso e o mais industrializado país do hemisfério sul, o Brasil se sente no direito e no dever de dirigir aos participantes do Fórum de Davos um apelo ao bom senso. Queremos fazer um apelo para que as descobertas científicas sejam universalizadas para que possam ser aproveitadas em todos os países do mundo.

32. Na mesma linha, proponho a formação de um fundo internacional para o combate à miséria e à fome nos países do terceiro mundo, constituído pelos países do G-7 e estimulado pelos grandes investidores internacionais. Isso porque é longo o caminho para a construção de um mundo mais justo e a fome não pode esperar.

33. Meu maior desejo é que a esperança que venceu o medo, no meu país, também contribua para vencê-lo em todo o mundo. Precisamos, urgentemente, nos unir em torno de um pacto mundial pela paz e contra a fome.

34. E, fiquem certos, o Brasil fará a sua parte.

35. Muito obrigado.

ANEXO III

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Diálogo Ampliado no Contexto da Cúpula do G8

Evian, 1º de junho de 2003.

Companheiros Chefes de Estado e de Governo,

1. Minhas primeiras palavras são de agradecimento à iniciativa do Presidente Jacques Chirac.
2. O diálogo dos países mais ricos do mundo com os países em desenvolvimento é hoje mais necessário do que nunca.
3. Temos de trabalhar juntos. A solução de nossos problemas passa necessariamente pelo respeito às nossas diferenças.
4. Venho de um país que se encontra hoje mobilizado por uma energia ético-política extraordinária, tanto para enfrentar nossos problemas internos como para estabelecer novas e mais construtivas parcerias internacionais.
5. A pobreza e a miséria que atingem milhões de homens e mulheres no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, nos obrigam a construir uma nova aliança contra a exclusão social.
6. Estou convencido de que não haverá desenvolvimento econômico sem sustentabilidade social e que, sem ambos, teremos um mundo cada vez mais inseguro. É nesse espaço de desagregação social que prosperam os ressentimentos, a criminalidade e, em especial, o narcotráfico e o terrorismo.
7. Quero falar-lhes de forma simples e direta: venho propor-lhes ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo.
8. A fome não pode esperar. É preciso enfrentá-la com medidas emergenciais e estruturais.
9. Se todos assumirmos nossas responsabilidades, criaremos um ambiente de maior igualdade e de oportunidades para todos.
10. A economia mundial está dando sinais preocupantes de retração. Os problemas sociais, como o desemprego, inclusive nos países ricos, estão se agravando cada vez mais.
11. Estou seguro que um dos objetivos desta reunião do G8 é o de buscar caminhos para que a economia volte a crescer. Necessitamos uma nova equação que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento.
12. A incorporação dos países em desenvolvimento à economia global passa necessariamente pelo acesso sem discriminação aos mercados dos países ricos.
13. Fizemos um enorme esforço e sacrifício para conquistar competitividade.
14. Mas como competir livremente em meio à guerra de subsídios e outros mecanismos de proteção, que criam uma verdadeira exclusão comercial?
15. Não viemos aqui para nos lamentar, nem simplesmente para engrossar o coro das recriminações. Sabemos quais são nossas responsabilidades.

16. Estamos fazendo a nossa parte, executando políticas econômicas equilibradas, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições para o bom funcionamento de nossas economias.
17. Temos demonstrado vontade política para combater os desequilíbrios sociais e a pobreza.
18. Estamos fazendo isso no Brasil com democracia e pluralismo, sem fundamentalismos, com cautela e firmeza. Estamos organizando nossas finanças e recuperando a estabilidade para crescer de modo sustentado.
19. Mas sabemos que organizar e dar estabilidade a nossa economia é tarefa necessária, mas não suficiente.
20. Necessitamos forjar um novo paradigma de desenvolvimento que combine estabilidade financeira com crescimento econômico e justiça social.
21. Hoje queremos crescer com financiamento sustentável, distribuindo renda e fortalecendo a democracia.
22. Nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria e à exclusão.
23. Olhando a história contemporânea, sobretudo nos períodos que se seguiram a graves crises econômicas e sociais, vejo que o desenvolvimento deu-se a partir de profundas reformas sociais. Essas reformas incorporaram milhões de homens e mulheres à produção, ao consumo e à cidadania e criaram um novo e prolongado dinamismo econômico.
24. Foi assim nos Estados Unidos a partir dos anos 30. Foi assim no pós Segunda Guerra, na Europa.
25. O Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes. Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social. Ao contrário, onde o fundamentalismo imperou não se alcançou a prometida estabilidade econômica. Aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Nossos sistemas produtivos não conquistaram espaços no comércio mundial correspondentes aos nossos sacrifícios. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo.
26. Não queremos o olhar piedoso dos países ricos. Necessitamos soluções estruturais que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial.
27. Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos.
28. Vejo com preocupação as resistências na OMC para remover subsídios bilionários, principalmente à agricultura. Questões prioritárias – como a do acesso a medicamentos – são proteladas.
29. Essas atitudes não são construtivas e só aumentam o ceticismo em relação às boas intenções e à sabedoria dos mais prósperos.
30. Temos de definir responsabilidades, o que implica também em novas tarefas para os países em desenvolvimento. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem executar políticas mais solidárias e generosas em favor nas nações mais necessitadas.
31. É isso que o Brasil está fazendo no plano regional.

32. Meu governo quer fortalecer o MERCOSUL e promover a integração da América Latina. Como afirmou o Presidente Kirchner da Argentina, são projetos estratégicos e políticos, orientados para melhoria das nossas condições de vida.
33. Sei que aqui vai se discutir o NEPAD. De nossa parte, com a África, que visitarei em agosto próximo, vamos ampliar a cooperação especialmente em setores como saúde, educação, qualificação profissional e infra-estrutura.
34. Os países da América Latina e do Caribe, que integram o Grupo do Rio, na recente cúpula de Cusco, incumbiram ao Presidente Vicente Fox do México e a mim para que fôssemos seus porta-vozes aqui em Evian.
35. Lá foram discutidos mecanismos inovadores de financiamento para combater a pobreza e investir em infra-estrutura. Recomendo a meus colegas aqui presentes a leitura atenta dessas propostas.
36. A fome é uma realidade intolerável, Sabemos que existem plenas condições para superar esse flagelo.
37. Minha proposta – antecipada em Porto Alegre e Davos – é que seja criado um fundo mundial capaz de dar comida a quem tem fome e, ao mesmo tempo, de criar condições para acabar com as causas estruturais da fome.
38. É o que estamos começando a fazer no Brasil.
39. Há várias formas para gerar recursos para um fundo dessa natureza. Dou dois exemplos.
40. O primeiro é a taxação do comércio internacional de armas – o que traria vantagens do ponto de vista econômico e ético.
41. Outra possibilidade é criar mecanismos para estimular que os países ricos reinvestam nesse fundo percentagem dos juros pagos pelos países devedores.
42. Alguns países desenvolvidos têm apresentado propostas para enfrentar esse problema. São iniciativas válidas, que merecem ser consideradas.
43. Caros colegas,
44. O multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia em termos nacionais.
45. Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar.
46. Temos que manter o diálogo, ampliando-o em bases duradouras e não de forma episódica. Isso se aplica ao G-8 e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.
47. A expectativa do Brasil é de que os países do G-8 se tornem verdadeiros aliados no combate à fome e à exclusão social e na retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento indispensável para a segurança e paz.
48. Minha vida e trajetória política me fazem crer que as causas justas são vitoriosas quando há vontade, diálogo e negociação.
49. Para que este inédito encontro em Evian atenda aos anseios legítimos de nossos povos – no Sul e no Norte – temos que demonstrar acima de tudo determinação no combate às desigualdades sociais.

50. Muito obrigado.

ANEXO IV

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Sessão Especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho

Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 2 de junho de 2003.

Senhores Diretores Executivos da OIT,
Representantes dos Estados Membros da OIT,
Meus caros representantes dos trabalhadores,
Representantes dos empregadores,
Meus companheiros da delegação brasileira,
Nossa Embaixadora,
Meus amigos e minhas amigas,

1. Eu estava pensando em fazer um discurso de improviso, mas, exatamente por me sentir em casa, eu tenho medo de falar demais, porque quando eu ia à porta de uma fábrica fazer assembléia, eu falava umas 30 vezes: "e para terminar... e para terminar..." e nunca terminava. E como eu sei que o tempo de vocês é muito precioso, vou tratar de ler o meu pronunciamento. Dizer a vocês que é com muito prazer e muito honra que eu estou nesta Casa que simboliza a possibilidade da harmonização entre o capital e o trabalho. Esta Casa que redefine, de quando em quando, normas que garantem a todos nós o estabelecimento de normas, apesar de muitos governos não cumprirem os acordos que assinam. E acho que nesse momento em que o mundo vive essa experiência de globalização, a OIT pode ter um papel ainda mais importante para aperfeiçoar o trânsito do trabalho, com a mesma facilidade com que se movimenta o capital nos dias de hoje.

2. Eu sempre briguei para chegar onde cheguei. Se tem uma coisa pela qual eu briguei, foi para ser Presidente da República. Perdi três vezes. Quando muitos pensavam que eu ia desistir, lá estava eu, outra vez, disputando a eleição para Presidente da República. E por uma simples razão: porque eu sempre acreditei que a grande tarefa de um dirigente político é poder cumprir, no exercício do seu mandato, as coisas que ele acreditava poder fazer antes da campanha. E hoje, eu estou muito mais convencido de que, certamente, não teremos tempo para fazer tudo que queremos fazer, mas, certamente, faremos para o mundo do trabalho muito mais do que já foi feito no meu país. Eu comecei o governo com essa convicção e, tenho certeza, terminarei o governo cumprindo grande parte dos sonhos que sonhei a vida inteira poder cumprir. Até porque eu estou cada vez mais consciente de que, nesse mundo globalizado, o movimento sindical de trabalhadores precisa, cada vez mais, ser menos corporativo e cada vez mais político.

3. E quando eu digo ser político, não é pedir para que vocês se filiem a algum partido político, é para terem consciência de que muitas das coisas que acontecem no mundo do trabalho são decididas fora do mundo do trabalho. E é lá que, muitas vezes, nós temos que antecipar as nossas ações. Se o movimento sindical não tomar essa atitude, muitas organizações não-sindicais ocuparão o espaço que deveria ser do sindicato.

4. Nós não temos o direito de continuar a fazer o mesmo tipo de sindicalismo que fazíamos há 20 ou 30 anos atrás. É preciso que cada um de nós, em função da realidade

do nosso país, repense o papel que o movimento sindical deve ter para ganhar credibilidade junto aos trabalhadores que representa.

5. Quando eu era dirigente sindical, eu dizia para os empregadores que o empregador inteligente era aquele que preferia negociar com um sindicato forte, onde você faz acordo e este é cumprido. Com o sindicato fraco, você faz acordo e os trabalhadores não o respeitam. E eu espero que o movimento sindical possa, numa mesa de negociação, firmar todos os acordos importantes que o meu país precisa e que, certamente, muitos dos países de vocês ainda precisam.

6. No Brasil, nós nunca tivemos tantos sindicalistas no poder como temos agora. Nós temos o Presidente da República e temos vários Ministros. Portanto, agora, nós não temos mais em quem jogar a culpa por não fazermos o que tem que ser feito. Nós agora temos quatro anos para transformar em ações concretas tudo aquilo que ensinamos aos trabalhadores ou que reivindicamos dos outros que não eram do nosso partido.

7. Eu queria dizer para vocês que foi muito proveitosa a minha vinda a Evian. Quando tomei posse como Presidente da República, disse a mim mesmo que não iria perder nenhuma oportunidade que se apresentasse à minha frente. E a vida, ela é feita de oportunidades. De quando em quando elas passam na sua frente. Ou você pega ou deixa a oportunidade passar. Foi assim quando eu decidi participar do Fórum de Davos, em janeiro deste ano, quando muita gente achava que eu não deveria participar porque era um encontro dos "mega empresários." E eu resolvi que era um espaço do qual eu deveria participar, porque eu tinha coisas para falar. E eu vim levantar o debate sobre a questão da fome, existente em praticamente todos os países em vias de desenvolvimento.

8. Quando eu fui convidado para Evian, também havia muita gente que se perguntava o que o Presidente do Brasil iria fazer em Evian. Afinal de contas, é uma reunião dos oito países mais ricos do mundo. E haverá muitos protestos e o Presidente do Brasil pode ser confundido. E eu, junto com meus companheiros, tomamos a decisão de vir porque, outra vez, nós tínhamos o que falar. E viemos para falar aquilo que nós entendíamos que era preciso falar. E agora estou aqui, na OIT, onde encontro vários companheiros que já encontrei em algum lugar desse mundo, em algum momento. E me encontro aqui com empresários que, certamente, estão com a cabeça muito mais arejada para estabelecer uma nova dinâmica no mundo do trabalho. Por isso, eu quero, meu querido Diretor-Geral, agradecer essa oportunidade e, queira Deus, que, a partir dessa minha vinda, outros Presidentes da República se disponham a participar desse debate porque, afinal de contas, pode ser nesta Casa que a gente começará a decidir coisas importantes para os trabalhadores do mundo inteiro.

9. É com grande emoção que tomo a palavra diante de vocês. Antes de ter sido eleito Presidente do Brasil - como o primeiro representante do meu partido - eu fui muitas coisas no mundo do trabalho: fui um operário metalúrgico, fui sindicalista, ajudei a fundar o meu partido e ajudei a fundar a Central Única dos Trabalhadores. Enfrentei condições que estão muito longe do que a OIT definiria como trabalho decente. Fui trabalhador infantil. Conheci a exclusão social que aflige a tantos milhões de brasileiros, de homens, mulheres e crianças mundo afora, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

10. De certo modo, a agenda desta Organização se confunde com a minha agenda pessoal e também com a minha agenda política. Represento um País de contrastes e desigualdades, que confronta seus dirigentes, no plano interno, com os mesmos desafios

que precisam ser enfrentados pela comunidade internacional e pela OIT no plano mundial.

11. Antes de dedicar-me a governar o Brasil, tive uma longa experiência de coordenação sindical e negociação coletiva com representantes dos empresários e com o Governo. Conheci as restrições à liberdade de associação durante o regime autoritário no meu país. A democracia foi reconquistada com a participação ativa dos trabalhadores. Ao longo daqueles anos, aprendemos a persistir na defesa de nossos direitos e interesses fundamentais. Aprendemos também a ouvir, a dialogar e a construir consensos.

12. De certo modo, a estrutura tripartite, que constitui a força deste Fórum, tem semelhança com a circunstância histórica que vive o Brasil. Meu Governo vem promovendo ampla abertura de diálogo e aperfeiçoamento do convívio democrático. A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social inaugura uma nova experiência de negociação entre representantes do Governo e da sociedade civil, empresários, sindicalistas, ONGs. Estamos reunindo ampla base social para promover as transformações esperadas pela Nação no combate à fome e à pobreza, no acesso à educação e à saúde, na disseminação da justiça social, na defesa dos direitos fundamentais do trabalhador.

13. Não por coincidência, hoje, na OIT, pronuncio meu primeiro discurso em um organismo das Nações Unidas, em nome deste novo Brasil. O Brasil quer refletir em sua política externa o reencontro consigo mesmo. Somos responsáveis por resgatar as enormes dívidas sociais que temos com a grande maioria do nosso povo.

14. No princípio do ano, tive a honra de participar, mais uma vez, do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, e também do Fórum Econômico Mundial, de Davos, onde defendi uma ordem internacional mais justa, igualitária e democrática. Acabo de participar do diálogo de Evian, em que os dirigentes do G-8 se reuniram, pela primeira vez, com mandatários do mundo em desenvolvimento.

15. Minha mensagem foi clara: não há desenvolvimento econômico sem justiça social. Não podemos contemplar passivamente a disparidade entre as ilhas de abundância e os oceanos de penúria. Com vontade política podemos corrigir distorções e estimular mudanças; canalizar recursos para o combate à fome e à miséria; estabelecer condições equânimes de competição comercial, revitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento, democratizar as relações internacionais e fortalecer o multilateralismo em prol da paz e segurança internacionais. Precisamos de medidas emergenciais e de soluções estruturais.

16. Não quero parecer ingênuo. Sei que, muitas vezes, as boas intenções não se traduzem em resultados concretos. Mas os contatos que venho mantendo me levam a crer que há uma sensibilidade crescente dos dirigentes mundiais para os desafios sociais que a humanidade tem pela frente. É crescente a coalizão de governos, ONGs, sindicatos, entidades de classes e de representantes da sociedade civil que desejam trabalhar por um novo modelo menos concentrador de riqueza, mais solidário, mais humano e mais justo.

17. A OIT tem um papel central nesses esforços. Uma importante contribuição já está sendo prestada. A liderança do Embaixador Juan Somavia está ajudando a revitalizar a OIT como instância de defesa dos direitos do trabalhador e como centro de reflexão crítica.

18. A Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada em junho de 1998, configurou um compromisso em torno de propostas que meu Governo apóia integralmente: a liberdade de associação; o direito à negociação coletiva; a eliminação do trabalho forçado; a erradicação do trabalho infantil; a igualdade de remuneração e não-discriminação no emprego.

19. O conceito de "trabalho decente" norteia, no Brasil, a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego. O termo capta o espírito humanista que estamos imprimindo à nossa mobilização nacional e internacional. Trata-se de proporcionar ao trabalhador não apenas um emprego qualquer, mas de assegurar-lhe remuneração justa, processo de trabalho não penoso e criativo, segurança à sua família, respeito aos seus direitos, atenção às suas reivindicações.

20. Os debates sobre as dimensões sociais da globalização situam a OIT na vanguarda da crítica aos padrões de desenvolvimento insustentáveis e desequilibrados. Na América do Sul, vários países pagaram um elevado preço social e político por terem aceito o receituário "neo-liberal", esquecendo nossas duras realidades sociais.

21. Somos a favor de um comércio internacional, verdadeiramente livre, de mais investimento produtivo, de maior cooperação científica e tecnológica. Precisamos integrar as correntes dinâmicas da economia internacional para modernizarmos nossas sociedades. Mas sabemos, hoje, que os benefícios da chamada globalização são colhidos, predominantemente, por uma pequena parcela da sociedade. Sabemos que, sem um esforço coletivo por condições mais equitativas de competição e distribuição de frutos, não haverá progresso, ao contrário, a distância entre ricos e pobres tenderá a aumentar. É essencial identificar os caminhos para a promoção de mudanças verdadeiras.

22. O comércio internacional é um deles. Não é admissível que os setores em que os países em desenvolvimento revelam competitividade – como o do agro-negócio, o têxtil, o siderúrgico, entre outros – sejam sujeitos às práticas comerciais protecionistas no mundo industrializado. A resistência dos países desenvolvidos em eliminar seus subsídios agrícolas bilionários e suas práticas arbitrárias são totalmente incoerentes com sua própria defesa do livre comércio. Essa incoerência entre discurso e prática provoca ceticismo e desconfiança.

23. A América do Sul, pela riqueza e importância de sua biodiversidade, tem assumido posição pioneira em favor da proteção do meio-ambiente. Apesar disso, há tentativas por parte dos países mais ricos de utilizar a questão ambiental para elevar barreiras comerciais indevidas.

24. Existe aqui um problema ético que precisa ser levado em conta. Por princípio, as negociações internacionais não podem agravar a situação de desvantagem em que já se encontram os países menos desenvolvidos. Estes devem ter espaço e flexibilidade para adotar políticas industriais e de desenvolvimento científico e tecnológico capazes de gerar empregos e contribuir para aumentar a renda dos trabalhadores.

25. Em janeiro deste ano, recebemos, em Brasília, o Diretor-Geral para um evento destinado a fornecer subsídios aos estudos da Comissão Mundial Sobre as Dimensões Sociais da Globalização. Esperamos que suas conclusões contribuam para uma abordagem lúcida e racional desta complexa questão. Desde já, podemos felicitar a OIT por haver respondido à necessidade de submetermos o processo de globalização a critérios de avaliação que combinam com o econômico e o social. Recordo, aliás, que o Brasil desempenhou um papel na constituição do grupo de trabalho que deu início a

esse debate no ano de 2000. No Brasil, a ênfase no resgate da credibilidade econômica vem acompanhada de políticas de forte cunho social.

26. O fundamento do Programa Fome Zero é o de que a alimentação constitui, antes de tudo, um direito inalienável do cidadão. Melhorar a qualidade, quantidade e regularidade dos alimentos acessíveis aos brasileiros mais carentes é, na realidade, um requisito para o desenvolvimento social e econômico do País. Combater a fome é gerar empregos, aumentar a produção de alimentos, dinamizar o comércio local e dar condições de cidadania às famílias abaixo da linha de pobreza. É também estimular a agricultura familiar, tão importante na promoção de um regime agrário mais justo.

27. Em Porto Alegre, em Davos e, agora em Evian, conclamei os países ricos a contribuírem para a canalização de recursos ao combate à fome. Propus que seja formado um fundo mundial contra a fome e sugeri algumas formas de viabilizá-lo. Os recursos existem. Precisamos mobilizar governos e setor privado. Trata-se de uma questão de responsabilidade política e um imperativo ético e moral. Renovo este apelo aos representantes governamentais, sindicais e empresariais aqui reunidos.

28. O Programa Primeiro Emprego, que estamos organizando no Brasil, é uma iniciativa de especial relevância para um país com cerca de 18 milhões de jovens de até 24 anos envolvidos no mercado de trabalho. Prevê concessão de apoio do Governo às empresas que contratem jovens trabalhadores, por um período inicial de doze meses. Haverá benefícios diferenciados para grandes, pequenas e médias empresas. Partimos do pressuposto de que o jovem empregado fortalece o tecido social, contribui para a coesão da estrutura familiar e escapa das malhas da criminalidade.

29. Muito tem que ser feito no Brasil, na frente social e na área da proteção do trabalhador. Particularmente preocupante é o fato de os negros e as mulheres ainda serem remunerados cerca de 40% abaixo da média nacional. Precisamos dedicar uma atenção prioritária às questões racial e de gênero.

30. O Brasil tem orgulho de sua composição multi-étnica. Mas hoje sabemos que ainda estamos distantes da igualdade de oportunidades para negros, indígenas e outros grupos. O preconceito e a discriminação persistem e precisam ser enfrentados com determinação.

31. A criação de Secretarias Especiais de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, com status de Ministérios, refletem o compromisso do meu Governo com uma política afirmativa de inclusão social em relação aos segmentos tradicionalmente desfavorecidos. Este é o objetivo do Programa Brasil, Gênero e Raça. O Ministério do Trabalho está desenvolvendo, em parceria com a OIT, programas para a implementação das Convenções nº 100 e 111. O Programa de Gênero e Cidadania, inicialmente posto em prática pela Prefeitura de Santo André, no Estado de São Paulo, visa considerar a dimensão de gênero nas políticas de redução da pobreza e da exclusão.

32. Com 76 milhões de afro-descendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás só da Nigéria. Estou pessoalmente empenhado em refletir essa realidade em nossa atuação interna e externa. Temos um compromisso político, moral e histórico com a África, e com os brasileiros que descendem dos africanos. E vamos honrar esse compromisso.

33. A situação do trabalho infantil, no Brasil, ainda é muito preocupante. O Programa Bolsa-Escola, estruturado, está tendo um impacto positivo. O País passou a falar mais em educação quando se deparou com a realidade da exploração da mão-de-obra de crianças. O Brasil vem assumido liderança regional na adoção de leis que

buscam a prevenção do trabalho infantil e a proteção do adolescente trabalhador. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil destina-se às famílias mais pobres, com renda per capita de até meio salário mínimo e filhos entre 7 e 14 anos. O Programa propicia uma complementação de renda às famílias e promove o acesso e a permanência das crianças na escola.

34. O Governo tem também intensificado a fiscalização e o combate ao trabalho forçado, infelizmente ainda presente em áreas do nosso país. As vítimas mais comuns são indígenas e trabalhadores em regiões de escassa presença do poder público. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel, criado pelo Ministério do Trabalho, atua na apuração de denúncias. A partir de abril deste ano, o Brasil passou a contar com um banco de dados atualizado e unificado sobre os casos de escravidão registrados no país – resultado de um programa de cooperação técnica com a OIT.

35. A Organização presta valioso serviço à comunidade internacional, ao formular e supervisionar a aplicação das normas internacionais do trabalho. Os padrões mínimos da OIT constituem referência obrigatória para os esforços nacionais de defesa dos direitos do trabalhador e correção de eventuais distorções. Devemos velar pela universalização do respeito a essas normas e padrões.

36. Como tem apontado o Embaixador Somavia, a OIT enfrenta desafios novos, decorrentes da crescente informalidade do trabalho, a acentuada degradação salarial e o descompasso entre a demanda e a oferta de empregos - tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento.

37. As peculiaridades de cada país aconselham soluções diferenciadas. Antes de recorrer a sanções ou outras medidas de caráter impositivo, há um amplo espaço de atuação a ser preenchido pela OIT com vistas à promoção e proteção de direitos do trabalhador, por meio de cooperação sempre ativa e presente.

38. Nesse sentido, quero ressaltar que hoje o Embaixador Somavia e eu estaremos assinando um Memorando de Entendimento, buscando maior e mais efetiva cooperação técnica na promoção de uma agenda de trabalho decente. Através desse instrumento, a OIT poderá contribuir muito para a implantação de políticas e programas desenvolvidos no Brasil, como é o caso do Fórum Nacional do Trabalho, que, a partir do próximo mês, estará promovendo um amplo debate, com vistas à reforma da legislação trabalhista e sindical em nosso país.

39. Não posso deixar de dar uma palavra sobre a prioridade que o Brasil atribui hoje ao fortalecimento das relações com seus vizinhos. Na América do Sul vivemos um momento de mobilização. Os temas sociais ocupam o centro da agenda política. Nos frequentes contatos que tenho mantido com meus colegas do Mercosul e demais países da região, percebo enorme interesse em compartilhar experiências e projetar ações conjuntas. A dimensão social deixa de ser um mero apêndice do processo de integração para constituir um de seus pilares.

40. O Instituto Social Brasil-Argentina, criado no último dia 11 de abril, tem entre suas prioridades a erradicação do trabalho infantil, programas sociais que beneficiem os idosos e a implementação de políticas e ações conjuntas de emprego, saúde, educação e direitos humanos.

41. O apoio de organismos internacionais a Projetos como o Fome Zero e o Bolsa-Escola tem contribuído para divulgá-los também no exterior. Desejamos desenvolver com parceiros de todas as regiões do mundo, maior cooperação voltada para as questões sociais. Nossos projetos de cooperação técnica com a África incluem, cada vez mais,

um componente social. A OIT pode contribuir para difundir essas iniciativas inovadoras em várias partes do mundo.

42. A conjuntura internacional não é tranquilizadora. As principais potências econômicas atravessam períodos de baixas taxas de crescimento ou estagnação, com reflexos negativos sobre as relações com as economias do Sul, e são pouco encorajadoras as perspectivas das negociações multilaterais na OMC. O protecionismo segue imperando. O sistema de segurança coletiva sofre sérios abalos. A proliferação de armas de destruição de massa, a violência inter-étnica, o terrorismo ameaçam a estabilidade internacional. Há um crescente déficit de solidariedade e cooperação no campo econômico-comercial, na proteção ambiental, na promoção da justiça, na construção da paz.

43. Estou convencido de que chegou o momento de repensar métodos de trabalho e renovar os organismos internacionais. Precisamos, necessariamente, reformar o Conselho de Segurança e dar maior força ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. É tarefa de todos nós preservar o multilateralismo e aperfeiçoá-lo, independentemente de nosso poderio econômico, financeiro, militar. Para isso, é necessário reduzir a enorme distância entre os acordos internacionais e sua efetiva aplicação. Por sua experiência e liderança, a OIT pode trazer significativa contribuição a esses esforços.

44. Apesar do quadro de dificuldades políticas e econômicas que enfrentamos, mantenho meu otimismo e minha confiança no futuro. Em meu País, estamos traçando uma rota de crescente credibilidade financeira e institucional. Em nossa região, a América do Sul, a democracia aprofunda suas raízes, transformamos as afinidades históricas e culturais que nos unem em integração econômica e social. De todas as partes do mundo me chegam manifestações de apoio e solidariedade à nossa guerra contra a fome e a pobreza. Aliás, a única guerra que nos interessa.

45. Tenho certeza de que podemos reunir vontades para fazer desse imperativo moral um forte movimento pela igualdade social e valorização do mundo do trabalho.

46. Muito obrigado.

ANEXO V

Discurso do Senhor Presidente de República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU

Nova York, 23 de setembro de 2003.

1. Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência no interior das nações e no plano internacional.
2. Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece insubstituível.
3. Rendo homenagem ao Secretário-Geral, Kofi Annan, por sua liderança na defesa de um mundo irmanado pelo respeito ao direito internacional e a solidariedade entre as nações.
4. Esta Assembléia se instala sob o impacto do brutal atentado à Missão da ONU em Bagdá que vitimou o Alto Comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello.
5. A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis.
6. Exerceu, em nome das Nações Unidas, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil.
7. Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada.
8. Saúdo fraternalmente o Sr. JULIAN HUNTE, que assume a Presidência desta Assembléia em momento especialmente grave na história da ONU. A comunidade internacional está diante de enormes desafios políticos, econômicos e sociais, que exigem esforço acelerado de reforma da Organização, para que nossas decisões e ações coletivas passem a ser de fato respeitadas e eficazes.
9. Senhoras e Senhores,
10. Nesses nove meses como Presidente do Brasil, tenho dialogado com líderes de todos os continentes.
11. Percebo nos meus interlocutores forte preocupação com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo.
12. O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das Nações. Toda nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve zelar para que, também no plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos, representativos.
13. As tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central.
14. No Iraque, o clima de insegurança e as tensões crescentes tornam ainda mais complexo o processo de reconstrução nacional.

15. A superação desse impasse somente poderá ser assegurada a partir da liderança da ONU. Não apenas no restabelecimento de condições aceitáveis de segurança, mas também na condução do processo político, com vistas à restauração plena da soberania iraquiana no mais breve prazo. Não podemos fugir a nossas responsabilidades coletivas. Pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente. Mas não se pode construir a paz duradoura sem o concurso de todos.
16. Senhor Presidente,
17. Dois anos depois, ainda estão vivas em nossa memória as imagens do bárbaro atentado de 11 de setembro.
18. Existe, hoje, louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado.
19. Constata-se, no entanto, preocupante tendência de desacreditar a nossa Organização e até mesmo de desinvestir a ONU de sua autoridade política.
20. Sobre esse ponto não deve haver qualquer ambiguidade. A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos que ela não pôde evitar, por mais valioso que seja o seu trabalho humanitário. Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra. Buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São Francisco.
21. Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão.
22. A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação.
23. É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua composição – em especial no que se refere aos membros permanentes – não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos.
24. Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes no cenário internacional – a muitas vezes exercendo papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos.
25. O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea.
26. É fundamental, igualmente, devolver ao Conselho Econômico e Social o papel que lhe foi atribuído pelos fundadores da Organização.
27. Queremos um ECOSOC capaz de participar ativamente da construção de uma ordem econômica mundial mais justa. Um ECOSOC que, além disso, colabore com o Conselho de Segurança na prevenção de conflitos e nos processos de reconstrução nacional.

28. A Assembléia Geral, por sua vez, precisa ser politicamente fortalecida para, sem dissipação de esforços, dedicar-se aos temas prioritários. A Assembléia Geral tem cumprido papel relevante ao convocar as grandes Conferências e outras reuniões sobre direitos humanos, meio ambiente, população, direitos da mulher, discriminação racial, AIDS, desenvolvimento social.
29. Mas ela não deve hesitar em assumir suas responsabilidades na administração da paz e segurança internacionais. A ONU já deu mostras de que há alternativas jurídicas e políticas para a paralisação do veto e as ações sem endosso multilateral.
30. A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis.
31. Senhor Presidente,
32. O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente Sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação.
33. Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria.
34. Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental.
35. A América do Sul afirma-se, cada vez mais, como região de paz, democracia e desenvolvimento, que pode, inclusive, ser uma nova fronteira de crescimento para a economia mundial há anos estagnada.
36. Além de aprofundar as relações já muito relevantes com nossos tradicionais parceiros da América do Norte e da Europa, buscamos ampliar e diversificar nossa presença internacional. Nas parcerias com a China e com a Rússia, estamos descobrindo novas complementariedades.
37. Somos, com muito orgulho, o país com a segunda maior população negra do mundo. Em novembro, deverei visitar cinco países da África Austral, para dinamizar nossa cooperação econômica, política, social e cultural.
38. Vamos também realizar um encontro de cúpula entre os países sul-americanos e os Estados que compõem a Liga Árabe. Com a Índia e a África do Sul estabelecemos um foro trilateral, orientado para a concertação política e projetos de interesse comum.
39. O protecionismo dos países ricos penaliza injustamente os produtores eficientes das nações em desenvolvimento. Além disso, é hoje o maior obstáculo para que o mundo possa ter uma nova época de progresso econômico e social.
40. O Brasil e seus parceiros do G-22 sustentaram na reunião da OMC em Cancun que esta grave questão pode ser resolvida por meio da negociação pragmática e mutuamente respeitosa, que leve à efetiva abertura dos mercados. Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, que beneficiem a todos, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.
41. Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir. A liberalização deve ocorrer sem que os países sejam privados de sua capacidade de definir políticas nos campos industrial, tecnológico, social e ambiental.
42. No Brasil, estamos instaurando um novo modelo capaz de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. As negociações comerciais não são um fim em si mesmo. Devem servir à promoção do desenvolvimento e à superação da pobreza.

43. O comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de distribuição de riqueza.
44. Senhor Presidente,
45. Reitero perante esta Assembléia verdadeiramente universal o apelo que dirigi aos Fóruns de Davos e Porto Alegre e à Cúpula Ampliada do G-8, em Evian. Precisamos engajar-nos – política e materialmente – na única guerra da qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria.
46. Erradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político.
47. E todos sabemos que é factível. Se houver, de fato, vontade política de realizá-lo.
48. Não me agrada repisar as evidências da barbárie. Prefiro sempre louvar progressos, por modestos que sejam.
49. Mas não há como omitir os números que expõem a chaga terrível da miséria e da fome no mundo.
50. A fome, hoje, atinge cerca de 1/4 da população mundial, incluindo 300 milhões de crianças. Diariamente, 24 mil pessoas são vitimadas por doenças decorrentes da desnutrição. Nada é tão absurdo e inaceitável quanto à persistência da fome em pleno século XXI, a idade de ouro da ciência e da tecnologia.
51. A cada dia a inteligência humana amplia o horizonte do possível, realizando prodigiosas invenções. E, no entanto, a fome continua e, o que é mais grave, se alastra em várias regiões do planeta. Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas.
52. Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las.
53. De que vale toda essa genialidade científica e tecnológica, toda a abundância e o luxo que ela é capaz de produzir, se não a utilizamos para garantir o mais sagrado dos direitos: o direito à vida?
54. Recordo a lúcida advertência de Paulo VI, feita 36 anos atrás, mas de desconcertante atualidade: “os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência”.
55. A fome é uma emergência e como tal deve ser tratada. Sua erradicação é uma tarefa civilizatória, que exige um atalho para o futuro.
56. Vamos agir para acabar com a fome ou imolar nossa credibilidade na omissão?
57. Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade.
58. Não temos o direito de dizer aos famintos que já esperaram tanto: passem no próximo século.
59. O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror.
60. Apesar do fracasso dos modelos que privilegiam a geração de riqueza sem reduzir a miséria, a miopia e o egoísmo de muitos ainda persistem.

61. Desde 1º de janeiro, logramos no Brasil avanços significativos em nossa economia. Recuperamos a estabilidade e criamos as condições para um novo ciclo de crescimento sustentado.
62. Continuaremos a trabalhar com vigor para manter o equilíbrio das contas públicas e reduzir a vulnerabilidade externa.
63. Não mediremos esforços para aumentar as exportações, ampliar a capacidade de poupança, atrair investimentos e voltar a crescer.
64. Mas devemos ser capazes, ao mesmo tempo, de atender as necessidades de alimentação, emprego, educação e saúde de dezenas de milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Temos o compromisso de realizar um grande reforma social no país.
65. A fome é o aspecto mais dramático e urgente de uma situação de desequilíbrio estrutural, cuja correção requer políticas integradas para a promoção da cidadania plena.
66. Por isso, lancei no Brasil o projeto “Fome Zero”, que visa – por meio de um grande movimento de solidariedade e de um programa abrangente envolvendo o governo, a sociedade civil e o setor privado – eliminar a fome e suas causas.
67. O Programa conjuga medidas estruturais e emergenciais e já atende quatro milhões de pessoas que não tinham sequer o direito de comer todos os dias. Nossa meta é que até o final de meu governo nenhum brasileiro passe fome.
68. Senhor Presidente,
69. As Nações Unidas aprovaram as Metas do Milênio. A FAO possui notável experiência técnica e social.
70. Mas precisamos dar um salto de qualidade no esforço mundial de luta contra a fome. Propus, nesse sentido, a criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome e sugeri formas de viabilizá-lo.
71. Existem outras propostas, algumas já incorporadas a programas das Nações Unidas. O que faltou até agora foi a imprescindível vontade política de todos nós, especialmente daqueles países que mais poderiam contribuir.
72. De nada servem os fundos se ninguém aporta recursos. As Metas do Milênio são louváveis mas, se continuarmos omissos, se o nosso comportamento coletivo não mudar, permanecerão no papel – e a frustração será imensa.
73. É preciso, mais do que nunca, transformar intenção em gesto.
74. É preciso praticar o que pregamos. Com audácia e bom senso. Com ousadia e pés no chão.
75. Inovando no conteúdo e na forma. Adotando métodos e soluções novas, com intensa participação social.
76. Por isso, submeto à consideração dessa Assembléia a hipótese de criar, no âmbito da própria ONU, um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por chefes de Estado ou de Governo, de todos os continentes, com o fim de unificar propostas e torná-las operativas.
77. Esperamos motivar contribuições financeiras de países desenvolvidos e em desenvolvimento, de acordo com as possibilidades de cada um, bem como de grandes empresas privadas e organizações não governamentais.
78. Senhor Presidente,

79. Minha experiência de vida e minha trajetória política ensinaram-me a acreditar acima de tudo na força do diálogo. Nunca me esquecerei da lição insuperável de Ghandi:
80. “A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente”.
81. O diálogo democrático é o mais eficaz de todos os instrumentos de mudança.
82. A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário.
83. Este século, tão promissor do ponto de vista tecnológico e material, não pode cair em um processo de regressão política e espiritual. Temos a obrigação de construir, sob a liderança fortalecida das Nações Unidas, um ambiente internacional de paz e concórdia.
84. A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome.
85. Senhor Presidente,
86. Senhoras e Senhores,
87. Não podemos frustrar tanta esperança.
88. O maior desafio da humanidade - e, ao mesmo tempo, o mais belo - é justamente este: HUMANIZAR-SE.
89. É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: JUSTIÇA SOCIAL.
90. Tenho certeza de que, juntos, saberemos colher a oportunidade histórica da justiça.
91. Muito obrigado.

ANEXO VI

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias

Oviedo, Espanha, 24 de outubro de 2003.

Majestade,

Senhor presidente da Fundação de Astúrias, José Ramón Alvarez, em cujo nome eu saúdo os demais presentes,

Integrantes da minha comitiva,

Meus senhores e minhas senhoras,

1. Orgulha-me compartilhar esta reunião de personalidades ilustres da ciência, da filosofia; da literatura, das artes; e da comunicação.
2. Recebo este prêmio com orgulho em nome do povo brasileiro. Manifesto meus agradecimentos à Fundação Príncipe de Astúrias por meio de seu presidente, Príncipe Felipe. Agradeço também à Universidade de Oviedo e ao Conselho das Universidades espanholas por este galardão de ressonância universal.
3. Interpreto a escolha de meu nome como uma manifestação da importância atribuída pela Fundação Príncipe de Asturias à cooperação internacional para a superação do principal desafio global do início do século XXI: o combate à fome, à pobreza e à exclusão social.
4. Saúdo fraternalmente as grandes personalidades agraciadas nesta cerimônia.
5. Guardo grata recordação de minha visita de estado à Espanha, quando tive a oportunidade de manter afetuoso e proveitoso diálogo com Sua Majestade, o Rei Juan Carlos I. Mais recentemente, tivemos a alegria de receber em Brasília a Rainha Sofia, cuja dedicação a causas sociais é mundialmente reconhecida.
6. Vejo aqui a oportunidade para um diálogo entre as nossas inquietações e projetos que refletem a esperança e a alma do século que se inicia. Creio no instrumento do diálogo para pavimentar a trajetória comum da humanidade. Creio na superação de nossos limites e na construção de um ser humano livre com a força da paz e da justiça. O absolutismo econômico e o fanatismo cego ignoram os valores morais da civilização que nos une e nos impele para o futuro.
7. Vivemos um apogeu tecnológico e produtivo. Desenvolvimento técnico e democracia social, porém, nem sempre caminham juntos. O progresso não define a destinação da riqueza. Tampouco dispensa o arbítrio humano acerca do seu sentido ético. Ao contrário. O abismo entre o avanço técnico e o desenvolvimento moral configura um dos passivos deixados pelo século XX.
8. Há hoje um perigoso acúmulo de tensão entre a opulência, que não reparte, e a miséria, que não regride. Esta é uma das expressões mais inquietantes do século que se inicia. Estamos, portanto, na fronteira de grandes escolhas.
9. Alteza, minhas senhoras e meus senhores,
10. Antes de oferecer respostas, a obrigação de um homem público é ouvir as perguntas do seu tempo. E a pergunta que ecoa na agenda dos povos, especialmente dos países periféricos, é suficientemente eloquente para não ser mais ignorada. Trata-se de

saber por que fracassaram as políticas dos anos 90, que prometiam crescimento integrado e redistribuição cooperativa da riqueza mundial.

11. As condições de vida de um bilhão de seres humanos que lutam hoje para sobreviver com menos de US\$ 1 dólar por dia são idênticas, ou piores, do que as que existiam há mais de vinte anos. Metade da população mundial tem menos de US\$ 2 dólares por dia para sobreviver, enquanto 14% da parcela mais rica da humanidade detém 75% de toda a riqueza material.

12. A diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres equivalia a 30 vezes nos anos 60: Agora, na virada do milênio saltou para 74 vezes. Estamos falando de um retrocesso, não de um mero descompasso. Em 54 países, a renda per capita atual é inferior a de 1990. Em 34 nações, a expectativa de vida diminuiu. Em 21, há mais gente passando fome; e em 14, mais crianças morrem antes dos cinco anos de idade.

13. Num planeta conflagrado pelo choque entre a desilusão e a indiferença, que futuro restará à paz?

14. É necessário que a comunidade internacional assuma sua responsabilidade coletiva, engajando-se na única guerra da qual sairemos todos vencedores: o bom combate contra a pobreza, e a exclusão social. A arma fundamental para isso é conhecida: o aprofundamento da democracia econômica, social, cultural e política. O comércio internacional precisa livrar-se das práticas protecionistas, que, todos sabemos, privilegiam poucos grupos, ineficientes, embora poderosos.

15. O Brasil tem-se engajado, com afinco e determinação, na luta por um sistema internacional de comércio que beneficie os exportadores competitivos e ofereça flexibilidade para a adoção de políticas de desenvolvimento. Mas, não podemos ser ingênuos. Urge subordinar o desenvolvimento, o comércio, e as relações internacionais às indagações fundamentais do humanismo: Qual progresso? Para quê? Com que consequências? E para quem?

16. Alteza, ilustres premiados, senhoras e senhores,

17. O único antídoto verdadeiro à pobreza é uma sociedade que não produza mais exclusão. Miséria e fome não são uma falha técnica. Não serão superadas pela descoberta de um novo engenho, nem pelos mecanismos de mercado.

18. A utopia da conquista da dignidade humana pelas grandes promessas tecnológicas esgotou-se. Significa dizer que a democratização do progresso deve estar inscrita no tempo presente. E não ficar eternamente como uma promessa futura.

19. O desenvolvimento não é um destino traçado, mas uma composição delicada de escolhas e possibilidades. A vida humana é sagrada. Para que esses fundamentos possam ampliar os alicerces da paz e da justiça, urge promover a reforma e o fortalecimento das instituições multilaterais.

20. Falo da reconstrução de uma Organização das Nações verdadeiramente Unidas. Falo de um fórum capaz de resgatar a supremacia do diálogo e do consenso multilateral. Cooperação internacional significa, sobretudo, a promoção de equidade nas relações entre os Estados. Significa trabalhar por justiça no contexto internacional.

21. Se valorizamos a democracia em nossas sociedades, não podemos deixar de buscar, no plano internacional, o aperfeiçoamento da convivência democrática entre as nações. É nossa responsabilidade, ante as gerações futuras, atualizar procedimentos e composição desses organismos, compatibilizando-os com a realidade dos dias atuais.

22. Estou convencido de que a luta contra a fome, por sua urgência, caráter humanista e abrangente, é uma das alavancas dessa nova ordem solidária. Por isso, propus à assembléia da ONU, em setembro, a criação de um Comitê de Chefes de Estado para coordenar iniciativas em torno dessa bandeira humanitária.
23. Exorto as personalidades aqui presentes a unirem seu talento e sua influência neste mutirão de solidariedade pela vida, pela paz e pela justiça social. A fome não pode esperar.
24. Reitero aqui as palavras de João Paulo II: “É inaceitável adiar o tempo em que também o pobre Lázaro possa sentar-se ao lado do rico, para compartilhar da mesma comida, sem ter que continuar constrangido a prover-se das migalhas que caem da mesa”.
25. Estou convencido de que a mesa da humanidade tem espaço e fartura para reverter a exclusão onde quer que ela se apresente. Não se trata apenas de um desígnio da economia, mas, sobretudo da ética.
26. A riqueza é forjada por mãos humanas, razões humanas, emoções humanas – por que, então, não pode estar igualmente a serviço da dignidade humana? Se homens e mulheres estamos condenados a inventar cotidianamente o nosso destino, chegou a hora de reinventá-lo pela solidariedade.
27. Alteza e ilustres presentes,
28. Aos olhos do mundo, o Brasil é um dos protagonistas desse novo enredo que pode definir o século. Seja pela desigualdade que acumulou ao longo de sua história; seja pela aposta democrática de sua gente pluralista, multiétnica e multireligiosa. Não decepcionaremos.
29. Na realidade da vida cotidiana a agenda da solidariedade e da justiça ficou tolhida entre nós durante décadas, mas não ficou obsoleta. Vejo-a ressurgir numa série de iniciativas articuladas entre o governo e a sociedade civil. As ações estruturais e de longo prazo não eliminam a necessidade de uma ação de emergência para enfrentar o flagelo da fome, que não conhece fronteiras.
30. Por isso, lancei no Brasil o Programa Fome Zero, um conjunto de políticas e ações voltadas para garantir a segurança alimentar da população brasileira. Estabeleci a segurança alimentar como o eixo das políticas sociais de meu governo, porque acredito que a eliminação da fome constitui um dever moral e a base de qualquer política social.
31. Em menos de 10 meses de governo o Programa Fome Zero já beneficia mais de um milhão e duzentas mil famílias, cerca de 5 milhões de brasileiros e brasileiras. Em 4 anos, pretendemos erradicar a fome em nosso país.
32. Numa segunda etapa, já iniciamos a unificação dos programas sociais do governo, de forma a torná-los mais ágeis e eficientes, evitando duplicações, e garantindo que cada real destinado a programas sociais chegue efetivamente a seu destinatário. Ao mesmo tempo, tenho claro que a superação final da pobreza depende, em última instância, da geração e distribuição de riqueza.
33. O Brasil não ignora as reformas estruturais cobradas pela sua história – entre elas, a reforma agrária – sem as quais o nosso desenvolvimento jamais será sinônimo de justiça social. Ao mesmo tempo é necessária uma mudança de mentalidade coletiva, transição cultural indispensável à passagem de uma sociedade de contrastes para uma comunidade justa, fraterna e digna.

34. O Brasil descobriu-se portador de um mal que tem cura, cujo nome é desigualdade.

35. Setores expressivos da sociedade já entenderam que não existe nada mais urgente do que transitar da indiferença para a mobilização solidária como primeiro passo indispensável à mudança pacífica que a sociedade urge e cobra.

36. Creio que a mesma revolução cultural pode ganhar os ares do mundo para injetar humanidade na globalização mercantil. Precisamos recuperar a auto-estima que atirou a dignidade humana na vala comum dos supérfluos que têm preço mas não têm valor. A solidariedade é o derradeiro trunfo; ao mesmo tempo, a preciosa chance de um recomeço.

37. Majestade,

38. Senhoras e Senhores,

39. Com a emoção de um brasileiro que teve que enfrentar múltiplos obstáculos em sua trajetória pessoal e política, agradeço de coração este prêmio. Ele servirá de estímulo para que persevere na busca de um Brasil mais justo e de uma sociedade internacional mobilizada para a promoção do desenvolvimento, da justiça social e da paz.

40. Neste momento, quero compartilhar minha alegria com o povo asturiano e de toda a Espanha. Os 500 anos de história que nos irmanam constituem uma fonte de vitalidade para a realização de objetivos comuns.

41. Os brasileiros participam com orgulho da comunidade iberoamericana de nações. A América do Sul é o Continente onde, mais do que em qualquer outro lugar, a simbiose entre as culturas de origem portuguesa e espanhola – ao lado das raízes indígenas e da vigorosa contribuição africana – contribuiu para formar as identidades nacionais.

42. A origem ibérica é apenas um dos elementos que nos aproximam. Nos unem, acima de tudo, os valores irrenunciáveis da tolerância, da democracia, da justiça social, que esta Fundação, em seus 23 anos de existência, tem-se empenhado em promover. Ela reafirma a capacidade humana para ir além do seu tempo e das adversidades.

43. Precisamos dar a todos e a cada um dos seres humanos a oportunidade de viver a vida em seu esplendor – a vida e nada mais.

44. Muito obrigado.